

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	11
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	14
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	15
3.7 - Nível de endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras informações relevantes	18

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	19
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	31
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	35
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	43
4.5 - Processos sigilosos relevantes	44
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	45
4.7 - Outras contingências relevantes	46

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	47
--	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	48
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	52
5.3 - Descrição dos controles internos	54
5.4 - Alterações significativas	60
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	61

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	62
6.3 - Breve histórico	63
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	65
6.6 - Outras informações relevantes	66

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	67
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	69
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	73
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	83
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	84
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	88
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	89
7.8 - Políticas socioambientais	90
7.9 - Outras informações relevantes	93

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	94
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	95
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	96

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	97
---	----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	98
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	101
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	102
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	115
9.2 - Outras informações relevantes	116

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	117
10.2 - Resultado operacional e financeiro	132
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	135
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	136
10.5 - Políticas contábeis críticas	139
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	142
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	143
10.8 - Plano de Negócios	144
10.9 - Outros fatores com influência relevante	146

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	147
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	149

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	150
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	156
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	161
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	163
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	164
12.7/8 - Composição dos comitês	171

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	175
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	178
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	179
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	180
12.13 - Outras informações relevantes	182

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	183
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	186
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	190
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	192
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	198
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	199
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	200
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	201
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	202
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	203
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	204
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	205
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	206
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	207
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	208
13.16 - Outras informações relevantes	209

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	210
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	212
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	213
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	214
14.5 - Outras informações relevantes	218

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	219
15.3 - Distribuição de capital	233
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	234
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	235
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	239
15.7 - Principais operações societárias	240
15.8 - Outras informações relevantes	241

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	242
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	243
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	249
16.4 - Outras informações relevantes	250

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	251
17.2 - Aumentos do capital social	252
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	253
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	254
17.5 - Outras informações relevantes	255

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	256
---------------------------	-----

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	257
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	258
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	259
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	260
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	270
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	271
18.8 - Títulos emitidos no exterior	272
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	273
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	274
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	275
18.12 - Outras informações relevantes	276

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	286
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	287
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	289

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	290
20.2 - Outras informações relevantes	291

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	297
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	298
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	299
21.4 - Outras informações relevantes	300

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Eugênio De Zagottis

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Marcilio D'Amico Pousada

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos



Raia Drogasil S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 61.585.865/0001-51

Código CVM: 5258

Declaração

Eu, Marcílio D'Amico Pousada, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 15.139.490 SSP/SP, inscrito no CPF 066.548.318-02, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Corifeu de Azevedo Marques nº 3097, CEP 05.339-900, declaro, nos termos da instrução CVM480 e posteriores alterações, que na qualidade de Diretor Presidente da Raia Drogasil S.A.:

1. Revisei o formulário de referência
2. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
3. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Raia Drogasil e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

São Paulo, 29 de maio de 2017.

Marcílio D'Amico Pousada
Diretor Presidente

**Raia Drogasil S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 61.585.865/0001-51

Código CVM: 5258

Declaração

Eu, Eugênio De Zagottis, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 15.864.636-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ 186.783.418-90, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Corifeu de Azevedo Marques nº 3097, CEP 05.339-900, declaro, nos termos da instrução CVM480 e posteriores alterações, que na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Raia Drogasil S.A.:

1. Revisei o formulário de referência
2. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
3. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Raia Drogasil e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

São Paulo, 29 de maio de 2017.

Eugênio De Zagottis
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

As declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores estão respectivamente nos itens 1.1 e 1.2 deste formulário.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	25/06/2010 a 01/01/2015
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras e Revisão das Informações Trimestrais - ITR e serviço de elaboração de memorando técnico para desenvolvimento de softwares da Raia Drogasil S.A..
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social de 2014 foi de R\$ 995 mil, referentes a prestação de serviços de auditoria; R\$ 35 mil referentes ao serviço de elaboração de memorando técnico para desenvolvimento de softwares da Raia Drogasil S.A.. Os valores informados são acrescidos de tributos.
Justificativa da substituição	Serviços prestados durante cinco anos consecutivos, conforme artigo 31 da Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alexandre Rubio	16/10/2013 a 01/01/2015	258.958.198-00	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre II - 10 and., Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733637, e-mail: alexandre.rubio@br.ey.com
Luiz Carlos Nannini	25/06/2010 a 15/10/2013	038.563.538-95	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre I - Floors 5-8, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733404, e-mail: luiz.c.nannini@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	02/01/2015
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras e Revisão das Informações Trimestrais - ITR.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social de 2016 foi deR\$ 1.011,7 mil sendo R\$ 728,2 mil, referentes a prestação de serviços de auditoria e R\$ 283,5 mil, referentes a consultoria Os valores informados são acrescidos de tributos.
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Renato Barbosa Postal	02/01/2015	137.941.898-41	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 9-10º,13º-17º andar, Centro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-100, Telefone (011) 36743901, Fax (011) 36742030, e-mail: calf.brasil@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

A Companhia informa que, durante o ano de 2016, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, além dos serviços de auditoria externa relacionados às demonstrações financeiras do exercício de 2016, prestou os seguintes serviços:

- a) Consultoria de pesquisa de mercado de indicadores de recursos humanos, no valor de R\$ 39,5 (5,4% do total pago ao serviço de auditoria externa), assinado em 29 de novembro de 2016, com prazo de 11 meses.
- b) Consultoria de diagnóstico de aderência à Instrução ICVM/552, no valor de R\$ 244,0 (33,5% do total pago ao serviço de auditoria externa), assinado em 21 de dezembro de 2016, com prazo de 12 meses.

Os serviços, acima mencionados, totalizaram R\$ 283,5 ou 38,9% do total pago ao serviço de auditoria externa relacionado às demonstrações financeiras. A Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios baseiam-se no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a Independência nos trabalhos realizados.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	2.935.955.000,00	2.656.798.000,00	2.456.937.000,00
Ativo Total	5.659.303.000,00	4.699.201.000,00	4.049.289.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	11.256.565.000,00	8.897.849.000,00	7.351.456.000,00
Resultado Bruto	3.504.143.000,00	2.714.560.000,00	2.143.831.000,00
Resultado Líquido	451.252.000,00	339.785.000,00	221.386.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	329.528.616	329.286.000	329.286.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	8,909560	8,068358	7,461406
Resultado Básico por Ação	1,369386	1,031876	0,675323
Resultado Diluído por Ação	1,37	1,03	0,67

3.2 - Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis:

A Companhia conforme detalhado nesta seção, divulga a medição não contábil LAJIDA, ou EBITDA em inglês. O EBITDA foi de R\$ 979.972 mil em 2016, R\$ 728.561 mil em 2015 e R\$ 530.332 mil em 2014.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

O quadro a seguir apresenta nos períodos indicados o nosso EBITDA.

O EBITDA abaixo, bem como a receita bruta de vendas não estão em bases comparáveis, uma vez que foram considerados as receitas e resultados operacionais da 4Bio. Em 1ª de Outubro de 2015 concluímos a aquisição de 55% da 4Bio. A partir do 4T15, nossas demonstrações financeiras passaram a ser consolidadas.

(R\$ mil)	2016	2015	2014
Lucro líquido Consolidado	451.252	339.785	221.386
Resultado financeiro líquido	110.322	64.961	40.541
Depreciação e amortização	274.434	227.698	187.568
Imposto de renda e contribuição social	143.964	96.117	80.837
EBITDA	979.972	728.561	530.332
Margem EBITDA	8,3%	7,7%	6,8%
Despesas Não Recorrentes ¹	7.677	9.978	9.473
4Bio 9M15 ²		3.624	4.693
PPA ³		1.353	
EBITDA ajustado	987.649	743.516	544.499
Margem EBITDA ajustada	8,4%	7,9%	7,0%
Receita bruta de vendas	11.827.567	9.424.777	7.784.235

¹Despesas Não Recorrentes:

2016: Reestruturamos o plano de carreira da empresa resultou em provisões não recorrentes para indenizações de R\$ 7,7 milhões no trimestre para acelerar a migração para a nova estrutura. Reestruturamos nosso portfólio em Goiás, fechando 6 lojas adquiridas da rede Santa Marta em 2013 com o objetivo de diminuir a excessiva densidade de lojas em algumas regiões. Ainda, fechamos 4 lojas da Farmasil espalhadas pelo Brasil com o objetivo de focar a expansão da bandeira no estado de São Paulo. Os ajustes de portfólio mencionados resultaram em despesas não recorrentes relativas a baixas de ativos de R\$ 3,9 milhões. Constituímos provisões na ordem de R\$ 3,8 milhões para a transição do programa de fidelidade na bandeira Droga Raia, que atualmente é feito por pontos e passará a ter uma nova mecânica em 2017. Por fim, registramos R\$ 7,8 milhões em ganhos líquidos não recorrentes advindos de impostos e outras recuperações relacionadas a exercícios anteriores.

3.2 - Medições não contábeis

2015: Refere-se às despesas não-recorrentes com PDD de PBM terceirizada, transação e aquisição da 4Bio e mudança no provisionamento de recebíveis de PBM (R\$ 9.978 mil)

2014: Esse montante é composto por despesas não recorrentes, em sua grande maioria, geradas em função do processo de fusão da Companhia e por gratificação paga a membros da Administração.

² **4Bio 9M15:** refere-se às informações intermediárias de 9 meses da 4 Bio.

³ **PPA:** refere-se aos ajustes de PPA (*purchase price allocation*) em CMV (R\$ 1.353 mil).

C. fazer explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, trata-se de medições elaboradas por nossa administração, conciliada com observância das disposições da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, consistindo no Lucro líquido do exercício, acrescido de imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido e das depreciações e amortizações.

Consideramos que a apresentação do EBITDA é útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na revisão do nosso desempenho operacional, bem como na comparação com a de outras companhias.

O EBITDA não deve ser considerado um substituto do lucro, ou da receita operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia adicionalmente apresenta o EBITDA Ajustado em sua análise pois compreende que, as despesas e receitas não recorrentes e outros lançamentos extraordinários podem interferir na comparabilidade e análise dos resultados com o mercado.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve evento subsequente às demonstrações financeiras de 2016.

Após a publicação das demonstrações financeiras de 2015 em 1º de fevereiro de 2016, foi aprovado, em reunião Extraordinária do Conselho de Administração, o programa de American Depositary Receipts – “ADRs” – Nível 1. O programa visa aumentar a visibilidade da Companhia no mercado de capitais, promovendo a liquidez das ações, ampliando a base de acionistas e facilitando o acesso ao papel por parte dos investidores estrangeiros. O programa encontra-se em fase de implementação, onde todos os trâmites legais necessários para a sua efetivação serão cumpridos junto aos órgãos regulatórios. O The Bank of New York Mellon será a instituição depositária nos Estados Unidos, responsável pela emissão dos respectivos recibos depositários, e o banco custodiante será o Itaú-Unibanco. Os ADRs da Companhia serão negociados em mercado de balcão (OTC) em Nova Iorque, nos Estados Unidos e cada ADR representará uma ação ordinária da Companhia. O Programa de ADR Nível I não implicará em aumento de capital social ou emissão de novas ações.

Não houve evento subsequente às demonstrações financeiras de 2014.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. regras sobre retenção de lucros

2016	2015	2014
O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido, após a constituição da reserva legal e o pagamento do dividendo obrigatório, seja destinado a reserva estatutária, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia. Observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social.	O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido, após a constituição da reserva legal e o pagamento do dividendo obrigatório, seja destinado a reserva estatutária, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia. Observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social.	O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido, após a constituição da reserva legal e o pagamento do dividendo obrigatório, seja destinado a reserva estatutária, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia. Observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social.

i. valores das retenções de lucros

2016	2015	2014
Em 29 de março de 2017, foi realizada Assembleia Geral Ordinária na qual os acionistas da Companhia aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, de modo que a) R\$ 22.384.231,22 equivalente a 5% do lucro líquido para Conta da Reserva Legal; b) R\$ 230.912.742,55, equivalente a 51% do lucro líquido do exercício para a Conta da Reserva Estatutária.	Em 31 de março de 2016, foi realizada Assembleia Geral Ordinária na qual os acionistas da Companhia aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, considerando as previsões legais e estatutárias, tenham a seguinte destinação: a) R\$ 17.010.315,05 equivalente a 5% do lucro líquido para Conta da Reserva Legal; b) R\$ 173.390.008,98, equivalente a 51% do lucro líquido do exercício para a Conta da Reserva Estatutária.	Em 09 de abril de 2015, foi realizada Assembleia Geral Ordinária na qual os acionistas da Companhia aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, considerando as previsões legais e estatutárias, tenham a seguinte destinação: a) R\$ 11.069.321,58 equivalente a 5% do lucro líquido para Conta da Reserva Legal; b) R\$ 107.180.856,36, equivalente a 48,4% do lucro líquido do exercício para a Conta da Reserva Estatutária.

3.4 - Política de destinação dos resultados

b. regras sobre distribuição de dividendos

2016	2015	2014
Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

2016	2015	2014
O pagamento do dividendo é realizado duas vezes ao ano.	O pagamento do dividendo é realizado duas vezes ao ano.	O pagamento do dividendo é realizado duas vezes ao ano.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve restrição à distribuição de dividendos nos últimos três exercícios sociais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido ajustado	425.486.403,83	323.381.996,48	210.503.120,88
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	45,759617	46,462079	49,176742
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	15,369852	12,789295	9,010669
Dividendo distribuído total	194.700.949,89	150.250.000,00	103.518.577,02
Lucro líquido retido	253.296.973,77	190.400.324,03	118.250.177,94
Data da aprovação da retenção	29/03/2017	31/03/2016	09/04/2015

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	95.500.000,00	01/12/2016	67.900.000,00	01/12/2015	29.058.749,88	01/12/2014
Ordinária	99.200.949,89	30/05/2017				
Ordinária			82.350.000,00	30/05/2016		
Ordinária					74.459.827,14	29/05/2015

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2016	2.723.347.955,40	Índice de Endividamento	0,92758503	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		777.185,00	0,00	0,00	0,00	777.185,00
Financiamento	Quirografárias		131.804.463,00	258.302.967,00	23.083.573,00	0,00	413.191.003,00
Total			132.581.648,00	258.302.967,00	23.083.573,00	0,00	413.968.188,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. ao emissor:

A concorrência poderá nos afetar adversamente, pois operamos em mercados altamente competitivos e competimos com redes de drogarias nacionais, regionais e locais, incluindo as redes DPSP, Farmácias Pague Menos, Brasil Pharma, Extrafarma, Panvel, Drogaria Araujo e Nissei, as quais vêm expandindo agressivamente no mercado em que atuamos. Alguns dos nossos concorrentes possuem um grande número de lojas no Brasil, bem como uma presença de mercado significativa, reconhecimento do nome, rede de distribuição, marketing e outros recursos. Nós também competimos com drogarias independentes, serviços de prescrição de receitas por telefone e outros varejistas, como supermercados e lojas de conveniência. Além disso, futuramente, outros varejistas poderão entrar no mercado em que atuamos e vir a ser nossos concorrentes.

A competição é caracterizada por vários fatores, incluindo variedade de produtos, propaganda, preço, qualidade, serviço, localização, reputação e disponibilidade de crédito. Competimos com redes de drogarias e outros varejistas quanto à variedade de produtos para que as preferências dos consumidores sejam atendidas. Se houver falha em prever e corresponder às preferências dos consumidores, nossa receita poderá ser prejudicada e uma parcela do mercado poderá ser perdida para nossos concorrentes.

O aumento de competitividade no mercado no qual atuamos, quer pelo aparecimento de novos concorrentes, quer pela expansão das operações dos concorrentes já existentes, poderá afetar negativamente nossa participação no mercado, bem como os preços dos produtos que vendemos, reduzindo nossa margem de lucro ou a variedade de nossos produtos, afetando nossa Companhia adversamente.

Nossa expansão depende, em primeiro lugar, da nossa capacidade em abrir e operar novas lojas com êxito.

Nossa capacidade de abrir e operar novas lojas com sucesso depende de vários fatores, muitos dos quais estão fora do nosso controle. Esses fatores incluem nossa habilidade em identificar locais convenientes para instalação de lojas, o que inclui reunir e avaliar informações de localização e população, de marketing para determinar se haverá demanda de clientes para consumo de nossos produtos nos locais escolhidos e a negociação de locações aceitáveis. Nossa capacidade em aumentar os nossos negócios poderá ser prejudicada se não for possível encontrar localidades convenientes e se as negociações para a locação não forem favoráveis para nós. Competimos com outros varejistas e comerciantes na procura por localidades adequadas para nossas lojas. As regulamentações sobre o uso do solo, entre outras, aplicáveis aos tipos de lojas que desejamos construir poderão representar um entrave à nossa capacidade de identificar locais adequados e influenciar no preço de construção das nossas lojas.

A abertura de novas lojas também irá exigir a manutenção de níveis de estoque de produtos com custos aceitáveis, de modo a atender as necessidades das novas lojas e, também, a contratação, o treinamento e a manutenção dos funcionários, especialmente os farmacêuticos, gerentes e atendentes. Além disso, por causa do nosso elevado número de lojas, especialmente

4.1 - Descrição dos fatores de risco

na área metropolitana da Grande São Paulo, é possível que novas lojas atraiam consumidores de nossas lojas antigas.

Lojas novas ou abertas recentemente podem não alcançar o nível de receita e lucratividade em comparação ao apresentado por nossas lojas mais antigas, no tempo estimado por nós ou de modo geral. Além disso, nossas novas lojas ou lojas abertas recentemente podem afetar negativamente a receita e lucratividade das nossas lojas existentes.

Podemos ser afetados adversamente se houver falha em abrir e operar novas lojas ou se falharmos ao implementar a nossa estratégia de crescimento no tempo e de modo adequado, bem como se não administrarmos eficientemente nosso negócio para manter o nosso crescimento orgânico.

Além disso, conforme os nossos negócios se expandem, acreditamos que o sucesso futuro irá depender enormemente da nossa contínua capacidade em atrair e manter funcionários qualificados. O setor em que atuamos requer uma força de trabalho altamente qualificada, portanto há o desafio atrair e reter talentos no setor farmacêutico. A área de atendimento nas lojas representara a maioria do total da rotatividade de nossos empregados. Nossa incapacidade de atender os requerimentos de nossos farmacêuticos e funcionários da área de atendimento pode limitar nossa capacidade de prestar serviços em horários prolongados e pode impactar negativamente nossa receita e capacidade de prestar serviços de alto padrão para nossos clientes.

Possuímos uma relevante concentração de lojas no estado de São Paulo. Em decorrência disso, nossa atividade é influenciada significativamente pelas condições econômicas e demais características desta região.

Em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente de 57,7% das nossas lojas estavam localizadas no estado de São Paulo. Em decorrência disso, somos sensíveis às condições econômicas e demais fatores que afetam essa região, tais como mudanças na regulamentação do setor farmacêutico, custo de energia, imóveis, seguro, impostos, aluguéis, clima, fatores demográficos, disponibilidade de mão de obra, bem como fatores geopolíticos variados. Caso haja uma desaceleração da economia do estado de São Paulo ou ocorram mudanças significativas em quaisquer condições relativas aos fatores acima mencionados que resultem, inclusive, mas não se limitando, na redução da força de trabalho e dos níveis de renda, nossas atividades poderão ser afetadas adversamente.

Interrupções ou falhas em nossos sistemas poderão nos afetar adversamente.

Nossas operações dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade do nosso centro de processamento de dados e outros vários sistemas, incluindo o nosso sistema de pontos de venda nas lojas, sistemas de logística e de comunicação, e outros vários aplicativos usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho comercial e financeiro.

O sucesso na operação de nosso negócio depende significativamente do desempenho dos nossos sistemas de informações gerenciais. Poderemos ser adversamente afetados caso esses

4.1 - Descrição dos fatores de risco

sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período de tempo, inclusive em razão da ação de terceiros. A falha desses sistemas pode afetar adversamente a disponibilidade e precisão no processamento de nossas transações, contabilidade, relatórios comerciais e financeiros, assim como nossa capacidade de gerenciar nosso negócio e, adequadamente, projetar os resultados operacionais e necessidade de caixa. Além disso, interrupções significativas ou repetidas em qualquer desses sistemas poderão impedir o acesso de clientes a nossos produtos e serviços, e fazer com que tais clientes decidam comprar os produtos de nossos concorrentes. Para administrar o crescimento esperado para as nossas operações, é possível que exista a necessidade de continuar a melhorar nossos sistemas operacionais e financeiros, e, deste modo, poderemos ter aumentos substanciais em nossas despesas e problemas de integração, o que poderia prejudicar nossos resultados financeiros.

Nós podemos ser afetados materialmente e adversamente se nossos centros de distribuição sofrerem danos materiais ou forem fechados.

Operamos através de oito centros de distribuição, localizados em São Paulo (SP), Embu das Artes (SP), Contagem (MG), Aparecida de Goiânia (GO), São José dos Pinhais (PR), Barra Mansa (RJ), Ribeirão Preto (SP) e Jaboatão do Guararapes (PE). Se estes centros de distribuição sofrerem qualquer dano substancial, incluindo danos causados por desastres naturais, danos ambientais, fogo ou enchente, ou se nossa atividade de distribuição for reduzida ou interrompida por causa de greves ou interrupções de trabalho, poderemos incorrer em aumento significativo de custos e de tempo maior para processamento e distribuição de nossos produtos para as nossas lojas. Tais eventos podem ocasionar em desabastecimento de nossos centros de distribuição resultando em perda relevante de vendas e de resultado.

Certos riscos são inerentes à atividade farmacêutica e nossa cobertura de seguro pode não cobrir suficientemente os danos sofridos por nós.

Drogarias estão expostas a certos riscos inerentes à atividade de aviar receitas e de distribuir produtos farmacêuticos e outros produtos relacionados à saúde. Podemos ser demandados em ações de responsabilidade civil relacionadas aos produtos farmacêuticos distribuídos por nós ou pelos serviços que prestamos. O limite de cobertura da nossa apólice de seguro poderá não ser suficiente para nos proteger contra futuras reclamações. Um julgamento desfavorável em ação judicial que nos responsabilize por um determinado produto poderia causar danos à nossa reputação e causar um efeito adverso para os nossos negócios.

Risco associado a não renovação dos aluguéis dos imóveis para as lojas

A Companhia possui contratos de locação de imóveis com prazos e vigência entre um e vinte anos, existindo a possibilidade de renovação. Segundo o estabelecido na Lei 8.245-91 (Lei do Inquilinato), a companhia tem assegurado o direito à renovação dos contratos que tenham sido firmados com duração igual ou superior a 5 anos, devendo impetrar uma Ação Renovatória na justiça no período entre 6 e 12 meses anteriores ao vencimento sempre que este não tenha sido renovado de maneira consensual entre as partes. Dos 1639 contratos de aluguéis que temos em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

vigência, apenas alguns foram assinados com duração inferior a 5 anos, não tendo o direito de renovação estabelecido pela Lei do Inquilinato. É também importante ressaltar que, mesmo no caso dos contratos com duração superior a 5 anos, eles podem não ser renovados caso o proprietário solicite o imóvel para transferência de fundo de comércio existente a mais de um ano do qual o proprietário, seu cônjuge, ascendentes ou descendentes, sejam detentores da maioria do capital, e desde que este negócio seja de ramo distinto ao do locatário.

Nosso desempenho depende em grande parte de esforços e da capacidade de nossos executivos

A perda de qualquer um deles poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios, alterando nosso resultado operacional e financeiro. Adicionalmente, caso venhamos a perder alguns desses executivos, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para suprir nossas necessidades. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, podemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, conseqüentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados. Além disso, a perda de profissionais-chave pode afetar adversamente nossa capacidade de implementar nossa estratégia, assim como as despesas associadas a essas perdas podem gerar impactos a nossos resultados.

Se não tivermos êxito em eventuais aquisições que viermos a realizar, poderemos ser adversamente afetados.

Temos adotado como principal estratégia o crescimento orgânico de nossa rede de drogarias. No entanto, poderemos realizar aquisições que contribuam para o nosso crescimento e para a criação de valor, que dependem de diversos fatores, dentre eles, nossa capacidade de identificar empresas ou ativos para aquisição, negociar preços adequados, integrar e manter a qualidade da operação das empresas ou ativos adquiridos e nos protegendo de eventuais contingências.

Eventuais aquisições poderão também exigir que aumentemos nossa dívida ou acessemos os mercados financeiros e de capitais a custos aceitáveis, inclusive mediante a emissão de novas ações, o que poderá acarretar na diluição da participação societária de nossos acionistas em nosso capital social. Adicionalmente, tais aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá reduzir nosso lucro e, conseqüentemente, reduzir os dividendos a serem pagos aos nossos acionistas.

Nosso êxito em agregar valor a partir de aquisições dependerá da nossa capacidade de obter sinergia da integração dos ativos que adquirirmos e de reduzir custos. Poderemos não obter ganhos esperados decorrentes dessas aquisições, o que poderá afetar adversamente nossas atividades.

As aquisições também apresentam o risco de exposição às obrigações e contingências das empresas ou ativos adquiridos, devido a atos prévios de administração e responsabilidade anteriormente incorridas. O processo de auditoria legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

indenizações que recebemos de vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências. Caso existam contingências significativas oriundas das aquisições, estas poderão prejudicar adversamente nossas atividades e resultados.

A venda de uma quantidade expressiva de ações ordinárias da Companhia poderá afetar adversamente o preço dessas ações ordinárias e a emissão de novas ações poderá diluir todas as demais participações.

A eventual emissão de novas ações por parte da Companhia, caso os acionistas assim deliberem, resultará na diluição da participação dos acionistas que não acompanharem a oferta em nosso capital social.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações poderá diluir a participação acionária dos investidores em nossa Companhia.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações.

Os titulares de nossas ações poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou Lei de Sociedades por Ações, e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas fazem jus a dividendo mínimo de pelo menos 25,0% de nosso lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as nossas ações pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA apresentou uma capitalização de mercado de R\$ 2,473 trilhões em 31 de dezembro de 2016, e um volume médio diário de negociação de R\$ 7,416 bilhões em 2016. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado, representavam, aproximadamente, 54,8% da capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

31 de dezembro de 2016. A volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar consideravelmente a capacidade dos titulares de nossas ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Alterações nas regras do Novo Mercado e Câmara de Arbitragem podem impactar diretamente a nossa Companhia.

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, da validade, da eficácia, da interpretação, da violação e de seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Alterações significativas nas regras do Novo Mercado podem impactar diretamente a Companhia.

Falhas ou brechas de nossos sistemas de tecnologia da informação podem interromper nossas operações e impactar negativamente nossos negócios.

A tecnologia da informação é uma parte importante do nosso negócio e confiamos fortemente nos sistemas para suportar nossas operações, gerenciar os dados de nossos negócios e aumentar as eficiências em nossa distribuição, bem como o processo de gerenciamento de estoques. Nós também utilizamos tecnologia da informação para processar as informações financeiras e resultados operacionais para reportes internos e para atender as leis e regulamentação fiscal. Além disso, dependemos da tecnologia da informação para o marketing digital e comunicações eletrônicas entre nossas plantas, pessoal, clientes e fornecedores. Assim como outras companhias, nossos sistemas de tecnologia da informação podem ser vulneráveis a interrupções, inclusive no processo de atualização ou substituição de softwares, base de dados, entre outros componentes, desastres naturais, ataques terroristas, falhas em telecomunicações, vírus de computador, ataques cibernéticos, hackers, acessos não autorizados dentre outras questões de segurança. Implementamos medidas de segurança de tecnologia, bem como planos de cobertura de desastres para mitigar nossa exposição a esses riscos, mas essas medidas podem não ser adequadas. Qualquer falha significativa em nossos sistemas, incluindo falhas que impeçam nossos sistemas de funcionarem como desejado, poderiam causar erros de transação, ineficiências de processos, perdas de clientes e vendas, ter um impacto negativo em nossos colaboradores e parceiros de negócios e em nossas operações e reputação de nosso negócio.

Além disso, se não formos capazes de impedir falhas de segurança, nós podemos sofrer danos financeiros e reputacionais ou, ainda, multas em razão da divulgação não-autorizada de informações confidenciais pertencentes à nós ou aos nossos parceiros, clientes, consumidores ou fornecedores. Ademais, a divulgação de informações sensíveis não públicas através de canais de mídia externos poderia levar a uma perda de propriedade intelectual ou danos à nossa reputação e imagem da marca.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Contamos com a nossa imagem positiva e reputação no mercado.

Temos uma forte imagem relacionada com uma sólida governança corporativa e somos conhecidos como uma empresa com foco em gente, saúde e bem-estar.

Qualquer reflexo negativo sobre a nossa imagem ou a força da nossa marca pode ter um impacto negativo sobre os resultados de nossos propósitos, bem como nossa capacidade de implementar nossa estratégia de crescimento.

Devemos cumprir as leis e regulamentos aplicáveis ao nosso negócio. Embora atuamos de forma a garantir cumprimento das leis anticorrupção e regulamentos sobre sanções que sejam aplicáveis a nós, não há garantia de que os processos serão suficientes ou que nossos empregados, conselheiros, diretores, parceiros, agentes e prestadores de serviço não agirão em violação de nossos valores pelos quais nós ou eles poderemos ser responsabilizados.

b. a nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses de nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos acionistas minoritários.

Temos administradores que além de exercerem funções relativas aos cargos do nosso Conselho de Administração e Diretoria, ainda são nossos acionistas. O fato descrito poderá, eventualmente, acarretar a tomada de medidas que conflitem com os interesses dos nossos demais acionistas ou que não resultem em melhoria de nossos resultados operacionais, podendo ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

c. a nossos acionistas:

Nossos administradores e demais colaboradores elegíveis poderão participar do Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas que está intimamente relacionado ao desempenho do preço das ações de nossa emissão.

A política de remuneração da nossa administração e de determinados colaboradores inclui um Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, nos termos pelos quais nosso Conselho de Administração poderá outorgar ações restritas de emissão da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral.

É importante ressaltar que parcela da remuneração conferida aos nossos administradores e demais colaboradores estaria atrelada ao preço das nossas ações e ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas. Caso não, poderia fazer com que tais profissionais busquem retornos a curto prazo que conflitaria com os interesses dos acionistas que buscam retornos a longo prazo em seus investimentos em nossas ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

d. a nossas controladas e coligadas:

O resultado do emissor pode ser diretamente penalizado por um mau desempenho de nossa controlada.

A 4bio opera em um mercado competitivo e de margem comprimida. Uma eventual disputa de mercado baseada em aumento de descontos pode levar a margem da empresa a ficar negativa. A empresa também conta com executivos com larga experiência no setor de medicamentos de especialidade e a perda de qualquer um deles poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios, alterando o nosso resultado operacional e financeiro.

A compra das ações remanescentes da 4Bio poderá impactar de maneira significativa o caixa da controladora.

O acionista André Kina, detentor de 45% das ações da 4Bio, possui uma *put* contra a Companhia, que por sua vez possui uma *call* contra André Kina, ambas com uma regra única pré-estabelecida de precificação que leva em consideração o EBITDA médio de 2018, 2019 e 2020 e a dívida líquida média de 2020. Portanto, não existe um valor fixo previamente estipulado para o exercício destas opções.

O valor justo da opção de compra de ações adicionais no valor de R\$ 45.228 (R\$ 31.632 - Dez-2015), está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais estimativas de valor justo têm como referência: (i) uma taxa de desconto de 22,04% (19,89% - Dez-2015), (ii) uma taxa de crescimento médio de EBITDA de 27,4%, considerando a média dos EBITDAs projetados para os anos de 2018 a 2020 e no múltiplo previsto em contrato.

Os exercícios de ambas opções estão concomitantemente estipulados para 2021, e podem resultar em um descaixe material de caixa e na contração de dívidas. Para gerenciar este risco, a RD seguirá monitorando continuamente a expectativa de desembolso de caixa e refletindo esta potencial obrigação no seu planejamento de caixa como se fosse uma obrigação líquida e certa. Destarte, a RD seguirá mantendo uma estrutura de capital conservadora, com baixa alavancagem, que nos permitirá honrar o exercício das opções por meio de recursos próprios ou da manutenção de ampla capacidade de financiamento que permita à Companhia captar com antecedência os recursos necessários. É importante ressaltar que, apesar de originar risco financeiro, o exercício destas opções, em nossa opinião, não acarreta risco econômico, criando valor para a Companhia na medida em que o desembolso estará diretamente vinculado ao valor do ativo a ser adquirido.

e. a nossos fornecedores:

Mudanças na indústria farmacêutica brasileira poderão ter efeito adverso em nossos negócios.

Fatores relacionados à indústria farmacêutica brasileira que poderão gerar efeitos adversos nos nossos negócios incluem:

- i) mudanças na política de fabricação de produtos farmacêuticos ou procedimentos relacionados a preços, vendas, estoque, distribuição e fornecimento;
- ii) mudanças nos métodos de distribuição dos produtos farmacêuticos;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- iii) mudanças na legislação ou regulamentação relativa à indústria farmacêutica;
- iv) imposições de controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos;
- v) aumento de venda de produtos farmacêuticos pelos supermercados brasileiros.

Futuras mudanças na indústria farmacêutica brasileira poderão afetar adversamente o fornecimento, demanda e preços dos nossos produtos e serviços, restringir a nossa capacidade de realizar negócios em nosso mercado atual e futuro, com consequente efeito adverso para nós.

f. a nossos clientes

Partes substanciais das nossas vendas são efetuadas por cartão de crédito, o que nos faz dependentes das políticas de pagamentos praticadas pelas operadoras de cartão de crédito com relação aos custos associados à aceitação desses cartões de crédito. Qualquer mudança nas políticas praticadas por estas empresas com relação aos estabelecimentos credenciados, tais como a própria Companhia, ou aos nossos clientes, será capaz de afetar o resultado de nossas operações e o preço de nossas ações.

g. aos setores da economia nos quais atuamos

A crescente consolidação do setor de varejo no Brasil poderá exercer pressões em nossas margens e resultado operacional.

O setor de varejo no qual atuamos passou por um processo de consolidação nos últimos anos. Como resultado, temos concorrentes maiores, mais sofisticados e com um poder de barganha crescente, capaz de operar com um estoque reduzido e resistir a aumento de preços, além de demandar preços menores e aumento de programas de promoção. Se não respondermos eficazmente a estas tendências, o ritmo de crescimento de nossas vendas poderá reduzir ou ainda podemos ser obrigados a ter que diminuir nossos preços ou aumentar nossos gastos com promoção, os quais poderão afetar nossos resultados.

Drogarias estão intrinsecamente sujeitas ao risco de que o consumo de seus produtos e serviços possam causar lesões, enfermidade ou morte, e a cobertura do nosso seguro poderá não ser adequada para arcar com quaisquer danos sofridos por clientes.

As drogarias estão expostas a certos riscos inerentes à venda e distribuição de produtos farmacêuticos e demais produtos relacionados à saúde, bem como à prestação de serviços farmacêuticos. Ademais, erros na comercialização de tais produtos farmacêuticos e na prestação de serviços farmacêuticos poderão acarretar sérias lesões ou morte. Reclamações de responsabilidade civil podem ser apresentadas contra nós, no tocante a qualquer dos produtos farmacêuticos ou de outra natureza que vendemos e serviços que prestamos, e poderemos ficar obrigados a suspender ou interromper nossas atividades e a venda de determinados produtos ou a prestação de determinados serviços ou, ainda, a recolher produtos por nós

4.1 - Descrição dos fatores de risco

comercializados. Adicionalmente, o limite da nossa cobertura de seguro poderá não ser adequado para nos proteger de reclamações futuras oriundas de responsabilidade de produtos por nós comercializados ou serviços por nós prestados e, poderemos não ser capazes de manter cobertura de seguro com condições adequadas para esses riscos.

Caso eventuais ações judiciais referentes à responsabilidade por produtos por nós comercializados ou ainda serviços por nós prestados resultem em sentenças desfavoráveis à nossa Companhia, poderemos incorrer em danos à nossa reputação e em indenizações financeiras que podem não ser cobertas integralmente pelos nossos seguros, podendo acarretar efeitos adversos sobre nós.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue:

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controle de preços à maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos.

Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço tem resultado em uma menor margem de lucro em drogaria do que aqueles comumente realizados nos produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não podemos garantir que o Governo Federal não irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderá nos afetar adversamente.

A indústria farmacêutica está sujeita a um grande número de regulamentações.

A indústria farmacêutica está sujeita a um grande número de regulamentações federais, estaduais e municipais para a operação e padrões de segurança do Ministério da Saúde, da ANVISA e agências estaduais e municipais, bem como leis e regulamentações relativas aos aspectos de proteção ao meio ambiente, saúde e segurança, incluindo a exposição, o manuseio e descarte de substâncias perigosas. Não pode haver garantia de que as agências reguladoras ou o poder judiciário irão reconhecer que a Companhia encontra-se completamente enquadrada nos termos das leis e regulamentações.

Nossas operações poderão ser influenciadas pelas regulamentações específicas para os estados e áreas metropolitanas nas quais nós atuamos.

Nossas operações poderão ser influenciadas pelas regulamentações específicas para os estados e áreas metropolitanas nas quais nós atuamos, tais como leis de zoneamento e restrições ao marketing. Particularmente, devido ao fato de parcela significativa de nossas lojas estar localizada na região metropolitana da Grande São Paulo, qualquer regulamentação adicional ou mais onerosa ou restrições impostas pelo estado de São Paulo ou pelo município de São Paulo podem ter efeitos adversos para os nossos negócios.

O cumprimento intempestivo ou o não cumprimento das regulamentações aplicáveis poderão resultar em imposição de sanções na esfera civil e criminal, causando efeito adverso para a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

manutenção dos nossos negócios, incluindo: suspensão dos pagamentos referentes aos programas do governo; perda de certificações exigidas pelo governo; perda de autorização para participar ou nossa exclusão de programas de reembolso do governo; perda de licença para operar uma ou mais lojas ou para exercer determinadas atividades comerciais; ou multas significativas ou penalidades financeiras, podem nos afetar adversamente. Além disso, mudanças dessas regulamentações poderão restringir nossas operações existentes, limitar a expansão dos nossos negócios, e requerer ampliação de sistemas e mudanças operacionais que poderão ser difíceis de serem implementadas.

Mudanças na nossa cadeia produtiva poderão ter efeito adverso em nossos negócios.

Fatores relacionados ao setor farmacêutico que poderão gerar efeitos adversos nos nossos negócios incluem:

- mudanças na política de distribuição de produtos farmacêuticos ou procedimentos relacionados a preços, vendas, estoque, distribuição e fornecimento;
- mudanças nos métodos de distribuição dos produtos farmacêuticos;
- mudanças na legislação ou regulamentação relativa ao setor farmacêutico;
- imposições de controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos, e; aumento de venda de produtos farmacêuticos pelos supermercados brasileiros.

Futuras mudanças no setor farmacêutico poderão afetar adversamente o fornecimento, demanda e comercialização de nossos produtos e serviços, restringir a nossa capacidade de realizar negócios em nosso mercado atual e futuro, com consequente efeito adverso para nós.

Aumento nas despesas de pessoal devido às novas exigências regulatórias ou às negociações trabalhistas desfavoráveis podem nos afetar adversamente.

O cumprimento de novas legislações, regulamentações das autoridades competentes ou negociações trabalhistas desfavoráveis podem acarretar aumentos em nossas despesas operacionais, tais como: (i) incrementos salariais; (ii) aumento do número de funcionários nas lojas, no Centro de Distribuição e no centro administrativo; (iii) substituição de outros profissionais por farmacêuticos; (iv) aumento de outras despesas relativas a vendas em loja; e (v) manuseio e controle no nosso Centro de Distribuição. Não podemos garantir que estes possíveis custos adicionais não sejam repassados a nossos preços. Caso tais repasses não ocorram, estes aumentos de custos podem impactar a nossa rentabilidade e nos afetar adversamente.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Atualmente não atuamos em países estrangeiros.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

j. a questões socioambientais

As maiores preocupações em relação às questões socioambientais estão relacionadas ao consumo e utilização de recursos naturais: água, energia elétrica e combustíveis fósseis, cuja escassez pode impactar a operação, aumentando custos e diminuindo o conforto de clientes e funcionários em nossas instalações.

A Companhia promove entre os funcionários educação para o uso consciente de energia elétrica e água e conta com um comitê estruturado sobre o tema eficiência energética, desenvolvendo programa para controle dos gastos visando a redução do consumo e utilizando de maneira eficaz este recurso nos equipamentos e luminárias de nossas instalações. A escassez deste recurso gera aumento de custos em nossa operação e, no caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica, dificuldade em operar devido à queda de sistemas eletrônicos e possibilidade de perda de itens com necessidade de refrigeração.

A água não possui papel direto em nosso processo produtivo, mas é item essencial para manutenção de condições adequadas para nossos funcionários, sendo utilizada em banheiros e refeitórios. Além das medidas educativas, um de nossos Centros de Distribuição utiliza água de reuso.

Nosso processo de distribuição baseia-se no transporte rodoviário. Dessa forma, uma escassez de combustíveis afeta adversamente o fornecimento e comercialização de produtos em nossas lojas. Mantemos nossa frota sempre atualizada, com veículos modernos e econômicos para reduzir ao máximo a utilização de combustíveis.

A geração de resíduos sólidos é outro tema que nos preocupa em relação às questões sócio ambientais. A Companhia atua de maneira responsável em relação aos resíduos que gera e ao impacto destes no meio ambiente. Praticamos a coleta seletiva e a logística reversa de nossos produtos em lojas e Centros de Distribuição. Disponibilizamos 461 pontos de recolhimento de medicamentos vencidos para a população de 11 estados, para destiná-los também de maneira adequada, evitando a contaminação de solos e lençóis freáticos. A legislação acerca de resíduos sólidos no setor farmacêutico ainda possui pontos em discussão e eventuais mudanças nesta legislação podem exigir adequações da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado

(a) Risco de Mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A exposição do Grupo ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as vendas com recebimento a prazo representaram 50% (49% - Dez/15) e 51% (50% - Dez/15) para o consolidado, sendo que desse total 91% (90% - Dez/14) e 86% (87% - Dez/15) no consolidado são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião do Grupo e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 9% (10% - Dez/15) e 14% (13% - Dez/15) para o consolidado são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM'S"), convênios e cheques pré-datados e boletos, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

A Companhia possui empréstimos com cláusula contratual que requer a manutenção de indicadores financeiros tendo como principal operação com cláusulas dessa natureza as Debêntures simples, quirografária, tendo a 1ª emissão emitida em 19 de abril de 2017. Abaixo a síntese o índice financeiro (*Covenants*) previsto, conforme documentos de oferta pública registrada na CVM:

Dívida Líquida Financeira/ EBITDA menor ou igual a 3,0.

(c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações. O endividamento substancial da companhia pode limitar a capacidade de obtenção de financiamentos adicionais para o capital de giro.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política controlar a alavancagem de sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM) e 1ª emissão de debêntures, com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão do caixa líquido ou da dívida líquida pelo patrimônio líquido. O caixa líquido ou a dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	Valores em Milhares de R\$			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Financiamentos de curto e longo prazo	413.191	289.685	413.968	296.388
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(273.095)	(264.549)	(276.632)	(266.051)
Dívida líquida	140.096	25.136	137.336	30.337
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	2.909.787	2.633.809	2.909.787	2.633.809
Participação de não controladores			26.168	22.989
Total do patrimônio líquido	2.909.787	2.633.809	2.935.955	2.656.798
Índice de alavancagem financeira	4,81	0,95	4,68	1,14

(d) Risco de Contraparte

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$ 273.095 milhões em caixa e equivalentes de caixa, estes recursos estão alocados em instituições financeiras, de acordo com os limites estabelecidos pela Política de Riscos.

Inquietações na economia, fraudes e má gestão podem afetar a capacidade financeira das instituições em honrar suas obrigações. No caso de uma falta de crédito de uma contraparte, a Companhia pode ter perdas significativas nos recursos aportados na instituição financeira.

(e) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Valores em Milhares de R\$				
CONTROLADORA				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.028	1.285	1.542
Receita		1.028	1.285	1.542
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	6	7	9
Despesa		6	7	9
CONSOLIDADO				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.043	1.304	1.564
Receita		1.043	1.304	1.564
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	6	7	9
Despesa		6	7	9

(f) Estimativa do valor justo

Os saldos de aplicações financeiras informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

	Valores em Milhares de R\$
	Controladora e Consolidado
	Opção de compra de ações adicionais
Saldo inicial	
Aquisição da 4 Bio	31.632
Despesas reconhecidos no resultado	13.596
Saldo Final	45.228
Total de despesas no exercício incluídas no resultado	13.596
Variação das despesas não realizadas no exercício incluídas no resultado	13.596

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes dos quais somos parte, de acordo com sua natureza.

Ação Civil Pública

PROCESSO N.º. 0010156-53.2015.5.03.0021	
a. Juízo	21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	05-07-2010
d. Partes do processo	Ministério Público do Trabalho de Uberlândia e Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	Valor da causa R\$ 1.000.000,00 – obrigação de fazer (anotação de ponto, respeito ao limite de jornada, concessão de intervalos, abstenção de trabalho aos domingos, para quem tiver folga no mesmo dia), pagamento e horas extras e dano moral coletivo,
f. Principais fatos	horas extras; registro de ponto; intervalos intra e interjornadas; compensação por dano moral
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	Necessidade de anotação da jornada de trabalho dos empregados em registro de ponto; pagamento das horas extras realizadas, com acréscimo de adicional; limitação da jornada, inclusive de horas extras – limite de duas diárias; concessão de intervalo para refeição e descanso, para refeição e descanso; concessão de folgas de 11 horas consecutivas entre uma jornada e outra, bem como folga semanal de 24 horas, preferencialmente aos domingos; conceder folgas aos empregados nos domingos, quando estas estiverem previstas para tal dia da semana; pagamento de multa pro obrigação de fazer; pagamento de indenização por danos morais.

Aspectos Tributários

Em 31 de dezembro de 2016, figurávamos como ré em 344 processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Os processos que representavam contingências passivas totalizavam, naquela data, o valor aproximado de R\$ 100.787 mil.

Como prática interna adotada por nós provisionamos os valores referentes a contingências prováveis, razão pela qual temos provisionado o montante aproximado de R\$ 655 mil

Dentre as ações de natureza tributária que representavam contingência relevante para a Companhia em dezembro de 2016 em razão do respectivo valor destacam-se:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**(I) IRPJ e CSLL:**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 19515.000237/2006-12	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
c. Data de instauração	30/03/2006
d. Partes do processo	AUTUANTE: Receita Federal do Brasil; AUTUADA: Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 5.412.425,98 em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Trata-se de manifestação de inconformidade em face do auto de infração, o qual a Impugnante teria deduzido despesas como BRINDES da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no ano calendário de 2001.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 5.412.425,98 em dezembro/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 19515.001156/2008-00	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	31 de março de 2008
d. Partes do processo	AUTUANTE: Receita Federal do Brasil; AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 2.433.382,39 em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para exigir crédito tributário de IRPJ e de CSLL, referente ao ano-calendário de 2003, sob as alegações de: (i) dedução indevida de despesas incorridas com o “programa raia agradece”, que, no entendimento da fiscalização, configuram-se como despesas com brindes; (ii) inobservância dos requisitos legais para a dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos; (iii) dedução indevida de saldos lançados na conta “prêmios a pagar”, que, segundo a fiscalização, seriam provisões indedutíveis; (iv) dedução indevida de gastos com manutenção de equipamentos e hardware, que, ao ver da d. autoridade fiscal, estariam sujeitos a regras de depreciação, eis que implicariam em aumento da vida útil de bem do ativo permanente.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.433.382,39 em dezembro/2016.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 16561.720167/2014-89	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	2º Instancia
c. Data de instauração	15/12/2014
d. Partes do processo	AUTUANTE: Receita Federal do Brasil; AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 8.338.796,83, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para exigência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre Lucros Líquidos ("CSLL"), relativos aos anos-base de 2009 a 2012, cumulados com multa de ofício agravada e juros de mora. De acordo com entendimento da Autoridade Fiscal, seria necessária a "glosa de deduções da amortização de ágio nas bases do IRPJ e da CSLL (...) de RAIA", uma vez que tais deduções só teriam sido possíveis por intermédio da utilização de suposta "empresa veículo", desprovida de qualquer propósito negocial.
g. Chance de Perda	Possível (Principal) / Remota (Multa)
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 8.338.796,83, em dezembro/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 16561.720038/2015-71	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	2º Instancia
c. Data de instauração	27/04/2015
d. Partes do processo	AUTUANTE: Receita Federal do Brasil; AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 8.890.322,91, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para exigência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre Lucros Líquidos ("CSLL"), relativos aos anos-base de 2009 a 2012, cumulados com multa de ofício agravada e juros de mora. De acordo com entendimento da Autoridade Fiscal, seria necessária a "glosa de deduções da amortização de ágio nas bases do IRPJ e da CSLL (...) de RAIA", uma vez que tais deduções só teriam sido possíveis por intermédio da utilização de suposta "empresa veículo", desprovida de qualquer propósito negocial.
g. Chance de Perda	Possível (Principal) / Remota (Multa)
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 8.890.322,91, em dezembro/2016.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**(II) FINSOCIAL/COFINS:**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 10880.000388/94-70	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	29.12.93
d. Partes do processo	AUTUANTE: Receita Federal do Brasil; AUTUADA: Drogasil
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 2.749.725,81, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	A empresa foi autuada sob a alegação de não ter efetuado os recolhimentos do FINSOCIAL no período de janeiro a março de 1992 e da COFINS, no período de abril a dezembro de 1992, pela alíquota de 2%.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.749.725,81, em dezembro/2016.

(IV) Adicionalmente, em dezembro de 2016, A Companhia era parte nos seguintes processos judiciais e autos de infração, relativos à margem do ICMS, no período de 10/94 à 10/97, sendo:

Processos Judiciais relativos à diferença entre base de retenção do ICMS no regime de substituição tributária e o preço efetivamente praticado:

Auto de Infração e Imposição de Multa – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

AIIM 4.020.867-9 - PORTARIA CAT N° 17/1999	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. Instância	2ª Instancia
c. Data de instauração	19/07/2013
d. Partes do processo	AUTUANTE: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 15.347.981,63, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração e Imposição de Multa por meio do qual se exige o recolhimento de ICMS no importe de R\$ 3.978.563,09, acrescido de multa de ofício de 50% e juros de mora, em razão da não comprovação do direito de ressarcimento do ICMS retido a maior por substituição tributária, relativo aos períodos de apuração de abril, maio e junho de 2008, formalizado por meio dos processos GDOC'S 51257-203178/2010 e 51257- 291981/2010.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 15.347.981,63, em dezembro/2016.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

AIIM 4.039.062 -7 - PORTARIA CAT N° 17/1999.	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. Instância	2ª Instancia
c. Data de instauração	31/03/2014
d. Partes do processo	AUTUANTE: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 3.510.669,46, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Lavrado auto de infração, sob as alegações de: (i) não atender notificação prévia, a qual determinava o recolhimento do valor excedente do ressarcimento relativo ao ICMS retido a maior por substituição tributária, referente a março/2009; (ii) creditamento indevido do ICMS, ao lançar em sua GIA, referência março/2009, erroneamente no código 719 quando o correto é o código 721, montante de crédito de operação própria no valor de R\$ 2.439.711,23, quando o Fisco apurou o valor de R\$ 1.861.858,26.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 3.510.669,46, em dezembro/2016..

AIIM 4.046.508-1	
a. Juízo	Tribunal de Impostos e Taxas - SP
b. Instância	2ª Instancia
c. Data de instauração	03/06/2015
d. Partes do processo	AUTUANTE: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 2.327.511,97, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Auto de Infração que exige o recolhimento de ICMS no importe de R\$ 802.825,58, acrescido de multa de mora, por suposta falta de recolhimento do tributo devido sob o regime de substituição tributária no período de apuração de 11/2013 a 01/2014.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.327.511,97, em dezembro/2016.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**(V) Auto de Infração - Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina**

INFRAÇÃO FISCAL 1570000049001	
a. Juízo	Fazenda do Estado de Santa Catarina
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	24/06/2015
d. Partes do processo	AUTUANTE: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 5.257.057,41, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Notificação que aponta suposta irregularidade consubstanciada na apropriação de crédito de imposto (ICMS) relativo a pedido de restituição ainda pendente de autorização.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 5.257.057,41, em dezembro/2016.

(VI) Autos de Infração – Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná

PROCESSO AMINISTRATIVO N. 6606738-6	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	05/11/2014
d. Partes do processo	AUTUANTE: Inspeção Regional de Fiscalização do Paraná AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 1.773.761,99, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Notificação que aponta suposta irregularidade consubstanciada na falta de recolhimento do ICMS relativo a substituição tributária quanto às mercadorias (entradas) constantes no relatório denominado "Levantamento Físico - resumo" cujo valor teria sido obtido após levantamento físico quantitativo realizado no exercício de 2013.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.773.761,99, em dezembro/2016.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 6606904-4	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	14/11/2014
d. Partes do processo	AUTUANTE: Inspeção Regional de Fiscalização do Paraná AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 1.753.007,35, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Trata-se de notificação apontando suposto débito de ICMS relativo a substituição tributária quanto às mercadorias (entradas) constantes no relatório denominado "Levantamento Físico – Resumo.pdf", cujo valor teria sido obtido após levantamento físico quantitativo realizado nos exercícios de 2011 e 2012.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.753.007,35, em dezembro/2016.

(VII) Auto de Infração – Prefeitura Municipal de São Paulo

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 6017.2016/0000717-0	
a. Juízo	Prefeitura do Município de São Paulo - SP
b. Instância	2ª Instancia
c. Data de instauração	29/01/2016
d. Partes do processo	AUTUANTE: Município de São Paulo AUTUADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 350.997,14 em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Trata-se de autos de infração lavrados com a finalidade de exigir o Imposto sobre Serviços - ISS que supostamente deixou de ser retido pelo ano de 2010, relativo a serviços executados por prestadores não cadastrados perante a Municipalidade.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 350.997,14 em dezembro/2016.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(VIII) Execução Fiscal – Estado de Minas Gerais

EXECUÇÃO FISCAL N° 1691516-04.2015.8.13.0024	
a. Juízo	Fórum de Belo Horizonte
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	25/08/2015
d. Partes do processo	EXEQUENTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais EXECUTADA: Raia Drogasil S.A.
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 6.215.189,67, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal do crédito tributário objeto Auto de Infração PTA 01.000198561- 20, lavrado por ter a empresa, supostamente, deixado de reter ou retido a menor o ICMS devido por substituição tributária, em operações de transferência de mercadorias para filiais mineiras, ocorridas nos anos de 2009, 2010 e 2011.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 6.215.189,67, em dezembro/2016.

(IX) Mandado de Segurança – Contribuição Previdenciária

MANDADO DE SEGURANÇA n° 0002146-66.2016.403.6100	
a. Juízo	Fórum Federal Cível de São Paulo - SP
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	03/02/2016
d. Partes do processo	IMPETRANTE: Raia Drogasil IMPETRADO: Receita Federal
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 2.428.116,22, em dezembro/2016.
f. Principais fatos	Trata-se de mandado de segurança objetivando a renovação da certidão fiscal, visto que os supostos débitos apontados no relatório de restrições decorrem de descon sideração de procedimento de denúncia espontânea realizado pela Impetrante.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.428.116,22, em dezembro/2016.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não somos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não existem informações adicionais sobre processos sigilosos relevantes dos quais somos parte e não foram divulgados nos itens 4.3 e 4.4.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

- **Processos Cíveis**

a) Valores envolvidos	R\$ 6,7 milhões
b) Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Contingência relacionada a processos judiciais cíveis de natureza consumerista com objetos diversos, tais como: indenização por protesto indevido de títulos, relação de consumo (produtos com defeito, venda incorreta de medicamentos), furto de objetos de clientes por terceiros em nossos estabelecimentos, dentre outros.

- **Processos Trabalhistas**

a) Valores envolvidos	R\$ 74,8 milhões
b) Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Contingência relacionada a processos judiciais trabalhistas com objeto diversos, tais como: horas extras, verbas rescisórias, adicional noturno, dano moral, reembolso de descontos indevidos, contribuições sindicais e adicional de insalubridade.

4.6.1. Indicar o total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

- Os valores provisionados para os processos cíveis totalizam R\$ 0,4 milhões e para os trabalhistas totalizam R\$ 16,4 milhões.
- Salientamos que os valores aqui descritos são baseados nas informações da Companhia em 31 de dezembro de 2016, bem como que os processos descritos no item 4.3. não são considerados processos repetitivos ou conexos e, portanto, não estão incluídos na letra “b” do presente item.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, pois somos uma Companhia nacional, com sede e ações emitidas no Brasil.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gestão de Riscos Corporativo está em fase de revisão e aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, a Companhia adota as seguintes práticas e controles para o gerenciamento de seus riscos estratégicos, operacionais, regulatórios e de *compliance*.

Os fatores de riscos apresentados no item 4.1 são avaliados constantemente pela Diretoria Executiva e Comitê de Finanças e reportados ao Conselho de Administração periodicamente os mecanismos adotados para o gerenciamento dos riscos da Companhia.

Adicionalmente a Administração monitora outros fatores de riscos que possam de alguma forma impactar o negócio, conforme apresentamos:

- Código de Ética e Conduta. Visando preservar e fortalecer a imagem da Companhia perante seus clientes, fornecedores e investidores, de forma a atingir elevados padrões éticos, a Companhia instituiu um Código de Ética e Conduta, cujo objetivo é delinear as diretrizes que irão dirigir seus administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços regulares da Companhia ("Colaboradores") a adotarem, em seu dia a dia de trabalho, comportamentos e atitudes guiados pela ética e pelos valores da Companhia. O Código de Ética e Conduta estabelece os valores e as diretrizes da Companhia que irão orientar as decisões e atitudes de todos os Colaboradores, no exercício de suas atribuições, servindo de guia para suas condutas pessoais e profissionais, sempre baseados na dignidade, liberdade, integridade, lealdade e justiça. Todos os Colaboradores devem assinar um termo de recebimento do Código de Conduta;
- Adequação de Fornecedores e Prestadores de Serviços aos Padrões Éticos de Conduta. A relação da Companhia com seus fornecedores e prestadores de serviços exige transparência e lisura nos procedimentos de compra quanto a preços, qualidade dos materiais e serviços a serem adquiridos. Nossas negociações devem ser realizadas com fornecedores e prestadores de serviço que operem nos padrões éticos compatíveis com os descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia. Dessa forma, no processo de seleção de fornecedores, a Companhia considera, de forma imparcial, fatores técnicos, pautando-se igualmente na adequação de tais fornecedores aos princípios éticos da Companhia e do mercado;
- Gerenciamento de Situações de Conflito de Interesse. O Código de Ética e Conduta da Companhia estabelece diretrizes para situações de conflito de interesses pessoais de Colaboradores e da Companhia que possam comprometer ou, de alguma forma, influenciar de maneira indevida o desempenho de suas atribuições e responsabilidades. Dessa forma, diante de uma situação de conflito de interesses, o colaborador deverá posicionar seu superior imediato para que este tome a decisão cabível, de forma a zelar pelo patrimônio da Companhia, de seus clientes, acionistas, investidores e demais partes relacionadas;
- Canal Conversa Ética. A Companhia, com o fim de promover um ambiente de trabalho norteado pela honestidade e transparência, instituiu um canal de denúncias destinado ao relato de situações de práticas suspeitas, ou no caso de clara violação ao disposto no Código de Ética e Conduta. As violações às disposições do Código de Ética e Conduta podem ser levadas ao conhecimento do Diretor Presidente da Companhia, sendo certo que o anonimato do funcionário e a confidencialidade do caso serão garantidos. Ademais, como forma de incentivar

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

o reporte de denúncias, a Companhia não tolera quaisquer atos de punição ou retaliação contra funcionário ou terceiros que efetuem denúncias. O Canal de Ética da RD dotado de independência, imparcialidade e autonomia, funciona alinhado com as definições da Administração.

Transparência essa é a receita da RD para promover o Programa de Ética & Compliance. Voltado para prevenção, detecção, orientação e remediação dos atos lesivos ao Código de Ética e Conduta e na condução dos negócios. O Programa visa por meio de quatro pilares o fortalecimento e aderência do comportamento de nossos funcionários aos valores da RD, são eles: Canal Conversa Ética; Instrumentos Internos; Comunicação; Formação e Desenvolvimento; e Compliance.

- **Treinamentos.** A Companhia promove com frequência treinamentos aos funcionários que atendem em lojas e estabelecimentos comerciais, visando orientar e informar as diretrizes relativas aos requisitos para a venda de medicamentos em geral e controlados, bem como instruir sobre as regras de atendimento a clientes, de forma a evitar e/ou mitigar riscos de infringências à regulação à qual o setor do varejo farmacêutico está submetido. Em 2016 foram capacitados no tema do Código de Ética e Conduta 13.316 funcionários pelo Portal do Saber (educação à distância), num total de 1.105 horas de treinamento.
- **Monitoramento da Legislação e Questões Regulatórias.** A Companhia tem como prática monitorar constantemente as regulamentações e instruções normativas relacionadas ao setor farmacêutico. Este monitoramento é realizado pelo Departamento Jurídico, o qual, após a identificação de eventuais mudanças legislativas, procede à avaliação de seu impacto nas atividades da Companhia;
- **Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.** A Companhia possui comitês de assessoramento, cujas atribuições estão descritas no item 12.1 deste Formulário de Referência. Estes Comitês atuam em conjunto com a Diretoria da Companhia no monitoramento de determinados riscos;
- **Monitoramento dos Sistemas de Operações Gerenciais.** Tendo em vista que o sucesso das operações da Companhia depende da funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade do centro de processamento de dados e outros vários sistemas da Companhia, incluindo o sistema de pontos de venda nas lojas, sistemas de logística e de comunicação, a Companhia tem como prática a checagem dos sistemas para garantir a funcionalidade, de forma a controlar ou mitigar falhar nos sistemas de operações gerenciais que gerem interrupção e danificação de suas operações.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política terá como objetivo definir diretrizes para a gestão de riscos da Companhia e orientações para os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos relacionados aos objetivos do negócio, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões e ao planejamento estratégico, a fim de alinhar a governança da RD às boas práticas de mercado. A política, quando aprovada, proporcionará uma linguagem comum, de forma a divulgar e estimular a cultura de gestão de riscos.

- i. *Riscos para os quais se busca proteção*
 - o Concorrência

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- Aumento do valor e não renovação dos alugueis
- Capacidade de operar as lojas
- Sistemas operacionais
- Abastecimento e distribuição para as lojas
- Obtenção de recursos financeiros
- E demais riscos que possam impedir o atingimento dos objetivos da Companhia

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia conta com a atuação de todos os níveis da Companhia, abrangendo o Conselho de Administração, os seus Comitês de assessoramento, a Diretoria, a Gestão e todos os seus profissionais.

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes de risco para a Companhia; monitora, com o suporte dos Comitês a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos da Companhia; aprova as políticas e procedimentos relacionados ao gerenciamento de riscos; e aprova todas as informações apresentadas ao mercado relacionados à estrutura de gerenciamento de riscos, às suas atividades e os resultados apurados.

Os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração auxiliam o Conselho na supervisão das atividades de gerenciamento de riscos da Companhia; atuam e interagem com a gestão, a auditoria interna, a auditoria independente, a gerência de gestão de riscos e de controles internos de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração; e revisam periodicamente os fatores de riscos que possam de alguma forma impactar a Companhia.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A gerência de gestão de Riscos e Controles Internos:

- fornece ao Conselho de Administração, aos Comitês e à Diretoria Executiva avaliações tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia;
- define a metodologia corporativa de gestão de riscos pautada em uma visão integrada e sistêmica que possibilita um ambiente de contínuo monitoramento dos riscos nos mais diversos níveis hierárquicos da Companhia;
- assegura a manutenção da política de gerenciamento de riscos e verificam o cumprimento dos limites estabelecidos;
- avalia e propõem estratégias de mitigação dos riscos, suportando as áreas de negócio.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Em 2016 a Companhia implementou a Gerência de Riscos e Controles Internos que assessora a Diretoria Executiva, o Comitê de Finanças e o Conselho de Administração na avaliação dos controles internos, visando verificar a adequação destes controles e atividades atuais com as práticas e diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pela Companhia.

A Gerência é responsável também por fornecer suporte no desenvolvimento de processos e procedimentos, treinamentos e formas de comunicação que permitam a disseminação da cultura de gestão de riscos na Companhia.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos de mercado

A Companhia avalia qualquer possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição, nas operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias

As práticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Companhia estão apresentadas na Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado. Tal documento está em processo de avaliação e revisão pelo Conselho de Administração.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

i. *Riscos de mercado para os quais se busca proteção*

A Companhia busca proteção majoritariamente para riscos de mercado associados às instituições financeiras, além dos riscos de câmbio e taxa de juros.

A Política estabelecerá as diretrizes que possibilitem a mensuração e o gerenciamento do risco de mercado incidente sobre as operações da RD, de forma a assegurar que as ações necessárias ao controle e correção de eventuais deficiências sejam implementadas conforme padrões avaliados e aprovados pela Diretoria competente.

As Estratégias da Política incluirão a mensuração da exposição, o monitoramento das operações, a mitigação dos riscos, a análise de sensibilidade e a indicação dos instrumentos financeiros permitidos pela Companhia.

Haverá ainda a indicação dos riscos com as devidas origens e controles associados.

ii. *Estratégia de proteção patrimonial*

Os riscos associados às instituições financeiras são geridos pela Companhia através do controle na realização de operações financeiras ativas ou passivas com instituições financeiras públicas com rating acima de AA+ ou privadas AAA. Os riscos de liquidez são gerenciados pela gestão diária do fluxo de caixa e de suas obrigações; aplicação do excesso de caixa em ativos financeiros com vencimentos apropriados com a necessidade da Companhia, bem como o controle da alavancagem financeira.

A proteção contra os riscos de câmbio é efetuada através do controle na aquisição de máquinas e equipamentos para a Companhia. Nesta situação a RD, avalia a viabilidade da contratação de operação de proteção à exposição cambial (hedge) em condições favoráveis.

E os riscos de taxa de juros são gerenciados pelo controle dos empréstimos e financiamentos com taxas fixas ou indexadores de baixo riscos (Selic, TJLP e IPCA), além da aplicação com taxas fixadas pelo CDI.

iii. *Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)*

A política de riscos de mercado permite o uso de instrumentos financeiros derivativos como *swaps* e *non deliverable forward (NDF)* para fins de hedge. A escolha por cada tipo de instrumentos depende da natureza da operação, incluindo prazo e condições.

iv. *Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*

Os instrumentos financeiros permitidos pela política da Companhia são contratos em instituições financeiras de renomadas e com boa saúde financeira.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- v. *Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos*

Atualmente, quando necessário, a Companhia opera com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

- vi. *A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado*

Visando uma adequada gestão de riscos, com uma divisão explícita das responsabilidades, principalmente quanto a segregação de funções entre definição, controle e execução das operações. As atividades de gerenciamento de risco de mercado são iniciadas na Gerência Finanças e encaminhadas para ciência e discussão com o Comitê de Finanças e Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê de Finanças também atua assessorando o Conselho no desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos financeiros e no acompanhamento do cumprimento desta política, verificando o enquadramento dos limites globais estabelecidos.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Finanças com o apoio das Gerências de Finanças e de Riscos e Controles Internos avalia as operações contratadas pela Companhia, visando assegurar o cumprimento das diretrizes indicadas na política corporativa e reporta ao Conselho de Administração suas considerações.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles

A Companhia mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas bom grau de eficiência e segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

- Registro das Operações Financeiras. O registro das operações é efetuado por um sistema integrado de gestão empresarial e planejamento de recurso corporativo transacional, denominado SAP. Este recurso possibilita à Companhia integrar todos os seus dados e processos em um único sistema. Ademais, o monitoramento dos saldos financeiros é realizado diariamente pela área de finanças que é responsável por controlar todas as movimentações financeiras da Companhia e reportar aos Administradores. A área de Controladoria e Finanças também avalia a razoabilidade dos saldos de todas as movimentações financeiras e, em hipótese de discrepâncias relevantes, justificativas e ajustes são solicitados às respectivas áreas.

Além disso, mensalmente um checklist de fechamento contábil é disponibilizado na rede da Companhia para que as áreas envolvidas possam reportar as operações e atividades do mês. A área Contábil realiza o acompanhamento do checklist para se assegurar de que todas as atividades de fechamento contábil foram concluídas e que o fechamento contábil do mês pode ser finalizado. Ademais, a área de Controladoria também realiza a análise das variações das contas patrimoniais e de resultado. Todas as variações significativas das contas patrimoniais e de resultado são analisadas para checagem da coerência das justificativas.

- Política de Fechamento Contábil. A Companhia dispõe de uma política corporativa que visa estabelecer as diretrizes e direcionar ações a todos os envolvidos no processo de Fechamento Contábil, visando a elaboração e divulgação das informações à Alta Administração, Comitês, Auditoria Externa e órgãos de controle.

- Elaboração das Demonstrações Financeiras. Trimestralmente são elaborados e divulgados os relatórios financeiros da Companhia, conforme regulamentação aplicável. Estes relatórios são elaborados com base no balanço consolidado da Companhia, DRE, DMPL, fluxo de caixa, DVA, notas explicativas e comentário de desempenho/relatório da administração. A versão preliminar dos relatórios financeiros é revisada pelas áreas de Controladoria e Contabilidade, que revisa a razoabilidade dos saldos apresentados e das notas explicativas. A revisão é documentada por escrito na versão preliminar e arquivada na Área de Contabilidade.

5.3 - Descrição dos controles internos

Por fim, é importante ressaltar que a Companhia está conduzindo um trabalho de mapeamento de processos com o intuito de aprimorar a sua política de controles internos e de gerenciamento de riscos. O escopo deste trabalho também contempla determinar o tamanho da estrutura organizacional requerida para garantir a efetividade da política de controles internos e gerenciamento de riscos a ser adotada.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Conforme descrito no item 5.3 (a) acima, os controles internos relativos às demonstrações financeiras da Companhia são feitos de forma integrada entre várias áreas e departamentos da Companhia.

- Conselho de Administração. Como um dos principais componentes do sistema de governança corporativa, o Conselho de Administração toma decisões conforme interesses da Companhia, os quais são expressados mediante deliberação e voto da maioria dos Conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na Administração da RD. Conforme descrito no Regimento Interno do Conselho de Administração, é de sua responsabilidade o monitoramento da estrutura de controle da Companhia, bem como a discussão das principais deficiências identificadas com os devidos planos de ação.
- Comitê de Finanças. É função do Comitê de Financeiro orientar o Conselho de Administração na estratégia financeira da Companhia bem como na identificação de riscos e na elaboração de estratégias e políticas para a mitigação destes.
- Diretoria. Cabe ao diretor-presidente e vice-presidentes a responsabilidade pela gestão da Companhia e a coordenação dos demais diretores, incluindo a execução das diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração e a prestação de contas a este órgão. O diretor-presidente, os vice-presidentes e os diretores estabelecem um relacionamento transparente com as partes interessadas, prestando aos envolvidos as informações de seu interesse, zelar pelo cumprimento do código de conduta.
- Gerência de Controles Internos e Riscos. Atuar proativamente no monitoramento da conformidade dos agentes de governança às normas aplicáveis e na recomendação do aperfeiçoamento de controles, políticas e procedimentos, alinhados às boas práticas de mercado. Estabelecer as políticas de controles internos da Companhia; revisar processos e avaliar riscos que possam impactar os objetivos da Companhia. Apoiar o desenvolvimento de políticas e procedimentos corporativos. Promover a aderência às normas estabelecidas pela administração. Apoiar a definição de papéis e responsabilidades. Desenvolver e aprimorar políticas e práticas de controles internos. Identificar mudanças que possam impactar o apetite a riscos e o ambiente de controles da Companhia. Fornecer orientações e treinamentos sobre gerenciamento de riscos e controles internos. Monitorar a adequação e a eficácia do ambiente de controles internos.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração

A Companhia está implementando uma área dedicada ao tema de controles internos e gestão de riscos. Atualmente há um reporte periódico em relação aos riscos monitorados por parte da Diretoria Executiva ao Comitê de Finanças e também ao Conselho, periodicamente. A Companhia está desenvolvendo atualmente um trabalho com o intuito de formalizar estratégias e políticas e para a atribuição de responsabilidades. O escopo deste trabalho também contempla determinar o tamanho da estrutura organizacional necessária para tal.

5.3 - Descrição dos controles internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório de auditoria relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram detectadas deficiências sobre o ambiente de controles internos, algumas delas classificadas como significativas pelo auditor independente, conforme detalhado no anexo A.

Todas as deficiências foram avaliadas e comentadas pela administração da RD, bem como as devidas providências para corrigi-las estão sendo adotadas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Companhia vem trabalhando para implementar ações relacionadas ao contínuo aprimoramento dos seus controles internos com o intuito de corrigir as deficiências apontadas pelo auditor independente, bem como para reduzir o número de ocorrências futuras. No Anexo A temos um detalhamento das providências que foram ou estão sendo tomadas para a correção das deficiências apontadas.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia acreditam que as estruturas organizacionais, os procedimentos e as ações descritas anteriormente, juntamente com o sistema de elaboração das demonstrações financeiras, são suficientes para assegurar a precisão e a confiabilidade dos relatórios financeiros.

5.3 - Descrição dos controles internos

Deficiências Significativas (DS)

Classificação		Sequencial	Observação	Comentário e plano de ação da administração
2015	2016			
N/A	DS	1	<p>Acordos Comerciais</p> <p>a) Ajuste Cut-off Janeiro/2016 e Janeiro/2017 Identificamos que os acordos comerciais são reconhecidos após período de competência, decorrente ao atraso do recebimento das informações por parte das áreas de compras, responsável por negociar o termo dos acordos e gerenciar os processos atrelados. Efetuamos levantamento do montante reconhecido fora do período de competência considerando as transações registradas até 31/01/2016, que deveriam ter sido registradas no exercício de 2015 e as transações registradas até 31/01/2017, que deveriam ser consideradas no exercício de 2016 e sugerimos ajuste de R\$ 19.987 milhões.</p> <p>b) Documento de acordo comercial assinado - ausência de descrição por natureza e descontos Verificamos que podem ser firmados acordos comerciais de naturezas diferentes com o mesmo fornecedor, porém a descrição do contrato assinado com o fornecedor não é formalizada de maneira detalhada e não reflete a operação que está sendo firmada. Além disso, verificamos ainda que não há formalização dos valores negociados com os fornecedores, bem como dos descontos concedidos nos acordos comerciais assinados.</p> <p>c) Ausência de Política para transações de acordos comerciais Identificamos que não há uma política firmada e divulgada para as áreas envolvidas com as premissas e os procedimentos a serem realizados do início ao fim da operação.</p>	<p>Os processos de apuração e corte foram adequados visando a contabilização correta dos números dentro do período de competência.</p> <p>Foram envolvidas as Gerências de Administração de Compras e Contabilidade Gerencial.</p> <p>Efetuada em março de 2017.</p> <p>Os acordos têm a descrição do “Tipo de acordo” com códigos específicos para cada natureza. E há o campo indicando o valor a pagar, o valor com desconto, número de parcelas, e divisão entre Raia e Drogasil. Porém é necessário incluir mais detalhes e condições comerciais. Serão envolvidas as áreas do Compras Diretas, Trade, Marketing CRM, Multicanal e Gerenciamento de categoria.</p> <p>Prazo: dezembro de 2017</p> <p>Será formalizado a política com a descrição detalhada dos procedimentos executados da formalização até a finalização dos Acordos Comerciais.</p> <p>Serão envolvidas as áreas do Compras Diretas, Trade, Marketing CRM, Multicanal e Gerenciamento de categoria.</p> <p>Prazo: dezembro de 2017.</p>
DS	DS	2	<p>Fragilidades no processo de lançamentos contábeis manuais</p> <p>Não foram implementados procedimentos formais com o objetivo de assegurar que lançamentos contábeis registrados manualmente no sistema SAP sejam devidamente aprovados e revisados por pessoa independente.</p> <p><i>Durante o exercício de 2016, observamos que embora a administração tenha envidado esforços para revisão dos lançamentos manuais de algumas</i></p>	<p>Implementação da funcionalidade de workflow no SAP para garantir a aprovação independente do lançamento manual.</p> <p>Serão envolvidas as Vice-Presidências de Finanças, RH e Logística e TI.</p> <p>Prazo para implementação dezembro de 2018.</p>

5.3 - Descrição dos controles internos

			<i>contas específicas, a fragilidade de controle não foi remediada.</i>	
DS	DS	3	<p>Ausência de aprovação após alteração de pedido de compras no sistema SAP</p> <p>Constatamos que os pedidos de compras inicialmente aprovados no sistema Saphira, podem ter seu valor alterado após serem migrados para o sistema SAP, sem que seja acionado um novo fluxo (<i>workflow</i>) de aprovação.</p> <p>A alteração de valores diretamente no sistema SAP possibilita que compras sejam realizadas com valores não aprovados pelos gestores e, consequentemente, impactando definições de orçamentos gerenciais aumentando o risco de fraude relacionada ao processo e perdas financeiras a Companhia.</p> <p>Durante o exercício de 2016, observamos que a deficiência de controle não foi remediada.</p>	<p>Está em fase de teste parametrização no SAP e exige uma nova aprovação, em caso de alteração no valor do item.</p> <p>Estão envolvidas as Diretorias de TI e de Compras Indiretas.</p> <p>Prazo: junho de 2017</p>
N/A	DS	4	<p>Fragilidades na estrutura de governança e controles sobre o gerenciamento de risco relacionado com Segregação de Funções no acesso lógico aos diversos sistemas da Cia.</p> <p>Observamos que a RD não possui uma estrutura de governança, avaliação de risco, processos e controles na gestão e monitoramento de acessos críticos e conflitantes aos sistemas corporativos, com o objetivo de promover a adequada separação de acessos e funções aos usuários de sistemas. A ausência de uma estrutura de governança que identifica, classifica e aplica regras de separação de acessos, expõe a Cia a riscos diversos, como transações não autorizadas, abuso do privilégio de acesso e até mesmo fraudes.</p>	<p>Será implementado um controle para avaliação dos acessos quanto à adequação e segregação dos acessos às funcionalidades do ERP da Companhia.</p> <p>Este processo já foi iniciado e os resultados geraram ações imediatas pela Departamento de TI.</p> <p>Prazo: dezembro de 2017</p>
OD	DS	5	<p>Divulgações nas Demonstrações Financeiras</p> <p>No decorrer da nossa leitura das Demonstrações Financeiras da Companhia, identificamos aspectos de divulgações específicas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS que foram consideradas como incompletas, omitidas</p>	<p>Serão efetuadas as devidas adequações visando a melhoria nas divulgações das Demonstrações Financeiras. Prazo: dezembro de 2017</p>

5.3 - Descrição dos controles internos

		<p>ou imprecisas e que, mesmo tendo sido de alguma forma endereçadas pela administração, requerem atenção e melhoria para completa aderência aos requerimentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhor apresentação da DRE, atualmente como um misto por natureza e por função. A linha de natureza "depreciação e amortização" destoa das demais linhas por função (incluída divulgação adicional separando a despesa de depreciação e amortização entre despesa com vendas e administrativas); • Reclassificação de IR Corrente x Diferido, decorrente de despesas temporariamente ineditáveis não adicionadas na apuração do Lucro Real; 	<p>IR</p> <p>O valor do IR da despesa não dedutível foi classificado como ativo diferido.</p> <p>Neste momento o valor foi oferecido à tributação, conforme a instrução da RF 1515/2014.</p> <p>A Diretoria Fiscal e Tributária foi a responsável pela execução do plano de ação, realizado em fevereiro de 2017.</p>
--	--	--	--

5.4 - Alterações significativas

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações nos principais riscos de mercado e no monitoramento de riscos adotados pela Companhia. Não há expectativa de redução ou aumento significativo na exposição a riscos por parte do emissor.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	28/03/1935
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

A trajetória de duas empresas centenárias que trilharam o mesmo caminho de sucesso, marcado pela ética e excelência no atendimento oferecido aos clientes.

RAIA 1905: O farmacêutico João Batista Raia inaugura, em Araraquara (SP), a primeira unidade da Pharmacia Raia.

DROGASIL 1935: A empresa surge a partir da fusão de dois pequenos grupos de farmácias do Estado de São Paulo: Drogaria Bráulio e Drogaria Brasil. José Pires dá origem à Drogasil.

RAIA 1937: Com a expansão para outras cidades, a Raia torna-se uma rede, com lojas em Araraquara, Araçatuba e Piracicaba (SP).

DROGASIL 1937: Com a incorporação de outras cinco drogarias tradicionais, a Drogasil é criada, já com o conceito de rede.

RAIA 1966: Dez anos após a morte do fundador, seu genro Arturo Pipponzi consolida o controle a gestão da empresa.

DROGASIL 1977: A empresa abre seu capital, tornando-se a primeira do varejo farmacêutico a integrar a Bolsa de Valores de São Paulo.

DROGASIL 1994: É iniciado um processo de reengenharia, com a adoção de novo layout nas lojas, processos de TI e gestão de pessoas, que culminou na nova Rede Drogasil, mais eficiente e moderna.

RAIA 2005: A empresa completa 100 anos, com 137 filiais em quatro estados, São Pulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

DROGASIL 2007: Drogasil faz uma oferta de ações e ingressa no Novo Mercado da Bovespa.

RAIA 2008: Com a entrada dos fundos de private equity PRAGMA e GAVEA, a Raia fortalece sua governança corporativa e sua capacidade de investimento.

RAIA 2010: Droga Raia faz a sua oferta pública de ações (IPO) e ingressa no Novo Mercado, segmento que inclui as empresas com o mais elevado nível de governança corporativa da Bovespa.

DROGASIL 2010: A empresa completa 75 anos, com 300 lojas e presença em cinco estados brasileiros.

2011: Drogasil e Droga Raia anunciam a fusão de suas operações, que culminou com a criação da RD, a maior rede de farmácias do Brasil em número de lojas e faturamento.

2012: Criação da nova identidade corporativa da RD e mudança de todos os funcionários da matriz para uma sede única, no Butantã, em São Paulo. Incorporação da Raia S.A e criação de uma única empresa pronta para seguir o processo de integração e sinergia.

2014: Conclusão do upgrade na plataforma proprietária de varejo e unificação total dos sistemas corporativos em 28 de fevereiro (integração de toda a malha logística e da disponibilização de diversas funcionalidades avançadas e proprietárias para precificação,

6.3 - Breve histórico

promoções, gestão de estoques e CRM, entre outras, que passam a ser compartilhadas entre todas as lojas e bandeiras).

2015: Entrada no segmento de Especialidades através da Aquisição do controle da 4Bio, a segunda maior varejista de medicamentos especiais do Brasil.

2016: Lançamos com a sucesso a Univers, nossa PBM própria, com uma nova plataforma que permite aos milhões de membros comprar em qualquer filial Droga Raia ou Drogasil em todo o Brasil.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de elaboração deste formulário, não há pedido de falência, fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Líder do mercado brasileiro de drogarias em receita bruta (R\$ 11,8 bilhões) e número de lojas (1.420 unidades), segundo ranking da Abrafarma, a RD foi criada em 2011 como um dos dez maiores grupos varejistas do Brasil, a partir da fusão de iguais entre Raia S.A. e Drogasil S.A.

A empresa adota um modelo de negócio diferenciado, com duas marcas líderes (Droga Raia e Drogasil), que atuam de forma independente, com suas qualidades complementares e formatos de lojas específicos.

Com participação de mercado nacional de 11,2% em 2016 e forte potencial de crescimento, a RD atua em 18 estados que, juntos, representam 90% do mercado consumidor farmacêutico brasileiro: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Possui estrutura logística descentralizada e opera por meio de oito centros de distribuição, localizados em seis estados – SP (São Paulo, Embu das Artes e Ribeirão Preto), MG (Contagem), PR (São José dos Pinhais), GO (Aparecida de Goiânia), RJ (Barra Mansa) e PE (Jaboatão dos Guararapes) – que totalizam mais de 116,3 mil m² de capacidade de armazenamento e garantem agilidade no abastecimento das lojas.

Para atender às diferentes demandas dos consumidores na compra de medicamentos e produtos de higiene e beleza, a RD conta ainda com uma estrutura de vendas multicanal que, além das lojas físicas, é formada pelos sites (www.drogaraia.com.br e www.drogasil.com.br) e televendas para cada uma das marcas. A empresa também atua no segmento de vendas corporativas, com o Cartão Benefício Farmácia, serviço em que foi pioneira ao garantir aos funcionários de empresas parceiras acesso fácil a produtos e vantagens nas lojas da rede.

Com uma combinação única de escala, eficiência operacional e capacidade de crescimento, a RD destaca-se por investir no desenvolvimento sustentável do negócio, buscando gerar valor para os seus acionistas e para a sociedade. Para isso, adota uma postura ética e transparente com todos os seus públicos de relacionamento, investe no desenvolvimento e na qualificação de mais de 28,8 mil funcionários e busca envolver e mobilizar parceiros de negócios e clientes para promover saúde e bem-estar nas comunidades onde atua.

CRENÇA, PROPOSITO, VALORES E ASPIRAÇÃO RD

Há cinco anos, Droga Raia e Drogasil se uniram para consolidar uma empresa focada, fundamentalmente, no bem-estar das pessoas. Uma companhia construída ao longo de décadas por pessoas especiais que sabem cuidar de gente e fazem isso com paixão e excelência. Desde então, um efetivo processo de união das culturas se concretizou e trouxe à tona a nossa essência. A essência RD. Um conjunto composto por crença, proposito, valores e aspiração que reflete quem já somos. E que traz o desafio de nos transformar, a cada dia, na empresa que sonhamos ser.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

» Crença

Gente que cuida de gente.

» Propósito

Cuidar de perto da saúde e bem-estar das pessoas em todos os momentos da vida.

» Valores

Eficiência: Fazer sempre muito bem feito, com o melhor resultado.

Ética: Fazer o que é certo, de forma transparente e com honestidade, seja qual for a situação.

Inovação: Inovar hoje para ser melhor amanhã.

Relações de Confiança: Ter interesse genuíno nas pessoas, cultivando relações de confiança.

Visão de Longo Prazo: Agir hoje, criando valor no futuro para nós e para toda a sociedade.

» Aspiração RD

Ser referência na criação de oportunidade para funcionários, na geração de valor para os acionistas no longo prazo e no relacionamento de confiança com a sociedade

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Raia Drogasil S.A., sediada na capital de São Paulo, tem como principal atividade o comércio varejista de produtos farmacêuticos e cosméticos, dentre eles Medicamentos de Marca, Medicamentos Genéricos, Medicamentos OTC, não medicamentos (produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Dermocosméticos).

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões, embora façamos um controle gerencial das receitas obtidas com cada linha de produtos e serviços do nosso portfólio.

Em 2016 comercializamos aproximadamente 44,0 milhões de unidades por mês e atendemos cerca de 15,6 milhões de clientes por mês, no mercado em que atuamos.

Agregamos às nossas atividades uma grande variedade de serviços que contribuem para aumentar o fluxo de clientes em nossas lojas. Assim, além da venda de produtos farmacêuticos e cosméticos, também oferecemos em nossas lojas:

- (i) Espaços especiais voltados para o atendimento à beleza;
- (ii) Convênios com empresas para a compra de produtos por seus colaboradores e pagamento por meio de desconto em folha de pagamento;
- (iii) Convênio com o Ministério da Saúde para a venda de medicamentos com preços subsidiados (por meio do programa "Farmácia Popular");
- (iv) Convênios com os principais PBMs ("Pharmacy Benefit Management") existentes no Brasil;
- (v) Programas de fidelização de clientes. No âmbito técnico, oferecemos o atendimento e a consultoria de farmacêuticos em todas as lojas da nossa rede.

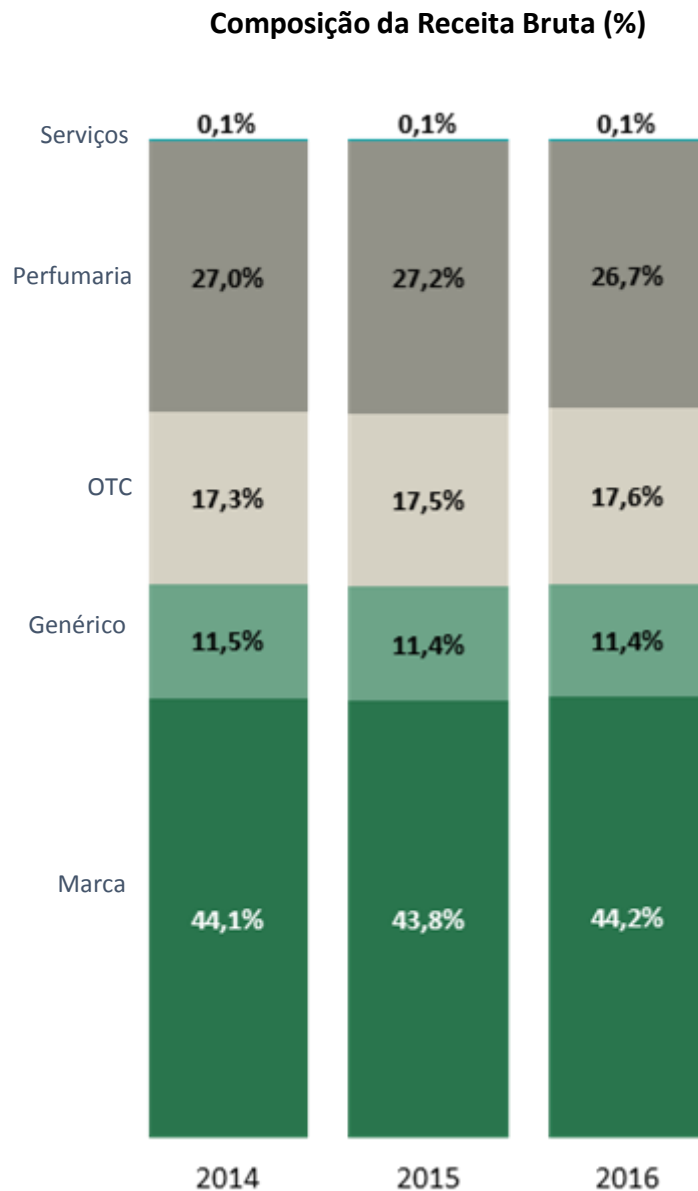
Vendemos nossos produtos diretamente aos consumidores finais, por meio das nossas lojas varejistas, oferecendo aos nossos clientes um diversificado portfólio composto por mais de 12,6 mil itens adquiridos de nossos fornecedores.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida

Nossa receita é proveniente, exclusivamente, da comercialização em nossas lojas de Medicamentos de Marca, Medicamentos Genéricos, Produtos OTC e Não-Medicamentos (produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Dermocosméticos) e Serviços.

A composição de nossa receita bruta nos anos de 2016, 2015, 2014 é apresentada no gráfico a seguir.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais



Medicamentos de Marca

Classificamos nesta categoria todos os medicamentos sujeitos à prescrição médica, identificados por meio de marca comercial. Eles se subdividem em (i) Medicamentos de Referência, que são produtos inovadores cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente, por ocasião do registro, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou Anvisa, após anos de pesquisa; e (ii) Medicamentos Similares, que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos e a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica do respectivo Medicamento de Referência. Os Medicamentos Similares também são identificados por meio de marca comercial e, assim como os Medicamentos Genéricos, só podem ser produzidos e comercializados após expiração ou renúncia da proteção patentária

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

do respectivo Medicamento de Referência. Os medicamentos com marca comercial que sejam isentos de prescrição médicas são por nós classificados como Produtos OTC.

Dentre os produtos que comercializamos, os Medicamentos de Marca representam parcelas significativas de nossa receita bruta de vendas, tendo sido responsáveis por 44,2% em 2016, 43,8% em 2015, 44,1% em 2014. Nossos principais fornecedores de Medicamentos de Marca são Aché, Novartis, Astrazeneca, Pfizer, Bayer e Sanofi Aventis.

Medicamentos Genéricos

Classificamos nesta rubrica os medicamentos sujeitos ou não à prescrição médica que contêm o mesmo ou os mesmos princípios ativos e apresentam a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica, do respectivo Medicamento de Referência ou OTC. Os Medicamentos Genéricos são designados pelo nome do princípio ativo, podendo ser prescritos alternativamente aos Medicamentos de Referência ou substituídos no momento da dispensação farmacêutica. A referida substituição no próprio ponto de venda é legalmente permitida. Eles só podem ser produzidos e comercializados após a expiração ou renúncia da sua proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade do Medicamento de Referência ou OTC, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade por meio de testes de Bioequivalência e Biodisponibilidade, nos quais a sua composição e sua absorção pelo organismo são comparadas às do respectivo Medicamento de Referência ou OTC. Os Medicamentos Genéricos não possuem marca comercial, mas apenas o nome da substância associado no rótulo e na embalagem ao nome do laboratório que o comercializa.

Os Medicamentos Genéricos representaram 11,4% da nossa receita bruta de vendas em 2016, 11,4% em 2015 e 11,5% em 2014. Nossos principais fornecedores de Medicamentos Genéricos são Medley, EMS e Eurofarma.

A introdução dos Medicamentos Genéricos no Brasil, em 2000, nos ofereceu uma importante oportunidade para o crescimento do nosso volume de vendas e receita, uma vez que ampliou significativamente o mercado consumidor de medicamentos no Brasil, principalmente, na parcela da população de baixa renda. Acreditamos que os Medicamentos Genéricos representarão uma parcela maior na composição de nossas vendas no longo prazo, em linha com a tendência do mercado farmacêutico brasileiro e mundial, bem como propiciará aumento nas margens líquidas praticadas.

Medicamentos OTC (Medicamentos isentos de prescrição médica)

São Medicamentos *Over the Counter* (OTC), tanto de Marca como Genéricos, e produtos de saúde e bem estar que possuem venda livre, ou seja, isenta de prescrição médica. Eles geralmente se destinam ao tratamento de condições agudas fáceis de serem autodiagnosticadas, tais como remédios para dor, gripe, tosse, febre e resfriado, antiácidos, vitaminas, produtos fitoterápicos, produtos para visão, equipamentos de saúde, primeiros socorros e produtos nutricionais, dietéticos e de conveniência.

Os Medicamentos OTC representaram 17,6% de nossa receita bruta de vendas em 2016,

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

17,5% em 2015 e 17,3% em 2014. Nossos principais fornecedores de Medicamentos OTC são Hypermarchas, Sanofi Aventis e Aché.

Não-Medicamentos

São os artigos de higiene e beleza, dentre os quais se destacam: shampoos, condicionadores, cremes de tratamento e tinturas para cabelo, fraldas e produtos infantis, sabonetes, desodorantes, produtos de higiene oral, protetores solares, produtos masculinos, cosméticos, maquiagem e produtos para a pele, dentre outros.

Os Não-Medicamentos representaram 26,7% da nossa receita bruta de vendas em 2016, 27,2% em 2015 e 27,0% em 2014. Nossos principais fornecedores de Não-Medicamentos são Procter & Gamble, Johnson & Johnson, Unilever e L’Oreal DCA.

Para a venda de Não-Medicamentos é prática constante a adoção de promoções de preços. Nossos funcionários são treinados para aproveitar estas promoções, efetuando vendas adicionais associadas ao produto promovido. Como exemplo, citamos (i) a promoção de um shampoo deverá propiciar a venda de um pós-shampoo ou creme para pentear; e (ii) a promoção de fraldas deverá ser acompanhada da venda de um creme para assaduras ou qualquer outro produto para utilização do bebê.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido

Não apuramos a rentabilidade em separado para cada tipo de produto que comercializamos ou para cada segmento operacional, uma vez que todas as despesas de vendas são compartilhadas entre os distintos segmentos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

Não possuímos processo de produção.

b. Características do processo de distribuição

Gestão de Abastecimento

Nossa gestão da cadeia de abastecimento tem por objetivo disponibilizar os produtos que comercializamos em nossas lojas pelo menor custo e com o melhor equilíbrio entre o capital de giro investido, a disponibilidade dos produtos em loja e as despesas logísticas incorridas. Esse modelo está baseado na automação dos nossos principais processos, integrando a cadeia de suprimentos desde a geração dos pedidos de compras até a entrega das mercadorias às nossas lojas.

Nossa gestão de abastecimento é centralizada. Todas as decisões de compras e de movimentação de mercadorias, tanto no nossos Centros de Distribuição como nas lojas, são sugeridas pelo nosso sistema de gestão de estoques, que emprega metodologias de cálculo estatístico e incorpora as particularidades do nosso setor e o *know-how* que acumulamos ao longo de nossa história.

Diariamente, cada loja consolida o seu movimento ao final do expediente ou logo após a meia-noite. A seguir, a venda é transmitida eletronicamente para nosso escritório central. Durante a madrugada, o nosso sistema processa a reposição de pedidos a ser feita em nosso Centro de Distribuição para cada loja.

Mesmo trabalhando com aproximadamente 12,6 mil produtos distintos em toda a rede, buscamos operar com níveis muito baixos de faltas de produtos em nossas lojas. Para isso, o nosso sistema de gestão de abastecimento recalcula os nossos estoques periodicamente, com base na demanda de cada produto em cada uma de nossas lojas.

Nossa área de Gestão de Abastecimento monitora diariamente o nosso nível de falta de produtos, tanto nas lojas como no Centro de Distribuição, para prevenir e sanar eventuais faltas. Adicionalmente, comparamos periodicamente o nosso nível de falta de produtos com o dos nossos principais concorrentes por meio de pesquisas comparativas do nível de faltas de produtos.

Compras

Nossa política de compras visa, além de negociar preços baixos de compra, a articular ações comerciais em parceria com nossos fornecedores que nos permitam potencializar nosso volume de vendas e negociação de descontos e auferir receitas comerciais, obtendo também, prazos competitivos de pagamento. A frequência de compras corresponde ao intervalo de sete ou 15 dias, dependendo do volume de compras de cada fornecedor.

Em períodos de sazonalidade a previsão de demanda é ajustada em relação ao histórico de vendas e à projeção de crescimento do mercado. Nesses períodos, geralmente obtemos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

melhores condições comerciais junto aos nossos fornecedores, quando os descontos concedidos podem aumentar e o prazo de pagamento pode ultrapassar 40 dias. As ações de marketing voltadas para o aumento de venda dos nossos produtos também são acompanhadas por um detalhado planejamento de compra, estabelecendo os parâmetros de previsão constantes em nosso sistema.

Todos os pedidos de compra são centralizados em nosso departamento de compras, localizado no nosso escritório central em São Paulo, o qual é responsável pelas negociações com os fornecedores de todos os produtos por nós comercializados.

Logística

As atividades de armazenagem e distribuição constituem um elemento chave de nossos negócios, afetando diretamente nosso sucesso e competitividade.

Atualmente operamos com oito centros de distribuição, localizados em São Paulo (SP), Embu das Artes (SP), São José dos Pinhais (PR), Contagem (MG) e Aparecida de Goiânia (GO), Barra Mansa (RJ), Ribeirão Preto (SP) e Jaboatão dos Guararapes (PE).

Esta estratégia de descentralização logística se justifica em função do crescimento da nossa operação, do incremento do nosso número de lojas em outros estados e da descentralização da estrutura tributária do País, que permite que cada unidade da Federação determine regras tributárias independentes para os impostos estaduais, que podem tanto privilegiar as empresas que possuem Centros de Distribuição no estado, como onerar a transferência de mercadoria para outros estados.

Nosso centro distribuição localizado em Embu das Artes (SP) possui 22,7 mil m² de área e é o maior da rede. O CD de Ribeirão Preto possui uma área de 18,5 mil m² e o CD de São Paulo de 18,0 mil m². O CD de Aparecida de Goiânia possui 15,0 mil m², o CD de São José dos Pinhais possui 12,9 mil m², o CD de Barra Mansa possui 10,4 mil m² o CD de Contagem possui 8,5 mil m² e o CD de Jaboatão dos Guararapes possui 10,3 mil m², totalizando mais de 116,3 mil m² de área.

Com exceção ao CD de São Paulo, nossos Centros de Distribuição são alugados e, portanto, não imobilizaram recursos próprios tanto na aquisição do terreno quanto na construção e ampliação dos galpões.

Para todas as entregas feitas em nosso Centro de Distribuição, nosso processo de entrada de mercadorias assegura que (i) a mercadoria entregue corresponde ao pedido efetuado; (ii) a mercadoria confere com a nota fiscal; e (iii) os produtos se encontram em plenas condições para comercialização.

Nossos sistemas de informações acompanham todas as movimentações de estoque em tempo real. Nossos Centros de Distribuição estão organizados em setores de separação. Contamos com linhas de processamento semiautomáticas e manuais. Todas as caixas plásticas, nas quais os produtos são colocados para envio às lojas, são transportadas em esteiras desde o setor de separação até a doca de expedição. Essa automação vem permitindo aumentar de forma relevante a eficiência de todo o processo.

Nossas linhas de separação semiautomáticas operam por meio de duas esteiras paralelas, sendo uma delas motorizada (Principal) e outra manual (secundária). As caixas são deslocadas para a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

esteira manual automaticamente em todos os setores onde existam produtos a serem separados. Após a separação as caixas retornam para a esteira principal e seguem até o próximo setor caso existam produtos a serem adicionados a respectiva caixa, ou para o final da linha de separação, caso não haja mais produtos a serem separados.

No caso das linhas manuais de separação, as caixas com as respectivas listas de separação, transitam sequencialmente por uma única esteira não motorizada, passando em fila por cada zona, quando aplicável, onde cada separador nela coloca os seus produtos e passa a caixa adiante. Este processo manual é feito para medicamentos de venda controlada ou de alto risco de furto, que são acondicionados em setores de separação isolados, e também para produtos volumosos, como fraldas e absorventes, que são retirados diretamente dos respectivos pallets ou do estoque de fundo para as caixas plásticas.

Ao final de cada linha de separação, as caixas são transportadas por esteira motorizada e deslocadas para as linhas de conferência, onde cada unidade é escaneada para detectarmos e corrigirmos eventuais erros de separação. Uma vez concluído o escaneamento, as caixas são recolocadas na esteira motorizada, automaticamente lacradas e automaticamente enviadas até a expedição. Nesta fase, cada caixa é automaticamente direcionada para a respectiva doca de expedição, conforme a rota de entrega, onde são contadas, conferidas com a guia de embarque e colocadas nos caminhões para entrega às lojas.

Aplicamos muita engenharia de produção, com balanceamento de processos, linhas e estações de trabalho, aplicando os principais conceitos de produção do sistema Toyota (Just in Time, Kanban, Produção Enxuta), buscando cada vez mais o sincronismo entre as atividades.

A Foto 1 abaixo mostra uma das nossas linhas de separação semiautomáticas, com esteiras paralelas, enquanto a Foto 2 mostra a movimentação automática das caixas em nosso Centro de Distribuição, que vai desde o final de cada linha de separação até as docas para embarque às nossas lojas.



Foto 1



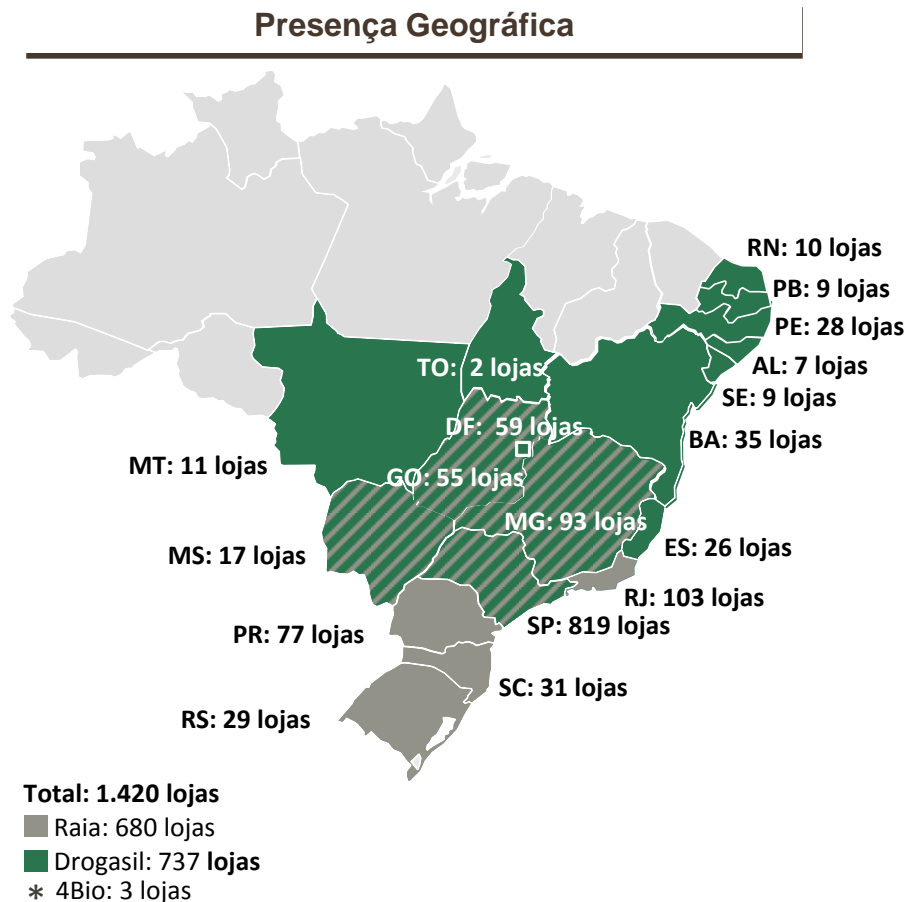
Foto 2

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Canais de Venda

Os nossos canais de vendas são as lojas, televendas e os websites (www.drogaraia.com.br e www.drogasil.com.br).

Nossas lojas constituem o nosso principal canal de venda, e servem de base para a existência dos demais canais. Em 31 de dezembro de 2016 possuíamos 1.420 lojas presentes nos principais mercados consumidores das Unidades Federativas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins. Das 1420 lojas, 3 são da 4Bio, das quais 2 estão localizadas em São Paulo e uma em Tocantins. Abaixo temos a distribuição geográfica das 1.420 lojas da empresa controladora:



Os locais escolhidos para as nossas lojas são locais de grande movimentação de pessoas, para as lojas voltadas para as Classes C e D, ou de veículos, para as lojas voltadas para as Classes A e B, conforme o público-alvo a ser atingido. A localização é determinada por fatores, tais como: mercado consumidor, avaliação da concorrência a ser enfrentada e estimativa de custos de operação.

Uma vez identificada a região de implantação de uma nova loja, uma equipe especializada na busca de pontos comerciais trabalha na identificação da microlocalização, para a qual vários fatores são levados em consideração, tais como proximidade da concorrência, direção ou

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

sentido do fluxo de pedestres ou veículos, incidência do sol na maior parte do dia e visibilidade da loja a ser implantada.

Na implantação da loja, nossa área de engenharia e arquitetura desenvolve um layout *tailor-made*, objetivando maximizar os espaços e propiciar uma circulação interna que torne agradável e convidativo o ambiente de compras. Mesmo após a abertura da loja, esta é monitorada para que haja a adaptação de sua operação ao mercado em que atua. Tal monitoração levará em conta o *mix* de produtos utilizado (sortimento do estoque), a política de preço a ser aplicada em razão da concorrência enfrentada e o horário de funcionamento adequado àquela localização. Durante este período de adaptação, avaliamos o crescimento da receita. As lojas que não se enquadram nos parâmetros de crescimento, observado o período de adaptação, terão suas atividades encerradas. O televendas é o nosso serviço de entregas em domicílio. Nossos clientes fazem o pedido por telefone, os produtos são separados em loja e a entrega é realizada. O atendimento é feito a partir de um *call center*, que direciona a encomenda para uma loja polo, que possui estoque diferenciado e infraestrutura para separação e para entregas. Possuímos dois canais de vendas pela internet (www.drogaraia.com.br e www.drogasil.com.br), operacionalizado por nossas lojas físicas, que comercializa nossos produtos em todo o País. Trabalhamos este canal objetivando altos volumes de vendas. Nossos canais de vendas pela internet possuem custos de operação inferiores aos do serviço de televendas por não incorrer custos com *call center* e pelo fato de que as entregas são feitas via correio ou outros operadores logísticos, com tempo de entregas mais dilatados e com custos inferiores àqueles dos demais canais.

c. características dos mercados de atuação

Com crescimento de dois dígitos registrado nos últimos anos, o varejo farmacêutico brasileiro é um mercado com forte potencial de expansão. O envelhecimento da população, assim como a migração de canais de produtos de higiene e beleza são alguns dos fatores que têm contribuído para os bons resultados apresentados pelos segmentos de saúde e beleza.

Nossas principais despesas referem-se majoritariamente a gastos com pessoal, aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, gastos com transportes, manutenção de bens, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios. Nossas despesas de vendas e administrativas representam 18,8% e 2,5% respectivamente sobre nossa receita bruta para 2016.

Mercado Farmacêutico

O varejo farmacêutico é um segmento em franca expansão no Brasil. Em 2016, segundo dados do IMS Health, o mercado farmacêutico brasileiro registrou faturamento total de R\$ 85,3 bilhões, o que representa um incremento de 12,5% em relação a 2015 (R\$ 75,8 bilhões).

Este resultado é fruto da combinação de uma série de fatores, sendo o principal envelhecimento da população, em função do aumento na expectativa de vida das pessoas, e a maior oferta de emprego e, consequentemente, de renda das famílias brasileiras. O varejo farmacêutico brasileiro é um mercado fragmentado e oferece uma oportunidade ímpar de consolidação. Mesmo diante dos diversos movimentos de concentração que se iniciaram após a constituição da RD, as cinco maiores redes possuem uma participação de mercado de aproximadamente 27,2%.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

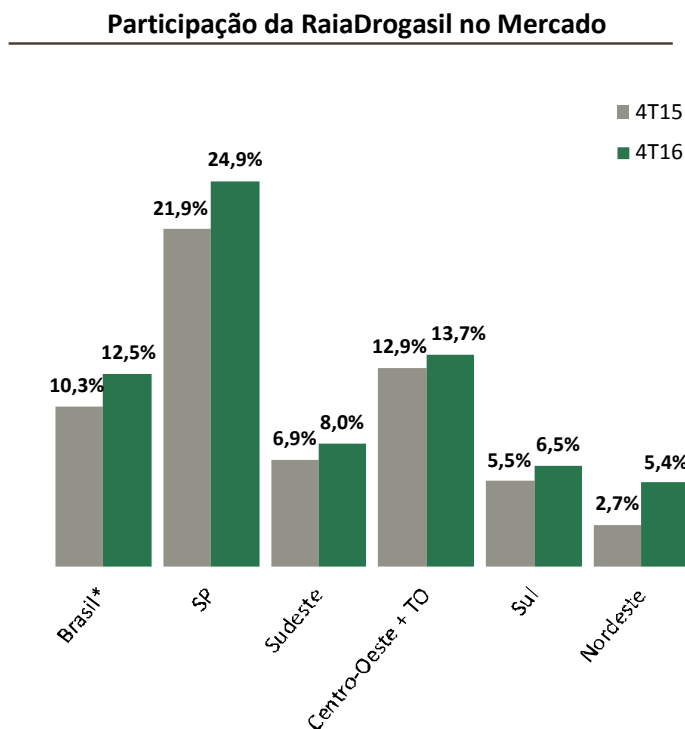
Mercado de Perfumaria

O Brasil é o terceiro maior mercado consumidor de produtos de higiene e beleza do mundo, atrás apenas dos estados Unidos e Japão. Segundo dados da Abihpec (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos), a indústria de higiene pessoal no Brasil tem apresentado um crescimento médio deflacionado composto de aproximadamente 10% a.a., nos últimos 20 anos.

Contribuem para este cenário fatores como a crescente participação da mulher brasileira no mercado de trabalho; o aumento da renda da população, com destaque para as classes C e D; o desenvolvimento da indústria; e o lançamento cada vez maior de produtos.

Com uma experiência de compra atrativa, as drogarias se diferenciam cada vez mais dos outros canais de varejo como uma das opções mais procuradas pelo consumidor, fortalecendo o processo de migração de canais – nas drogarias, a compra destes itens deixa de ser acessória para se consolidar como uma categoria destino.

i. participação da RD em cada um dos mercados.



Distribuição do Mercado Farmacêutico nacional por Região (%)					
Brasil**	SP	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Nordeste
100,0%	27,1%	24,0%	9,6%	17,1%	18,1%

Fonte: IMS Health

*Inclui a participação da 4Bio somente no total do Brasil





** Participação comparável de mercado, excluindo os novos informantes adicionados ao painel nos últimos 12 meses. Considerando o painel completo o nosso *share* nacional foi de 11.8%.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ii. condições de competição nos mercados

Operamos em um mercado altamente competitivo. Nossos principais concorrentes são as redes de drogarias e as farmácias independentes, mas concorremos também com outros tipos de empresas, como perfumarias, supermercados e com empresas de venda direta. Nossos concorrentes variam para cada mercado que atuamos.

A tabela abaixo demonstra nossos principais concorrentes no ranking divulgado pela Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias), tendo como base o faturamento anual e o número de lojas ao final do último ano.

	Ranking Brasil		Lojas	EBITDA (milhões)	EBITDA (%)
1 st		R\$ 11,8 +25%	1.420 +15%	R\$ 988 +33%	8,4% + 1,5 p.p.
2 nd		R\$ 8,4 +15%	1.171 +9%	R\$ 445 +15%	5,6% - 0,1 p.p.
3 rd		R\$ 5,8 +21%	952 +15%	R\$ 292 -13%	5,0% - 2,0 p.p.
4 th		R\$ 1,8 +16,7%	369 +6%	R\$ 125 +15%	5,5% - 0,3 p.p.

d. eventual sazonalidade

Assim como as demais empresas do setor, temos observado um maior volume de vendas de determinadas categorias de produtos durante o período de inverno ou do verão, mas que tendem a se compensar entre elas gerando certo equilíbrio no volume de vendas ao longo do ano.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Durante a estação do inverno, observamos um aumento de nossas vendas com Produtos OTC e com Medicamentos para prevenção e tratamento de gripe, febre, resfriado e outras doenças respiratórias que são agravadas em razão das condições climáticas da estação.

No verão, notamos uma tendência de aumento nas vendas de Produtos de Perfumaria, tais como: protetores solares, hidratantes, loções, entre outros.

No primeiro trimestre do ano nossas vendas são menores em função das férias escolares nos meses de janeiro e fevereiro e do carnaval, no mês de fevereiro ou em março. Esses períodos provocam a saída de muitas famílias das grandes cidades, em busca de destinos turísticos, e também, pelo fato do mês de fevereiro possuir apenas 28 ou 29 dias, nossas vendas diminuem. Como grande parte das nossas despesas é fixa, como o pagamento dos salários de nossos funcionários e aluguéis dos nossos pontos comerciais, essa menor receita bruta de vendas e serviços se reflete em resultados inferiores à média dos demais trimestres do ano, tanto em valores absolutos quanto em percentual da nossa receita bruta de vendas e serviços.

Em contraponto, o último trimestre é geralmente o trimestre com maior venda no ano, em função do mês de dezembro, no qual as semanas que antecedem ao Natal resultam em maior circulação de pessoas e em maior consumo das famílias. Adicionalmente, a semana entre o Natal e o Ano Novo é caracterizada por uma forte onda de compras de produtos em antecipação e preparação para as férias. Adicionalmente, acreditamos que o recebimento do décimo terceiro salário nos meses de novembro e dezembro contribui para incrementar a renda disponível e o crescimento do consumo das famílias brasileiras.

Vale mencionar que o segundo trimestre do ano é quase sempre um trimestre com significativa elevação da margem bruta. Todos os anos, o Governo aprova no final de março o reajuste pela inflação no Preço de Fábrica e no Preço Máximo ao Consumidor, que é imediatamente aplicado por nós e pela grande maioria dos nossos concorrentes. Como resultado, vendemos a preços reajustados em março e no início de abril produtos que adquirimos pelo preço antigo, o que aumenta nossas margens. Na medida em que o nosso estoque de produtos adquiridos a preços antigos é consumido e que sua reposição passa a ocorrer pelos preços reajustados, as nossas margens vão se reduzindo e retornam ao patamar normal.

No terceiro trimestre de cada ano, ocorre o reajuste anual dos salários para todos os nossos colaboradores do estado de São Paulo, onde se localizam a nossa sede administrativa, o nosso Centro de Distribuição e grande parte de nossas lojas, o que produz uma relevante elevação nas despesas de pessoal em relação ao segundo trimestre do ano.

Por fim, também existe sazonalidade com relação ao nosso investimento em capital de giro. O segundo e o quarto trimestre do ano são períodos geralmente favoráveis, nos quais o nosso investimento em capital de giro é menor. Iniciamos o segundo trimestre fazendo compras em grandes volumes de produtos sazonais de inverno (ex. antigripais) com prazos longos, de forma que no fechamento do trimestre, consumimos parte do estoque excedente destes produtos sem ter ainda pago estas compras, o que resulta em uma condição favorável de capital de giro.

O mesmo processo ocorre em maior intensidade no quarto trimestre do ano, em cujo início compramos em grandes volumes e com prazos longos os produtos sazonais de verão (ex. protetores solares) e concluímos o trimestre com uma posição bastante favorável de capital de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

giro, por termos consumido parte deste estoque sem ter ainda pago as compras, o que só ocorre no primeiro trimestre do ano seguinte. Quanto mais fortes forem os ciclos de inverno e verão, e que geralmente dependem do clima no período, mais acentuada será a sazonalidade do capital de giro.

A Companhia não apresenta sazonalidade em linhas gerais de seus resultados, apenas uma alternância entre os produtos vendidos conforme a estação do ano.

e. principais insumos e matérias primas

i. *descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável*

Adquirimos nossos produtos de aproximadamente 450 fornecedores, sendo que o nosso maior fornecedor foi responsável por 6,3% do total de nossas compras em 2016. Mantemos um relacionamento sólido e de longo prazo com os fornecedores mais importantes do Brasil. De maneira geral, efetuamos nossos pedidos de compras junto aos nossos fornecedores, baseado no histórico de compras de nossos clientes, nossas previsões de venda no curto prazo e níveis de estoque desejados.

Na tabela abaixo relacionamos nossos principais fornecedores de medicamentos e não medicamentos em 2016:

Fornecedor	%
PROFARMA DISTRIBUIDORA	6,3%
SANTA CRUZ DISTRIBUIDORA	5,6%
L'OREAL	4,0%
HYPERMARCAS	3,6%
P&G	3,4%
J&J	3,3%
SANOFI	3,2%
EMS	3,0%
BAYER	2,9%
GSK	2,6%
OUTROS	62,2%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Dentre o *mix* de produtos comercializados em nossas diversas lojas a Companhia pode adquiri-los de mais de um fornecedor.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os preços de nossos medicamentos são influenciados por ajustes determinados pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, os quais ocorrem em 31 de março de cada ano.

Devido à legislação em vigor, nossos preços de venda de medicamentos aos nossos clientes devem necessariamente situar-se entre os preços praticados pelos fabricantes e o teto de preços de venda aos consumidores, determinados pela atual política de regulação de preços. Não obstante, acreditamos possuir preços competitivos se comparados àqueles praticados pelas demais drogarias, em virtude, dentre outros motivos, da manutenção de uma estrutura operacional de baixo custo. Além disso, buscamos garantir a competitividade de nossos preços com a realização de ações promocionais conjuntas com os fornecedores, por meio das quais concedemos descontos aos nossos clientes para determinados grupos de produtos. Nossa política de preços e os descontos praticados em nossas lojas dependem da região em que estas estão localizadas, bem como da competição local. Possuímos, ainda, um canal aberto de discussão com nossos gerentes que têm participação ativa na escolha da melhor política de preços para as lojas em que atuam.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a. montante total de receitas provenientes do cliente**

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

Nossas vendas são 99,9% destinadas a consumidor final através das lojas físicas.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. **Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Regulação do Setor Farmacêutico no Brasil

O setor farmacêutico é um setor altamente regulamentado no Brasil, à semelhança do que sucede em outros ambientes regulatórios, tais como na União Europeia e Estados Unidos.

No Brasil, a regulamentação do setor está dividida entre a União, Estados e Município. O Governo Federal dispõe de leis e regulamentos de aplicação genérica, os quais são reforçados e complementados por ações dos Estados e municípios.

No âmbito federal, os setores de saúde e farmacêutico são regulados e supervisionados pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), criada por meio da Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

As Autorizações Necessárias para o Negócio

(i) Produto

Os medicamentos vendidos no Brasil são produtos sujeitos a registro obrigatório junto à ANVISA, dadas as suas características sanitárias para a conservação da saúde pública e individual, sendo um produto farmacêutico com finalidade profilática, curativa, paliativa ou mesmo para fins de diagnóstico, estando sujeitos a uma série de exigências regulamentares próprias e requisitos específicos, conforme disposto e regulado pela Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e posteriores alterações.

Certos tipos de não-medicamentos, como por exemplo cosméticos e correlatos, poderão estar também sujeitos a registro obrigatório, nos termos da referida Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, em função das suas características próprias.

As drogarias não suportam os encargos com o registro dos produtos, sendo apenas responsáveis pela verificação de que os produtos comercializados estão em conformidade com os registros obrigatórios.

(ii) Atividade

Nos termos da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e posteriores alterações, o comércio varejista de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais, é uma atividade econômica que apenas pode ser praticada pelas drogarias legalmente autorizadas e licenciadas nos termos da lei.

Além da autorização federal, é necessário que as drogarias tenham a licença na respectiva autoridade local sanitária (como por exemplo, no Estado de São Paulo, o Código Sanitário, criado pela Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998; e no Município de São Paulo, além do referido Código Sanitário Estadual, o Código Sanitário Municipal, criado pela Lei nº 13.725, de 09 de janeiro de 2004).

A operação de drogarias sem os registros mencionados acima ou sem a presença de um farmacêutico responsável em tempo integral pela operação técnica (uma exigência legal para o seu funcionamento), bem como qualquer outra violação às leis e aos regulamentos relativos às normas sanitárias no âmbito federal, estadual ou municipal, sujeita a drogaria infratora à

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

penalidades, como: advertência, pagamento de multas, suspensão das atividades e cancelamento da permissão ou registro junto às autoridades de vigilância sanitária.

Acreditamos que a exigente e crescente regulamentação levará ao aumento da formalização do setor, com vantagens para as redes de drogarias que já pautam sua atividade pelo estrito cumprimento das normas que regulam o setor.

(iii) A Regulação da Promoção Comercial de Medicamentos e Não-Medicamentos

De acordo com a Constituição Federal, a propaganda comercial de medicamentos e terapias que possam ser nocivos à saúde está sujeita a restrições legais, devendo conter, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso. Adicionalmente, a Lei Federal nº 6.360/76, que dispõe sobre vigilância sanitária, determina que a propaganda, sob qualquer forma de divulgação e meio de comunicação, de medicamentos de venda livre, dos produtos dietéticos, de cosméticos e de produtos de higiene, somente poderá ser promovida após autorização do Ministério da Saúde, ficando sujeita à ação da vigilância sanitária.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

Nossas atividades estão sujeitas a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância desta legislação.

Particularmente para as atividades que desenvolvemos merece maior atenção a geração de resíduos de serviço de saúde, tais como gaze, agulhas e seringas que normalmente são utilizados na aplicação de injeções em nossas lojas. Com relação a estes resíduos a legislação federal (Resolução RDC nº 306, de 07.12.2004, da ANVISA e Resolução nº 358, de 29.04.2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA) estabeleceu regras gerais sobre a matéria, impondo, para os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde a obrigação de elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS. Nossos ambulatórios possuem PGRSS devidamente elaborados para cada unidade.

Em nossas atividades utilizamos oito centros de distribuição para estocar, separar e embalar os produtos farmacêuticos que comercializamos. Em função do baixo grau de impacto ambiental nosso centro de distribuição foi dispensado do prévio licenciamento ambiental pelo órgão competente.

Em geral, a maioria dos medicamentos sujeitos a descarte, em função de prazo de validade expirado ou por danos à embalagem, são devolvidos aos seus respectivos fabricantes. Quando precisamos nos responsabilizar pelo descarte de determinados medicamentos, solicitamos à Cetesb uma autorização específica para realizar este descarte. Sempre encaminhamos esses produtos a empresas devidamente licenciadas por órgãos ambientais e autorizadas pela ANVISA, bem como acompanhamos pessoalmente a destruição destes medicamentos, inclusive com a certificação da Secretaria da Receita Federal. No caso de medicamentos controlados recebemos uma prévia autorização da Secretaria Municipal de Vigilância Sanitária da cidade de São Paulo antes de proceder a sua destruição.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada, uma vez que, na esfera civil os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes.

Não sofremos qualquer autuação por parte de órgãos públicos, relacionados a quaisquer aspectos ambientais ou de regularização do nosso centro de distribuição até a presente data. Adicionalmente, estamos em situação regular perante as autoridades governamentais quanto à utilização do centro de distribuição para estoque. Não possuímos certificações baseadas em padrões internacionais de proteção ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional.

Somos titulares das marcas RAIA DROGASIL, DROGASIL, DROGASIL DELIVERY, DELIVERY 0800-158200, DROGASIL ESSENCE, DROGASIL VIVER FELIZ, FARMASIL, S.O.S DROGASIL, DROGA RAIA, RAIA, RAIA DELIVERY, RAIA EM CASA, RAIA HIPER FARMÁCIA, DROGA RAIA CONFIANÇA E RESPEITO DESDE 1905, DROGARAIA, DROGARAIA SAÚDE E BELEZA 24 HORAS, PHARMACIA RAIA, SER PLUS, SER SAUDÁVEL, KID CARD, SENIOR CARD, INTEGREIA, DROGARIA DELIVERY, DEEX DROGASIL ENCOMENDA EXPRESSA, RAIA TOTAL BENEFÍCIO FARMÁCIA, ZAMBELETTI, NEEDS, PLUII, PLUII AMORA ROSA, PLUII BRILHA BAUNILHA, PLUII LIMA LIMÃO, PLUII VERDE ERVA, PLUII VIBRE GENGIBRE, B-WELL, VERDE-ERVA, VIBRE-GENGIBRE, LIMA-LIMÃO, BRILHABAUNILHA, AMORA-ROSA, e UNIVERS, que se encontram registradas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades.

Possuímos em trâmite junto ao INPI, os pedidos de registro das marcas, FONE FARMÁCIA, FONE FARMÁCIA QUALIDADE DROGASIL, TRISS, B-WELL A/Z MULTIVITAMÍNICO, B-WELL CÁLCIO + D, B-WELL GUARANÁ, BWELL MULTI SILVER, B-WELL A/Z MULTIVITAMÍNICO + ÔMEGA, B-WELL HOMEM, B-WELL MULHER, B-WELL ÓLEO DE PRÍMULA, B-WELL ÓLEO DE LINHAÇA, B-WELL ÓLEO DE CÁRTAMO, B-WELL ÓLEO DE CHIA, B-WELL VITAMINA D, B-WELL ÔMEGA 3, PLUII BLU MARINO, PLUII LISS CASSIS, PLUII VERDE VERBENA, FARMACÊUTICO 40 HORAS, PROGRAMA MUITO MAIS RAIA, RAIA TOTAL BENEFÍCIO FARMA, FARMASIL A POPULAR DO BRASIL, FARMACÊUTICO 40 HORAS, RAIA SERVIÇOS FARMACÊUTICOS, DROGASIL SERVIÇOS FARMACÊUTICOS, FARMASIL SERVIÇOS FARMACÊUTICOS, DROGASIL VOCÊ CONFIAR EM QUEM ENTENDE, DROGASIL CONFIAR EM QUE ENTENDE, DROGARAIA O CUIDADO COMEÇA COM VOCÊ, DROGASIL MEDICAMENTOS ESPECIAIS, FARMASIL MEDICAMENTOS ESPECIAIS, DROGA RAIA MEDICAMENTOS ESPECIAIS, RAIA MEDICAMENTOS ESPECIAIS, RD RAIA DROGASIL, R&D RAIA DROGASIL, CARETECH A TECNOLOGIA DO CUIDADO COM A SAÚDE E O BEM-ESTAR, CARETECH, pra VOCÊ DROGA RAIA, DROGASIL & VOCÊ, SUA DROGA RAIA, GRUPO RD GENTE, SAÚDE E BEM-ESTAR, PLUII, e, além de diversas marcas figurativas e marcas tridimensionais, que são somente logotipos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Além das marcas, possuímos dois Desenhos Industriais junto ao INPI, a saber: DI 302012001043-8 com validade até 09/03/2037 para "Configuração aplicada em frasco" e DI 302012001042-0 com validade até 09/03/2037 para "Configuração aplicada em sabonete".

No exterior, temos registros da marca RAIA DROGASIL e DROGASIL na Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor:**

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor:

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor:

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil. Nossas atividades estão restritas ao território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não estamos sujeitos à regulação estrangeira.

7.8 - Políticas socioambientais

Práticas Sociais

A Companhia adota uma prática valorização da diversidade entre os funcionários, traduzida em programas específicos, como o de inclusão de pessoas com deficiência, de contratação de jovens aprendizes e estagiários.

As Revistas TODOS vendida nas lojas Drogasil e a Sorria vendida na Droga Raia tem receita, descontados os impostos incidentes, doada integralmente à instituições sociais indicadas pela Companhia.

Doutores da Alegria

É uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que utiliza a arte do palhaço para intervir junto a crianças, adolescentes e outros públicos em situação de vulnerabilidade e risco social em hospitais públicos e ambientes adversos. Fundada por Wellington Nogueira em 1991, a associação já realizou mais de um milhão de visitas a crianças hospitalizadas, seus acompanhantes e profissionais de saúde. A partir das intervenções em hospitais, Doutores da Alegria amplia canais de diálogos reflexivos com a sociedade, compartilhando o conhecimento produzido através de formação, pesquisa, publicações e manifestações artísticas, contribuindo para a promoção da cultura e da saúde e inspirando políticas públicas.

SPAAN - Projeto Vida: Atenção e Proteção Integral aos Idosos da Spaan

Busca Oferecer aos Idosos Residentes (hoje no total de 124 idosos): Assistência social global da pessoa idosa na modalidade de abrigagem de longa permanência, Saúde, Educação, Defesa dos direitos, Apoio sócio- familiar, Lazer, esporte e cultura, Prevenção da incidência de patologias, Estudos e pesquisas.

Corrida do Bem

Com o objetivo de provar que a prática esportiva é um bem social, esse evento ocorre com mais 80mil atletas. A corrida tem 16 etapas que ocorrer em bairros menos favorecidos em Florianópolis, Goiânia, São Paulo, São Bernardo do Campo, São Caetano, Santo André, Maringá, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília. Nós patrocinamos as etapas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Projeto Amparo – Hospital do Câncer de Barretos

O Projeto irá oferecer as seguintes atividades e serviços aos pacientes do Hospital e seus acompanhantes: Serviço de assessoria jurídica para todos pacientes e familiares; Assistência social integral ao paciente e aos familiares; Comemoração de datas festivas; Realização de casamentos; Reunião com grupo de cuidadores; Projeto aproveitamento integral dos alimentos e dia da beleza.

APAE DE SÃO PAULO

Oferece serviços para garantir o diagnóstico da deficiência intelectual para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, de forma mais efetiva, possibilitando um desenvolvimento mais amplo.

Ser +

Contribuir para formação integral de adolescentes por meio da capacitação profissional e do fortalecimento das habilidades e do vínculo familiar, na perspectiva de promover e potencializar a inclusão digital, o acesso ao mundo do trabalho e do protagonismo juvenil.

7.8 - Políticas socioambientais

ITS – Instituto de Tecnologia Social

O ITS BRASIL tem como principal missão: “Promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social e reunir as condições de mobilização do conhecimento, a fim de que se atendam as demandas da população”. Em suas atividades, o ITS BRASIL busca contribuir para a construção de "pontes" eficazes das demandas e necessidades da população com a produção de conhecimento do país, qualquer que seja o lugar onde é produzido - instituições de pesquisa e ensino, ONGs, movimentos populares, poderes público e privado.

Apoiamos dois projetos no final do ano passado:

-Emprego Apoiado para Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho para os Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá.

-Emprego Apoiado para Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho para os Municípios de Cubatão e Guarujá.

Arte Despertar – Projeto: Promovendo a Cultura nos Hospitais 2017

Realizar intervenções artísticas por meio da música e contando histórias. Os 7 Hospitais beneficiados são: GRAACC, ICESP, Incor, Hospital das Clínicas, Santa Casa de São Paulo, Hospital Municipal Tide Setúbal e Hospital infantil Darcy Vargas.

APAE DE ANÁPOLIS

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis, fundada em setembro de 1969, é uma organização social sem fins lucrativos que vem, ao longo de sua existência trabalhando pela inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Atualmente administra a Escola “Maria Montessori”, possui um Ambulatório Multidisciplinar Especializado (AME), e desde 2009 é um Centro Especializado de Reabilitação (CER III – Intelectual e Auditiva). Somente em 2016, a APAE de Anápolis realizou 2.405 atendimentos de pessoas idosas, sendo 2.275 com perda auditiva e 130 com deficiência física e intelectual. O projeto tem por objetivo trabalhar a habilitação/reabilitação de pessoas idosas com deficiência e proporcionar capacitação e atenção para seus familiares e cuidadores. Sua execução será em duas linhas de atuação: 1) atenção/reabilitação do idoso; 2) capacitação e atenção dos cuidadores/familiares.

Olga Kos - Corrida e Caminhada pela Inclusão Olga Kos – Comemoração pelo Dia Internacional da Síndrome de Down

Com o objetivo de provar que a prática esportiva é um bem social, esse evento ocorre com mais 80mil atletas. A corrida tem 16 etapas que ocorrer em bairros menos favorecidos em Florianópolis, Goiânia, São Paulo, São Bernardo do Campo, São Caetano, Santo André, Maringá, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília.

Canto Cidadão - Arte em todo canto - Teatro em hospitais

A missão da iniciativa é levar apresentações teatrais profissionais de forma regular ao ambiente hospitalar, em especial unidades públicas e filantrópicas da Grande São Paulo.

Práticas Ambientais

Através do Comitê de Eficiência Energética a Companhia buscar soluções para reduzir o consumo de energia elétrica, desenvolvendo programa para controle dos gastos visando a redução do consumo e utilizando de maneira eficaz este recurso nos equipamentos e luminárias de nossas instalações. As ações indicadas por este Comitê incluem a pintura de telhado dos Centros de Distribuição para redução da temperatura interna e por consequência também redução da demanda de ar condicionado e a utilização de lâmpadas de LED.

7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia também atua fortemente no direcionamento adequado dos resíduos sólidos, em especial, aos medicamentos. Estes itens são recolhidos em 461 lojas e direcionados à incineração, evitando assim a contaminação do solo e lençóis freáticos.

1. Publica relatório de sustentabilidade ou documento similar?

A Companhia elabora o Anuário que inclui informações sobre suas ações sociais e ambientais.

a. Metodologia

O documento tem sua metodologia baseada na GRI (*Global Reporting Initiative*).

b. Auditada por terceiros

Sim, são auditadas pelo VACC, Verdus Auditoria, Consultoria e Contabilidade ao final das edições das Revistas TODOS e Sorria, o VACC verifica as informações e envia um relatório bimestral com os números doados. Esses números são divulgados na edição seguinte das revistas.

c. Link de divulgação externa

Estas informações não são publicadas.

2. Tem Política de Responsabilidade Socioambiental?

As atividades desenvolvidas em nossa operação não causam impactos negativos significativos ao meio ambiente, a Companhia vem avaliando a possibilidade de implantar políticas socioambientais com a finalidade de melhorar os eventuais impactos que possam ocorrer.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Negócios extraordinários

A companhia não efetuou aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre em sua operação normal.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A companhia não teve alterações significativas na forma de condução do seus negócios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A companhia não possui contratos relevantes não relacionados às suas operações normais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

A companhia é proprietária do imóvel localizado na Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3.097, Butantã, 05339-000, São Paulo, SP. Neste local estão instalados a nossa sede administrativa e a nossa central de distribuição. Este complexo conta com um terreno de 40.137 metros quadrados e uma área construída de 32.906 metros quadrados. O valor contábil desse imóvel em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 29.980 mil.

A companhia também é proprietária de outros 50 imóveis onde estão localizadas nossas lojas nos seguintes endereços:

Bandeira	Endereço	Cidade	UF	Uso
Drogasil	RUA BARAO ITAPETININGA, Nº 40	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	RUA JOSE PAULINO, Nº 577	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	AVENIDA BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, Nº 2064	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	RUA DA MOOCA, Nº 2526	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	RUA AUGUSTA, Nº 2899	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	PRAÇA FLORIANO PEIXOTO, Nº 18	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	AVENIDA CELSO GARCIA, Nº 3876	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	AVENIDA PENHA DE FRANCA, Nº 187	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	AVENIDA TUCURUVI, Nº 403	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	AVENIDA GUILHERME COTCHING, Nº 1798	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	RUA DOMINGOS DE MORAIS, Nº 173	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	RUA DOZE DE OUTUBRO, Nº 558	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	RUA TEODORO SAMPAIO, Nº 1914	São Paulo	SP	LOJA
Farmasil	AVENIDA RANGEL PESTANA, Nº 1996	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	RUA SILVA BUENO, Nº 2130	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	RUA BARÃO DO TRIUNFO, Nº 456	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	RUA PAMPLONA, Nº 1778/1792	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	AVENIDA CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, Nº 3067	São Paulo	SP	LOJA
Drogasil	PRAÇA BARÃO DE RIO BRANCO, Nº 185	Bebedouro	SP	LOJA
Drogasil	RUA AMANDO BARROS, Nº 415	Botucatu	SP	LOJA
Drogasil	RUA BARÃO DE JAGUARA, Nº 1117	Campinas	SP	LOJA
Drogasil	RUA MAJOR PRADO, Nº 368	Jau	SP	LOJA
Drogasil	RUA BARÃO DE JUNDIAÍ, Nº 730	Jundiai	SP	LOJA
Drogasil	RUA DR. DEODATO WERTHEIMER, Nº 1352 APTO 33	Mogi Cruzes	SP	APTO
Drogasil	RUA DR. DEODATO WERTHEIMER, Nº 1360	Mogi Cruzes	SP	LOJA

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Drogasil	RUA JOAQUIM NABUCO, Nº 635	Presidente Prudente	SP	LOJA
Drogasil	PRAÇA VISCONDE DE MAUA, Nº 43	Santos	SP	LOJA
Drogasil	RUA MANUEL COELHO, Nº 354/356	São Caetano Do Sul	SP	LOJA
Drogasil	RUA DA PENHA, Nº 418	Sorocaba	SP	LOJA
Drogasil	PRAÇA DOM EPAMINONDAS, Nº 42 APTO 12	Taubaté	SP	APTO
Drogasil	PRAÇA DOM EPAMINONDAS, Nº 42	Taubaté	SP	LOJA
Drogasil	RUA ANTONIO AGU, Nº 514	Osasco	SP	LOJA
Drogasil	AVENIDA EPITACIO PESSOA, Nº 01	Santos	SP	LOJA
Drogasil	RUA GOVERNADOR PEDRO DE TOLEDO, Nº 1244 APTO 02	Piracicaba	SP	APTO
Drogasil	RUA GOVERNADOR PEDRO DE TOLEDO, Nº 1244	Piracicaba	SP	LOJA
Drogasil	RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 252	Taubaté	SP	LOJA
Drogasil	AVENIDA TIRADENTES, Nº 65	Araguari	MG	LOJA
Drogasil	RUA ASSIS FIGUEIREDO, Nº 1154	Poços De Caldas	MG	APTO
Drogasil	RUA ASSIS FIGUEIREDO, Nº 1131	Poços De Caldas	MG	ADM
Drogasil	RUA ARTUR MACHADO, Nº 10 APTO 12	Uberaba	SP	APTO
Drogasil	RUA ARTUR MACHADO, Nº 44	Uberaba	MG	LOJA
Drogasil	AVENIDA AFONSO PENA, Nº 291	Uberlandia	MG	LOJA
Drogasil	RUA CONCEIÇÃO, Nº 664	Campinas	SP	LOJA
Drogasil	SHC/SW CL - QUADRA 103 - BLC - LJ. 84	Brasília	DF	LOJA
Raia	RUA FREI GASPAR, 686	São Vicente	SP	LOJA
Raia	RUA MARECHAL DEODORO, 270	Curitiba	PR	LOJA
Raia	AVENIDA PRESIDENTE WILSON, 256	São Vicente	SP	LOJA
Raia	AVENIDA WASHINGTON LUIZ, 1.749	São Paulo	SP	LOJA
Raia	AV. PRUDENTE DE MORAES, 262	Itú	SP	LOJA
ADM	RUA FREI CANECA, 231	São Paulo	SP	ADM

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total do nosso ativo imobilizado líquido era de R\$ 1.006.606 mil, assim dividido: R\$ 49.485 mil relativos aos imóveis; R\$ 328.013 mil aos móveis, utensílios e instalações; R\$ 172.755 mil às máquinas e equipamentos; R\$ 8.915 mil aos veículos; e R\$ 447.438 mil as reformas e modernizações de lojas e as benfeitorias em imóveis de terceiros.

b. patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando

Dentre os ativos imobilizados da empresa a propriedade intelectual de nossa marca é bastante significativa. No Brasil, a propriedade de uma marca é adquirida pelo registro validamente expedido pelo INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, órgão responsável pela análise e registro de marcas e patentes. Através do registro concedido é assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de renovações. Enquanto o pedido não é

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

deferido, o depositante tem apenas a expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico das retribuições ao INPI, sendo que o pagamento das taxas devidas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está adimplente quanto ao pagamento de tais retribuições.

Possuímos 74 pedidos sob análise do INPI e 146 registros da marca, totalizando 220 processos nas formas nominativa, figurativa e mista, no Brasil. Além destas possuímos um total de vinte processos de marcas no exterior, sendo seis registros para a marca institucional "DROGASIL" e 14 registros da marca "RAIA DROGASIL" já concedidos pelos escritórios de marcas e patentes dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Além das marcas, possuímos dois Desenhos Industriais junto ao INPI, a saber: DI 302012001043-8 com validade até 09/03/2037 para "Configuração aplicada em frasco" e DI 302012001042-0 com validade até 09/03/2037 para "Configuração aplicada em sabonete".

i. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada através do pagamento periódico de aos órgãos competentes, após decorrido o respectivo prazo de vigência de cada um deles. O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção.

Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento que possa violar os nossos direitos de propriedade intelectual.

No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem, eventualmente, ser negados. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) ingressem com processos de nulidade ou caducidade de tais marcas. No âmbito judicial, embora titulares do registro de diversas marcas e titulares dos domínios listados, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.

ii. possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

c. Participações em Sociedades

Em 01 de outubro de 2015, por meio de contrato de compra e venda e de subscrição de participação societária e outras avenças, concluímos a compra de 55% das ações de emissão da 4-Bio Medicamentos S.A., que atua no comércio varejista de medicamentos de especialidades no Brasil.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os principais ativos relevantes foram relacionados no Item anterior (9.1-Bens do ativo não-circulante outros), onde é possível identificar a localização geográfica dos imóveis.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Sua Droga Raia	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Grupo RD gente, saúde e bem-estar	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Grupo RD gente, saúde e bem-estar	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	PLUII	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Essence - 827.433.620	11/12/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 829.011.692	19/01/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 829.011.706	19/01/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 829.011.722	19/01/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Fone Farmácia - 826.162.452	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Fone Farmácia - 826.162.460	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 829.011.714	24/05/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Fone Farmácia Qualidade - 829.507.426	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Fone Farmácia Qualidade-829.507.434	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Viver Feliz - 901.926.051	31/07/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Deex Drogasil encomenda expressa	31/07/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.840	01/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.007	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.023	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.104	01/09/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Brilha-Baunilha - 904.114.570	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Lima-Limão - 904.114.538	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii - 904.114.767	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Amora Rosa - 904.114.635	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Brilha Baunilha - 904.114.686	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Lima limão - 904.114.708	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Verde Erva - 904.114.740	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii Vibre Gengibre - 904.114.651	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Verde-Erva - 904.114.589	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Vibre-Gengibre - 904.114.562	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well - 831.089.130	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 903.932.628	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii - 903.906.511	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Programa Muito Mais Raia - 831.051.582	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa (Somente Logo) - 903.488.477	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluii - 903.232.600	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Needs - 903.176.858	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Needs - 903.177.064	27/09/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 901.984.264	07/08/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 901.555.991	06/03/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 901.556.149	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.555.967	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.556.041	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.556.270	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.256.378	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 901.556.440	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Integrea - 901.250.350	01/02/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Total Benefício Farma - 829.267.905	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Total Benefício Farma - 829.267.913	21/08/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pharmacia Raia - 826.020.984	14/08/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 824.707.613	07/08/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 824.666.941	07/08/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Delivery 0800-158200 - 824.522.044	24/06/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 824.522.010	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogaria Delivery - 824.522.028	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogaria Delivery - 824.522.036	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Raia Drogasil - 2.644.711	05/05/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 2.611.432	28/11/2023	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Hiperfarmácia - 823.757.692	12/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Hiperfarmácia - 823.757.730	29/05/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 822.953.730	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 822.953.781	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia Confiança e Respeito Desde 1905 - 822.953.714	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogaria - 822.953.706	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia Saúde Brasil e Beleza 24 Horas	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa (Somente Logo) - 822.953.790	28/08/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.060	11/10/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.824	10/06/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.832	08/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.859	08/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Delivery - 822.953.684	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia em Casa - 822.953.722	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Zambeletti - 822.953.773	19/08/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Delivery - 822.658.151	29/05/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Raia Delivery - 822.658.178	29/05/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Delivery - 822.658.194	13/05/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Delivery - 822.658.224	06/03/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia em Casa - 822.658.160	29/01/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia em Casa - 822.658.186	29/01/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia em Casa - 822.658.208	29/01/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Zambeletti - 820.534.153	14/06/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 820.458.473	26/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 820.458.481	05/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 820.458.538	09/08/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Ser Plus - 820.458.538	07/06/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Ser Saudável - 820.431.290	07/06/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Kid Card - 819.356.999	18/11/2023	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Kid Card - 819.033.324	26/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Senior Card - 819.033.359	26/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 818.574.402	28/10/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 818.574.410	22/09/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia - 818.574.429	13/10/2019	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 817.753.923	05/12/2015	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Droga Raia - 816.681.058	07/12/2023	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.279	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.803.392	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 2.670.097	14/08/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.662.462	30/11/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 3.695.360	14/03/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 3.258.894	14/08/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 3.258.898	30/07/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 3.258.897	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 148972- C	21/01/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 148973- C	21/01/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 148970- C	21/01/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil -148971- C	21/01/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 402952	26/08/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 402450	21/08/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 402274	22/10/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil -405275	22/10/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 446.485	20/02/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 446.486	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SOS Drogasil - 819.280.844	04/07/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa	14/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 398327	12/02/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 398328	12/02/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 84581-A	15/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 84580-A	18/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 415.307	09/02/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 1.979.965	12/07/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.099.091	06/04/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 3.155.994	24/05/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.156.001	05/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.156.010	05/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 3.174.646	08/04/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmacêutico 40 Horas - 907.444.270	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 820.170.402	07/12/2019	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 822.230.682	29/08/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Drogasil Delivery - 822.230.690	20/06/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 822.230.704	15/08/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 822.230.712	20/06/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 2.670.101	18/08/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 0800-158200 - 822.230.720	15/08/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Delivery - 0800-158200 - 822.230 -739	20/06/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.140.935	10/02/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.140.960	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.141.010	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Triss - 908.818.416	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well A/Z Multivitamínico- 908.818.424	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Cálcio + D- 908.818.432	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Guaraná - 908.818.467	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Multi Silver - 908.818.475	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	BWell AZ Multivitaminico+OMEG A - 908.819.528	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	BWell HOMEM - 908.819.536	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	BWell MULHER - 908.819.579	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	B-Well Óleo de Prímula - 908.819.595	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Óleo de Linhaça - 908.819.633	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Óleo de Cártamo- 908.819.650	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Vitamina D- 908.819.676	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well Óleo de Chia- 908.819.692	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	B-Well OMEGA 3 - 908.819.714	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluui Blu Marino- 908.819.757	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluui Liss Cassis- 908.819.803	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Pluui Verde Verbena- 908.821.239	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia. O cuidado começa com você	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia. O cuidado começa com você	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia. O cuidado começa com você	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia. O cuidado começa com você	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(i)
Marcas	Drogasil Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Serviços Farmacêuticos	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Drogasil. Confie em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil. Confie em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil. Confie em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil. Confie em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil.Você confia em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil.Você confia em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil.Você confia em quem entende	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil Serviços Farmacêuticos	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Medicamentos Especiais	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Serviços Farmacêuticos	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 4.511.077	17/08/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 5.013.720	14/03/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 5.018.684	24/05/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 6.246.222	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 6.246.230	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Drogasil - 710.164.033	09/02/2022	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 720.129.036	13/10/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 811.099.210	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 811.099.229	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 811.099.237	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 811.099.253	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.001	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.010	11/10/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.036	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.052	11/09/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.141.079	10/02/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Univers - 906.141.150	10/02/2026	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.044	11/10/2018	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 813.251.028	28/08/2020	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 824.522.052	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 824.522.060	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 824.707.176	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Droga Raia - 901.556.254	27/12/2021	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 824.707.184	24/04/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Drogasil - 3.288.978	Requerida Prorrogação	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 3.574.296	16/07/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa (Somente Logo) - 904.956.776	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Figurativa (Somente Logo) - 904.956.792	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.020	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.063	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.152	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil - 818.239.867	10/06/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.179	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.241	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.322	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.438	07/07/2025	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil - 904.957.462	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Farmasil A Popular do Brasil - 904.957.551	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.956.610	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Raia Drogasil - 904.956.695	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Tridimensional - 904.462.013	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Tridimensional - 904.462.137	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Amora-Rosa - 904.114.520	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Raia Drogasil - 2.670.100	18/08/2024	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	RD Raia Drogasil	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	R&D Raia Drogasil	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Caretech Tecnologia do Cuidado com a Saúde e o Bem Estar	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Caretech	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Essence - 827.433.603	11/12/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil Essence - 827.433.611	11/12/2017	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Caretech	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Caretech	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Caretech	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Caretech	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Caretech	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	praVOCÊ Droga Raia	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)
Marcas	Drogasil & Você	Pedido	Vide item "9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros" - b.(i)	Vide item "9.1 - Bens do ativo não -circulante relevantes - outros" - b.(ii)

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
4bio Medicamentos SA	07.015.691/0001-46	-	Controlada	Brasil	SP	SAO PAULO	Venda de Medicamentos Especiais	55,000000
				Valor mercado				
31/12/2016	25,226163	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2016 29.422.551,30				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Liderar a consolidação do varejo de Medicamentos Especiais no Brasil								

A companhia apresenta abaixo o saldo dos ativos imobilizados intangíveis consolidados dos 03 últimos exercícios sociais.

Em milhares de Reais.

Saldo líquido	Ponto Comercial	Licença de uso de software e Implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa - Vison	Ágio na aquisição de empresa - Raia S.A	Ágio na aquisição de empresa (4-BIO)	Marcas - Raia S.A	Marcas - 4-BIO	Carteira de Clientes - Raia S.A	Relacionamento com clientes 4-BIO	Canal de Distribuição - 4-BIO	Outros Ativos Intangíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2014	124.361	31.581	19.888	780.084	-	151.700	-	12.693	-	-	4.714	1.125.021
Em 31 de dezembro de 2015	126.259	42.305	19.888	780.084	23.523	151.700	4.816	4.983	7.786	134	5.394	1.166.872
Em 31 de dezembro de 2016	124.831	50.316	19.888	780.084	25.563	151.700	3.802	4.523	7.220	-	6.129	1.174.056

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2016 possuíamos 1.420 lojas em operação, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Tocantins e Distrito Federal.

Somos a maior rede de drogarias do país, em termos de faturamento e número de lojas, segundo o ranking da Abrafarma (Associação Brasileira Redes Farmácias Drogaria). Os recursos utilizados para a operação de nossas atividades, incluindo a abertura, modernização e manutenção das lojas são provenientes da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC, não medicamentos e serviços, bem como da prestação de serviços aos nossos clientes.

Em decorrência da evolução consistente nos resultados operacionais da empresa ao longo dos últimos anos e da confortável situação de liquidez atual, acreditamos que a empresa possui sólidas condições patrimoniais e financeiras necessárias à condução de nossa operação.

Adicionalmente, mantivemos uma situação de liquidez estável ao longo dos últimos anos. Ao final de 2016, nosso índice de liquidez corrente estava em 1,57 comparado a 1,63 no ano de 2015, representando uma pequena queda de 0,06, e a 1,76 no ano de 2014.

Importante mencionar que em 31 de dezembro de 2016 o nosso caixa e equivalentes de caixa atingiu R\$ 276.632 mil (Dez/15 - R\$ 266.051 mil, Dez/14 - R\$ 281.189 mil), enquanto os empréstimos e financiamentos da companhia no mesmo período totalizavam R\$ 413.968 mil (Dez/15 - R\$ 296.388 mil, Dez/14 - R\$ 281.237 mil). Este aumento no caixa e equivalentes de caixa é fruto da linha de crédito contratada junto ao BNDES.

O patrimônio líquido da companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.935.955 mil (Dez/15 - R\$ 2.656.798 mil, Dez/14 - R\$ 2.456.937 mil), apresentando um acréscimo de R\$ 279.157 mil ou 10,51%. Esse acréscimo deveu-se principalmente pela constituição de Reserva Estatutária no montante de R\$ 253.297 mil, composta da seguinte forma R\$ 22.384 da Reserva Legal de 5% e R\$ 230.913 relativo a Reserva Estatutária, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

A Companhia analisa os índices de liquidez com a finalidade de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo, bem como as necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. A Administração entende que os níveis atuais dos índices de liquidez estão em boa situação nos últimos 03 exercícios sociais, a Companhia atua e toma as medidas cabíveis para manter sua boa situação financeira.

Indicador	2014	2015	2016
Liquidez Corrente ¹	1,76	1,63	1,57
Liquidez Geral ²	1,43	1,34	1,28

1) Liquidez Corrente¹ = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

2) Liquidez Geral² = (Ativo Circulante + Realiz.Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível Longo Prazo)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b. estrutura de capital

Nos últimos anos a companhia vem se financiando predominantemente com recursos próprios. Nosso endividamento bruto, ao final de 2016 totalizava R\$ 413.968 mil (Dez/15 - R\$296.388 mil, Dez/14 - R\$ 281.237 mil), composto principalmente por recursos de longo prazo captados junto ao BNDES, em comparação a um patrimônio líquido de R\$ 2.935.955 mil (Dez/15 - R\$ 2.656.798 mil, Dez/14 - R\$ 2.456.937 mil) e um caixa e equivalentes de caixa de R\$ 276.632 mil (Dez/15 - R\$ 266.051 mil, Dez/14 - R\$ 281.189 mil).

Estrutura de Capital	2014	AV	2015	AV	2016	AV
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	2.456.937	89,7%	2.656.798	90,0%	2.935.955	87,6%
Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazo)	281.237	10,3%	296.388	10,0%	413.968	12,4%
Total	2.738.174	100%	2.953.186	100%	3.349.923	100,0%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Pela estrutura financeira já relatada, a Administração entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar todos seus compromissos financeiros, bem como atender todas as necessidades de capital de giro e investimentos programados.

Em 31 de dezembro de 2016, o nosso passivo circulante era de R\$ 2.184.684 mil (Dez/15 - R\$ 1.648.766 mil, 2014 – R\$ 1.275.050 mil), valor inferior ao ativo circulante, que, na mesma data, era de R\$ 3.427.783 mil (2015 - R\$ 2.685.844 mil, 2014 – R\$ 2.243.931 mil), incluindo os valores da conta caixa e equivalentes de caixa, que representavam R\$ 276.632 mil (2015 - R\$ 266.051 mil, 2014 – R\$ 281.189 mil).

Importante ressaltar que o perfil de nossa dívida é bastante confortável. Em 31 de dezembro de 2016, nossa dívida de curto prazo era de R\$ 132.581 mil (2015 - R\$ 108.192 mil, 2014 – R\$ 97.710 mil), enquanto 68,0% do nosso endividamento bruto, R\$ 281.387 mil, tinha vencimento previsto para o longo prazo (2015 - R\$ 188.196 mil, 2014 – R\$ 183.527 mil). Finalmente, vale mencionar que a nossa dívida é composta principalmente de recursos do BNDES que normalmente pratica taxas de juros inferiores às médias praticadas pelo mercado.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de liquidez da Companhia é a geração de caixa na operação, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia obteve recursos por meio de empréstimos junto ao mercado financeiro, ao quais foram empregados no financiamento de suas necessidades de capital de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

giro e investimento de curto prazo. Maiores detalhes vide item 10.1.f sobre os contratos de empréstimos e financiamento relevantes.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nossos empréstimos e financiamentos incluem os instrumentos descritos na alínea (f) deste item 10.1. Não obstante a existência dos empréstimos e financiamentos descritos a seguir, acreditamos não possuir dependência de recursos advindos de terceiros para o desempenho de nossos negócios, tendo em vista nossa geração de caixa consistente e nossa solidez financeira. A Companhia contratara novas operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro quando identificar a necessidade de recursos adicionais para financiar o seu plano de expansão ou com o objetivo melhorar o perfil do endividamento.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos, que montavam R\$ 413.968 mil (Dez/15 - R\$ 296.388 mil, Dez/2014 - R\$ 281.237 mil).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía diversas obrigações em aberto perante o BNDES, incluindo empréstimos obtidos no âmbito do programa Subcrédito no montante de R\$ 413.191 milhões. Os empréstimos com o BNDES foram celebrados para financiar a aquisição de maquinários e equipamentos, bem como a reforma e expansão das lojas. O valor do principal e os juros desses empréstimos são geralmente pagos mensalmente, com datas de vencimento entre 2017 e 2022. O valor do principal dos empréstimos está denominado em reais, sendo uma parte com taxas de juros de mercado (SELIC) e outra parte com taxas de juros de longo prazo (TJLP) mais o spread do banco. As taxas de juros praticadas nas linhas de crédito estão especificadas na tabela abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Valor em milhares de Reais		Controladora		Consolidado	
Financiamento para aquisição	<u>Taxa média anual de juros de longo prazo</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
BNDES - FINEM					
Empreendimentos	IPCA + 7,50% (+ 1,30% - Dez/2015) a.a.	-	3.565	-	3.565
BNDES - Subcrédito					
Empreendimentos	TJLP + 2,75% (+ 3,32% - Dez/2015) a.a.	163.895	138.488	163.895	138.488
Empreendimentos	SELIC + 2,50% (+ 2,69% - Dez/2015) a.a.	128.350	66.169	128.350	66.169
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado + 3,10% (3,01% - Dez/2015) a.a.	4.658	9.072	4.658	9.072
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 2,02% (+ 1,79% - Dez/2015) a.a.	12.456	797	12.456	797
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 8,62% (+ 8,36% - Dez/2015) a.a.	8.087	8.653	8.087	8.653
Capital de giro	SELIC + 2,70% (+ 3,10% - Dez/2015) a.a.	92.135	60.449	92.135	60.449
Outros		3.610	2.492	3.610	2.492
Empréstimos					
Outros		-	-	777	6.703
		<u>413.191</u>	<u>289.685</u>	<u>413.968</u>	<u>296.388</u>
Passivo circulante		<u>(131.804)</u>	<u>(102.266)</u>	<u>(132.581)</u>	<u>(108.192)</u>
Passivo não circulante		<u>281.387</u>	<u>187.419</u>	<u>281.387</u>	<u>188.196</u>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Administradores da RD informam que nos três últimos exercícios sociais não houve grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e que o mesmo é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor (Lei nº 11.101/05).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 413.191 mil (Dez/15 - R\$ 286.120 mil, Dez/14 - R\$ 267.040 mil) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas (“covenants”):

- Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos “covenants” é anual e, em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

A Companhia não possui contratos condicionados ao cumprimento de covenants não financeiros.

g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No ano de 2013 assinamos contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo para cinco anos (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017) junto ao BNDES no valor de R\$ 705.600 mil. Foi liberado em 2013 o valor de R\$ 80.278 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013. Foi liberado em 2014 o valor de R\$ 37.704 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013 e o valor de R\$ 83.379 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2014. Foi liberado em 2015 o valor de R\$ 28.418 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2014 e o valor de R\$ 67.360 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2015. Foi liberado em 2016 o valor de R\$ 23.030 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2015 e o valor de R\$ 189.197 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2016.

Valor em milhares de Reais

Valor total do contrato BNDES 2013		Liberação dos Recursos Financeiros				
R\$ 705.600		2013	2014	2015	2016	Total
Investimentos Financiáveis Realizados	2013	80.278	37.704			117.982
	2014		83.379	28.418		111.797
	2015			67.360	23.030	90.390
	2016				189.197	189.197
	Total	80.278	121.083	95.778	212.227	509.366
Utilização dos recursos (%)		11,4%	17,2%	13,6%	30,1%	72,2%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Valor em milhares de Reais

Demonstração do Resultado (em milhares de R\$)	2.016	AV	2.015	AV	AH
Receita líquida de vendas	11.256.565	100,0%	8.897.849	100,0%	26,5%
Custo das mercadorias vendidas	(7.752.422)	(68,9%)	(6.183.289)	(69,5%)	25,4%
Lucro bruto	3.504.143	31,1%	2.714.560	30,5%	29,1%
(Despesas) receitas operacionais					
Com vendas	(2.218.765)	(19,7%)	(1.742.093)	(19,6%)	27,4%
Gerais e administrativas	(297.729)	(2,6%)	(235.088)	(2,6%)	26,6%
Depreciações e amortizações	(274.434)	(2,4%)	(227.698)	(2,6%)	20,5%
Outras despesas operacionais	(7.677)	(0,1%)	(8.818)	(0,1%)	(12,9%)
	(2.798.605)	(24,9%)	(2.213.697)	(24,9%)	26,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	705.538	6,3%	500.863	5,6%	40,9%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	109.433	1,0%	88.786	1,0%	23,3%
Despesas financeiras	(219.755)	(2,0%)	(153.747)	(1,7%)	42,9%
	(110.322)	(1,0%)	(64.961)	(0,7%)	69,8%
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	595.216	5,3%	435.902	4,9%	36,5%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(116.662)	(1,0%)	(60.608)	(0,7%)	92,5%
Diferido	(27.302)	(0,2%)	(35.509)	(0,4%)	(23,1%)
	(143.964)	(1,3%)	(96.117)	(1,1%)	49,8%
Lucro líquido do exercício	451.252	4,0%	339.785	3,8%	32,8%
Atribuível a					
Acionista da Companhia	447.685		340.206		
Participação de Não Controladores	3.567		(421)		
Lucro por Ação - Básico	1,36846		1,03144		
Lucro por Ação - Diluído	1,36846		1,03144		

Em 1º de outubro de 2015, a Companhia adquiriu o controle da 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio"), sociedade que tem como atividade preponderante a comercialização de medicamentos de especialidade, ou seja, medicamentos utilizados para tratar condições graves de saúde, prescritos por especialistas clínicos. Assim os saldos apresentados em 2015 são apresentados de forma consolidadas e os saldos apresentados em 2014 são da controlada.

Receita líquida de vendas

A nossa receita líquida de vendas e serviços é proveniente da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços remunerados, tais como aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio. Encerramos 2016 com R\$ 11.256,6 milhões de receita líquida, um aumento de 26,5% em relação ao ano anterior (R\$ 8.897,8 milhões em 2015). Esta variação é decorrente do ganho na participação de mercado e da expansão orgânica de 212 lojas no último ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Bruto

Em 2016 obtivemos uma margem bruta de 31,1% sobre a receita líquida de vendas (30,5% em 2015). Este aumento da margem bruta foi impulsionado pelos ganhos sobre os estoques decorrentes do aumento anual nos preços de medicamentos (11,8% contra 6,0% no ano anterior), contribuindo positivamente em 0,5% para a margem bruta de 2016 (sem efeito no trimestre). O forte crescimento da 4Bio gerou um efeito negativo de mix na margem bruta de 0,2 ponto percentual tanto no ano quanto no trimestre, uma vez que os Medicamentos Especiais têm margem bruta menor do que a nossa operação de varejo.

(Despesas) receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2016 registramos R\$2.798,6 milhões de despesas totais (R\$ 2.213,7 milhões em 2015). Um aumento de R\$ 584,9 milhões ou 26,4% as principais despesas responsáveis pelo aumento foram despesas de pessoal, Aluguel e *marketing*.

Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2016 registramos R\$ 110,3 milhões de resultado financeiro (R\$ 65,0 milhões em 2015). Um aumento de R\$ 45,3 milhões ou 69,8%, este aumento é decorrente do reconhecimento dos juros sobre opção de compra de ações e Ajuste a valor presente – AVP reconhecido no resultado.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R\$ 451,3 milhões em 2016 (R\$ 339,8 milhões em 2015). O expressivo aumento no lucro líquido pode ser atribuído à margem bruta mais alta, uma performance positiva no resultado de lojas novas, e uma gestão efetiva nas despesas administrativas e com vendas, compensadas com o aumento das despesas financeiras.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

Demonstração do Resultado					
<i>(em milhares de R\$)</i>					
	2.015	AV	2.014	AV	AH
Receita líquida de vendas	8.897.849	100,0%	7.351.456	100,0%	21,0%
Custo das mercadorias vendidas	(6.183.289)	(69,5%)	(5.207.625)	(70,8%)	18,7%
Lucro bruto	2.714.560	30,5%	2.143.831	29,2%	26,6%
(Despesas) receitas operacionais					
Com vendas	(1.742.093)	(19,6%)	(1.409.067)	(19,2%)	23,6%
Gerais e administrativas	(235.088)	(2,6%)	(194.958)	(2,7%)	20,6%
Depreciações e amortizações	(227.698)	(2,6%)	(187.568)	(2,6%)	21,4%
Outras despesas operacionais	(8.818)	(0,1%)	(9.473)	(0,1%)	(6,9%)
	(2.213.697)	(24,9%)	(1.801.066)	(24,5%)	22,9%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	500.863	5,6%	342.765	4,7%	46,1%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	88.786	1,0%	58.460	0,8%	51,9%
Despesas financeiras	(153.747)	(1,7%)	(99.001)	(1,3%)	55,3%
	(64.961)	(0,7%)	(40.541)	(0,6%)	60,2%
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	435.902	4,9%	302.224	4,1%	44,2%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(60.608)	(0,7%)	(48.776)	(0,7%)	24,3%
Diferido	(35.509)	(0,4%)	(32.062)	(0,4%)	10,8%
	(96.117)	(1,1%)	(80.838)	(1,1%)	18,9%
Lucro líquido do exercício	339.785	3,8%	221.386	3,0%	53,5%
			221.386	3,0%	
Atribuível a					
Acionista da Companhia	340.206				
Participação de Não Controladores	(421)				
Lucro por Ação - Básico	1,03144				
Lucro por Ação - Diluído	1,03144				

Receita de Vendas

A nossa receita de vendas e serviços é proveniente da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços remunerados, tais como aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio. Encerramos 2015 com R\$ 8.897,9 milhões de receita líquida (R\$ 7.351,5 milhões em 2014). Perfumaria foi a categoria de maior crescimento, registrando um incremento de 21,0%, principalmente devido ao surto do vírus Zika ocorrido no 4T15.

Lucro Bruto

Em 2015 obtivemos uma margem bruta de 30,5% sobre a receita líquida contra 29,2% em 2014. Aumento originado principalmente com oportunidades de compras e gestão efetiva dos preços dos produtos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Despesas) receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2015 registramos R\$2.213,6 milhões de despesas totais (R\$ 1.801,1 milhões em 2014). Um aumento de R\$ 412,5 milhões ou 22,9% as principais despesas responsáveis pelo aumento foram despesas de pessoal, energia elétrica e logística (devido à expansão no Nordeste).

Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2015 registramos R\$ 64,9 milhões de resultado financeiro (R\$ 40,5 milhões em 2014). Um aumento de R\$ 24,4 milhões ou 60,2%, este aumento é decorrente das elevadas taxas de juros de mercado que impactaram no Ajuste a valor presente – AVP reconhecido no resultado.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R\$ 339,8 milhões em 2015 (R\$ 221,4 milhões em 2014). O aumento no lucro líquido pode ser atribuído à alta margem EBITDA e a maturação de lojas abertas nos últimos anos.

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Ativo (em milhares de R\$)	2016	AV	2015	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	276.632	4,9%	266.051	5,7%	4,0%
Clientes	772.241	13,6%	601.831	12,8%	28,3%
Estoques	2.149.468	38,0%	1.650.453	35,1%	30,2%
Tributos sobre o lucro a recuperar	12.049	0,2%	10.182	0,2%	18,3%
Outros tributos a recuperar	99.723	1,8%	49.348	1,1%	102,1%
Outras contas a receber	105.112	1,9%	98.261	2,1%	7,0%
Despesas do exercício seguinte	12.558	0,2%	9.718	0,2%	29,2%
	3.427.783	60,6%	2.685.844	57,2%	27,6%
Não circulante					
Depósitos judiciais	23.007	0,4%	18.730	0,4%	22,8%
Tributos a recuperar	22.963	0,4%	23.156	0,5%	(0,8%)
Outros créditos	4.887	0,1%	2.613	0,1%	87,0%
Imobilizado	1.006.606	17,8%	801.985	17,1%	25,5%
Intangível	1.174.056	20,7%	1.166.873	24,8%	0,6%
	2.231.520	39,4%	2.013.357	42,8%	10,8%
Total do ativo	5.659.303	100,0%	4.699.201	100,0%	20,4%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Passivo e patrimônio líquido***(em milhares de R\$)***Circulante**

	2016	AV	2015	AV	AH
Fornecedores	1.615.587	28,5%	1.203.382	25,6%	34,3%
Empréstimos e financiamentos	132.581	2,3%	108.192	2,3%	22,5%
Salários e encargos sociais	199.378	3,5%	165.409	3,5%	20,5%
Impostos, taxas e contribuições	96.731	1,7%	55.878	1,2%	73,1%
Dividendo e juros sobre o capital próprio	25.934	0,5%	24.402	0,5%	6,3%
Provisão para demandas judiciais		0,0%	3.346	0,1%	(100,0%)
Outras contas a pagar	114.473	2,0%	88.157	1,9%	29,9%
	2.184.684	38,6%	1.648.766	35,1%	32,5%

Empréstimos e financiamentos	281.387	5,0%	188.196	4,0%	49,5%
Provisão para demandas judiciais	2.591	0,0%	3.352	0,1%	(22,7%)
Imposto de renda e contribuição social	193.187	3,4%	165.981	3,5%	16,4%
Opção de compra de ações adicionais	45.228	0,8%	31.632	0,7%	43,0%
Outras obrigações	16.271	0,3%	4.476	0,1%	263,5%
Não circulante	538.664	9,5%	393.637	8,4%	36,8%

Total do passivo	2.723.348	48,1%	2.042.403	43,5%	33,3%
-------------------------	------------------	--------------	------------------	--------------	--------------

Patrimônio líquido**Atribuído aos acionistas da Controladora**

Capital social	1.808.639	32,0%	1.808.639	38,5%	100,0%
Reservas de capital	138.553	1,9%	128.767	2,1%	9,9%
Reserva de reavaliação	12.383	0,2%	12.569	0,3%	(1,5%)
Reservas de lucros	919.118	16,2%	665.821	14,2%	38,0%
Dividendo adicional proposto	61.324	1,1%	48.243	1,0%	27,1%
Ajuste de avaliação patrimonial	(30.230)	(0,5%)	(30.230)	(0,6%)	0,0%
	2.909.787	51,4%	2.633.809	56%	10,5%

Participação de não controladores	26.168	0,5%	22.989	0,5%	13,8%
-----------------------------------	--------	------	--------	------	-------

Total do patrimônio líquido	2.935.955	51,9%	2.656.798	56,5%	10,5%
------------------------------------	------------------	--------------	------------------	--------------	--------------

Total do passivo e patrimônio líquido	5.659.303	100,0%	4.699.201	100,0%	20,4%
--	------------------	---------------	------------------	---------------	--------------

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 741.939 mil ou 27,62% passando de R\$ 2.685.844 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.427.783 mil em 31 de dezembro de 2016. As principais variações foram:

(i) aumento de R\$ 10.581 mil ou 4,0% em caixa e equivalentes de caixa, que passaram de R\$266.051 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 276.632 mil em 31 de dezembro de 2016, devido à aumento de caixa e aplicações em linha com a estratégia de capital de giro da companhia.

(ii) aumento do saldo da conta de clientes em R\$ 170.410 mil ou 28,3%, que passaram de R\$ 601.831 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 772.241 mil em 31 de dezembro de 2016, ocorreu basicamente por conta do crescimento do nosso faturamento, destacando-se os recebíveis de cartões de crédito e débito, em virtude principalmente do incremento da receita de vendas e do crescimento da participação média destas modalidades de pagamento em 2016.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(iii) aumento de R\$ 499.015 mil ou 30,2% em estoques, que passaram de R\$ 1.650.453 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.149.468 mil em 31 de dezembro de 2016, decorrente, principalmente, do nosso crescimento orgânico, abertura de mais um centro de distribuição.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – realizável a longo prazo aumentou R\$ 6.359 mil ou 12,5% passando de R\$ 44.499 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 50.858 mil em 31 de dezembro de 2016.

A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R\$ 4.277 mil no saldo da conta de Depósitos Judiciais devido ao aumento nos recursos contra os processos trabalhistas, em linha com o aumento do quadro de funcionários para manter o forte ritmo de expansão da rede.

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização teve um aumento de R\$ 211.804 mil ou 9,7%, passando de R\$ 1.968.858 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.180.662 mil em 31 de dezembro de 2016. Devido ao investimento em abertura de lojas, modernização do nosso centro de distribuição e melhorias em tecnologia.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 2.184.684 mil em 31 de dezembro de 2016 quando comparado ao saldo de R\$ 1.648.766 mil em 31 de dezembro de 2015, apresentando um acréscimo de R\$ 535.918 mil ou 32,5%.

As principais variações foram:

(i) o aumento de R\$ 412.205 mil ou 34,3% em fornecedores, que passaram de R\$ 1.203.382 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.615.587 mil em 31 de dezembro de 2016, é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação e abertura de um novo centro de distribuição.

(ii) o acréscimo de R\$ 24.390 mil ou 22,5% em empréstimos e financiamentos, que passaram de R\$ 108.192 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 132.581 mil em 31 de dezembro de 2016. No curto prazo, esse aumento acontece principalmente pela reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias, aliada a apropriação de juros no período, deduzidas das amortizações efetuadas (principal mais juros) no período.

(iii) aumento de R\$ 40.853 mil ou 73,1% em impostos taxas e contribuições, que passaram de R\$ 55.878 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 96.731 mil em 31 de dezembro de 2016, relativo a constituição de provisões dos impostos questionados junto ao Governo Federal.

(iv) aumento de R\$ 26.316 mil ou 29,8% em outras contas a pagar, que passaram de R\$ 88.157 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 114.473 mil em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido à abertura de mais de 200 lojas no ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 145.027 mil ou 36,8%, passando de R\$ 393.637 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 538.664 mil em 31 de dezembro de 2016. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 9,5% em 31 de dezembro de 2016 em comparação a um percentual de 8,4% observados em 31 de dezembro de 2015.

As principais variações foram:

- i) O aumento nos empréstimos e financiamentos que cresceram R\$ 93.191 mil ou 49,5%, passando de R\$ 188.196 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 281.387 mil em 31 de dezembro de 2016, foi devido a liberação de recursos do BNDES para a expansão da rede nos últimos anos e capital de giro.
- ii) O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, que cresceu R\$ 27.206 mil ou 16,4%, passando de R\$ 165.981 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 193.187 mil em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é explicada pelo aumento do saldo do IR e CS sobre os valores temporários na base de cálculo para fins de apuração desses impostos (Ágio relativo a fusão e provisões dedutíveis temporariamente).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 2.935.955 mil em 31 de dezembro de 2016, comparado a um saldo de R\$ 2.656.798 mil em 31 de dezembro de 2015, apresentando um aumento de R\$ 279.157 mil ou 10,5%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Reservas de Lucros que passou de R\$ 665.821 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 919.118 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de R\$ 253.297 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

Ativo (em milhares de R\$)	2015	AV	2014	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	266.051	5,7%	281.189	6,9%	(5,4%)
Clientes	601.831	12,8%	465.990	11,5%	29,2%
Estoques	1.650.453	35,1%	1.340.199	33,1%	23,1%
Tributos sobre o lucro a recuperar	10.182	0,2%	39.042	1,0%	(73,9%)
Outros tributos a recuperar	49.348	1,1%	107.590	2,7%	(54,1%)
Outras contas a receber	98.261	2,1%		0,0%	0,0%
Despesas do exercício seguinte	9.718	0,2%	9.921	0,2%	(2,0%)
	2.685.844	57,2%	2.243.931	55,4%	19,7%
Não circulante					
Depósitos judiciais	18.730	0,4%	14.116	0,3%	32,7%
Tributos a recuperar	23.156	0,5%	17.330	0,4%	33,6%
Outros créditos	2.613	0,1%	1.218	0,0%	114,5%
Imobilizado	801.985	17,1%	647.673	16,0%	23,8%
Intangível	1.166.873	24,8%	1.125.021	27,8%	3,7%
	2.013.357	42,8%	1.805.358	44,6%	11,5%
Total do ativo	4.699.201	100,0%	4.049.289	100,0%	16,1%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo e patrimônio líquido					
(em milhares de R\$)	2015		2014		AH
Circulante					
Fornecedores	1.203.382	25,6%	871.477	21,5%	38,1%
Empréstimos e financiamentos	108.192	2,3%	97.710	2,4%	10,7%
Salários e encargos sociais	165.409	3,5%	141.548	3,5%	16,9%
Impostos, taxas e contribuições	55.878	1,2%	42.230	1,0%	32,3%
Dividendo e juros sobre o capital próprio	24.402	0,5%	28.664	0,7%	(14,9%)
Provisão para demandas judiciais	3.346	0,1%	5.209	0,1%	(35,8%)
Outras contas a pagar	88.157	1,9%	88.212	2,2%	(0,1%)
	1.648.766	35,1%	1.275.050	31,5%	29,3%
Empréstimos e financiamentos	188.196	4,0%	183.527	4,5%	2,5%
Provisão para demandas judiciais	3.352	0,1%	4.103	0,1%	(18,3%)
Imposto de renda e contribuição social	165.981	3,5%	125.946	3,1%	31,8%
Opção de compra de ações adicionais	31.632	0,7%		0,0%	0,0%
Outras obrigações	4.476	0,1%	3.726	0,1%	20,1%
Não circulante	393.637	8,4%	317.302	7,8%	24,1%
Total do passivo	2.042.403	43,5%	1.592.352	39,3%	28,3%
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da Controladora					
Capital social	1.808.639	38,5%	908.639	22,4%	99,0%
Reservas de capital	128.767	2,7%	1.019.791	25,2%	(90,3%)
Reserva de reavaliação	12.569	0,3%	12.755	0,3%	(1,5%)
Reservas de lucros	665.821	14,2%	475.421	11,7%	40,0%
Dividendo adicional proposto	48.243	1,0%	40.331	1,0%	19,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	(30.230)	(0,6%)			
	2.633.809	56,0%			
Participação de não controladores	22.989	0,5%		0,0%	0,0%
Total do patrimônio líquido	2.656.798	56,5%	2.456.937	60,7%	8,1%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.699.201	100,0%	4.049.289	100,0%	16,1%

Em 1º de outubro de 2015, a Companhia adquiriu o controle da 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio"), sociedade que tem como atividade preponderante a comercialização de medicamentos de especialidade, ou seja, medicamentos utilizados para tratar condições graves de saúde, prescritos por especialistas clínicos. Assim os saldos apresentados em 2015 são apresentados de forma consolidadas e os saldos apresentados em 2014 são da controlada.

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R\$ 441.913 mil ou 19,7% passando de R\$ 2.243.931 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 2.685.844 mil em 31 de dezembro de 2015 as principais variações foram:

- (i) aumento de R\$ 135.841 mil ou 29,2% no saldo da conta de clientes, que passaram de R\$ 465.990 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 601.831 mil em 31 de dezembro de 2015, basicamente por conta do crescimento do nosso volume de vendas e aumento na quantidade de atendimentos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(ii) aumento de R\$ 310.254 mil ou 23,2% em estoques, que passaram de R\$ 1.340.199 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.650.453 mil em 31 de dezembro de 2015. Aumento foi decorrente, principalmente, do crescimento de nossa base de lojas e capacidade de nossos centros de distribuições.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – realizável a longo prazo aumentou R\$ 11.835 mil ou 36,2% passando de R\$ 32.664 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 44.499 mil em 31 de dezembro de 2015.

A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R\$ 5.470 mil no saldo da conta de ICMS oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus Centros de Distribuição

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização teve um aumento de R\$ 196.164 mil ou 11,1%, passando de R\$ 1.772.694 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.968.858 mil em 31 de dezembro de 2015. Este aumento é proveniente das aberturas, reformas, e melhorias em nossas lojas.

Passivo circulante

O passivo circulante era de R\$ 1.648.766 mil em 31 de dezembro de 2015 quando comparado ao saldo de R\$ 1.275.050 mil em 31 de dezembro de 2014, apresentando um acréscimo de R\$ 373.716 mil ou 29,3%. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 35,1% em 31 de dezembro de 2015 em comparação a um percentual de 31,5% observados em 31 de dezembro de 2014.

As principais variações foram:

(i) o aumento de R\$ 331.905 mil ou 38,1% em fornecedores, que passaram de R\$ 871.477 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.203.382 mil em 31 de dezembro de 2015, é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação e forte expansão de lojas.

(ii) o acréscimo de R\$ 10.482 mil ou 10,7% em empréstimos e financiamentos, que passaram de R\$ 97.710 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 108.192 mil em 31 de dezembro de 2015. No curto prazo, esse aumento acontece principalmente em razão da reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias, aliada a apropriação de juros no período, deduzidas das amortizações efetuadas (principal + juros) no período.

(iii) aumento de R\$ 23.861 mil ou 16,9% em salários e encargos sociais, que passaram de R\$ 141.548 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 165.409 mil em 31 de dezembro de 2015. Esse acréscimo é justificado pela forte expansão e abertura de lojas onde buscamos profissionais qualificados e preparados no mercado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R\$ 76.335 mil ou 24,1%, passando de R\$ 317.302 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 393.637 mil em 31 de dezembro de 2015. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 7,8% em 31 de dezembro de 2014 em comparação a um percentual de 8,4% observados em 31 de dezembro de 2015.

As principais variações foram:

i) O aumento na opção de compras de ações que cresceram R\$ 31.632 mil em 31 de dezembro de 2015, devido a aquisição dos 45% da 4Bio restantes.

ii) O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, que cresceu R\$ 40.035 mil ou 31,8%, passando de R\$ 125.946 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 165.981 mil em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é explicada pelo aumento do saldo do IR e CS sobre os valores temporários na base de cálculo para fins de apuração desses impostos (Ágio relativo a fusão e provisões dedutíveis temporariamente).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 2.656.798 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado a um saldo de R\$ 2.456.937 mil verificado em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de R\$ 199.861 mil ou 8,13%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Reservas de Lucros que passou de R\$ 475.421 mil em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 665,821 mil em 31 de dezembro de 2015, representando um acréscimo de R\$ 190.400 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera receitas principalmente na venda de medicamentos, *over the counter* (OTC), não medicamentos (produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Dermocosméticos) e serviços. A RaiaDrogasil desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para e para a tomada de decisão.

Somente para efeito de análises gerenciais a Companhia segrega suas principais receitas de vendas da seguinte forma:

(R\$ mil)	2014	2015	2016
Marca	3.379.601	4.114.984	5.430.216
Genéricos	803.459	958.500	1.186.364
OTC	1.406.954	1.709.013	2.140.882
Medicamentos	5.590.014	6.782.497	8.757.462
Perfumaria	2.058.824	2.501.318	3.056.731
Serviços	10.052	12.163	13.373
Total Geral	7.658.890	9.295.978	11.827.566

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Panorama Setorial

O mercado do Complexo Industrial da Saúde (CIS) no Brasil vem crescendo a taxas bastante expressivas, nos últimos cinco anos. Esse crescimento apresenta dois fundamentos que devem persistir no próximo ciclo: o envelhecimento da população brasileira, que atingirá aproximadamente 30 milhões de pessoas nos próximos 15 anos, e a substituição das doenças infectocontagiosas pelas crônico-degenerativas. Além desses movimentos, a ascensão da classe C na última década ampliou consideravelmente a população efetivamente demandante de bens e serviços de saúde.

Por tais razões, de caráter estrutural, os movimentos cíclicos tendem a ser sobrepujados pela forte tendência de crescimento do consumo de produtos de saúde. Mesmo sob a hipótese de um cenário externo e interno de estagnação, a demanda por produtos de saúde no Brasil tende a continuar crescendo acima da média da economia, impactando positivamente as expectativas sobre os investimentos no setor.

O mercado interno crescente é o principal motivo para que as perspectivas de investimento no setor permaneçam positivas, com algum grau de autonomia em relação ao cenário macroeconômico. As perspectivas de investimento para o período de 2015 a 2018 são da ordem de R\$ 13 bilhões, o que representará um crescimento de 57% em relação ao realizado de 2010 a 2013. Nesses valores, foi considerado o contínuo processo de fortalecimento das empresas de capital nacional, que apresentam porte e capacidade de investimentos crescentes, tanto em

10.2 - Resultado operacional e financeiro

atividades produtivas quanto de P&D. Além disso, os investimentos em desenvolvimento e produção de medicamentos biotecnológicos, uma nova trajetória tecnológica para o setor, representam um salto quantitativo e qualitativo para a indústria brasileira.

Projeções Setoriais

A indústria farmacêutica lida com produtos cuja resistência aos ciclos de alta e baixa da economia é emblemático, e isso explica parte da robustez do faturamento do setor. Pontua-se que as mudanças na composição demográfica (envelhecimento) no Brasil impulsionam a produção de medicamentos mais complexos, o que exige mais investimentos em P&D dos laboratórios.

A essencialidade dos produtos de higiene pessoal, combinado a cultura de aumento do consumo de cosméticos, imprimem perspectivas relativamente boas ao segmento. Entretanto, a conjuntura recessiva na economia contribui para a queda na demanda, resultando em uma taxa de crescimento abaixo do patamar histórico de dois dígitos.

Em 2016 a RaiaDrogasil apresentou um forte desempenho com recordes de crescimento e rentabilidade em um cenário desafiador. Além deste forte crescimento, expandimos a margem de forma relevante, alavancando os ganhos inflacionários sobre os estoques com as compras de pré-alta diante de uma elevação nos preços de 12%. Essa combinação resultou em resultados recordes, com um EBITDA de R\$ 987,6 milhões, um aumento de 32,8% e uma margem de 8,4%, uma expansão de 0,5 ponto percentual. O Lucro Líquido Ajustado atingiu R\$ 499,1 milhões, uma margem de 4,2%. O fluxo de caixa livre totalizou R\$ 34,9 milhões, o quarto ano consecutivo de geração positiva de caixa. O fluxo de caixa das operações foi de R\$ 524,0 milhões, dos quais R\$ 489,1 milhões foram reinvestidos com forte disciplina visando retornos marginais consistentes com o nosso histórico. Assim, o ROIC atingiu 21,5%, um aumento de 2,1 pontos percentuais, podendo se elevar ainda mais no longo prazo com ganhos de produtividade e maturação das lojas. Por fim, distribuímos R\$ 194,7 milhões de JSCP (Juros Sobre o Capital Próprio), um aumento de 8,6% e um *payout* de 43,1%, gerando um retorno total aos acionistas de 74,1%.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Negociamos com os fornecedores contratos anuais de compras que estabelecem, para cada linha de produto, os descontos comerciais sobre o Preço Fábrica que terão vigência ao longo do ano todo e o prazo de pagamento, e que historicamente só são alteradas em caso mudanças tributárias ou de mudanças estruturais de mercado.

O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo Federal anualmente no mês de abril, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Em 2016, o reajuste de preços ao consumidor foi de 12,5%, em 2015 de 7,7%, em 2014 de 5,6%.

No caso dos Produtos de Perfumaria, nossas compras são feitas diretamente dos fabricantes, e as condições comerciais são bastante estáveis ao longo do ano.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Tendo em vista que todos os nossos passivos e nossas despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar. Entretanto, a taxa de câmbio tende a afetar o custo de grande parte de nossos fornecedores, que, em momentos de reversão de expectativa podem repassar parte da elevação de seus custos através da redução de descontos comerciais praticados ao varejo.

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controle de preços à maioria dos produtos farmacêuticos que nós vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço poderia resultar em uma menor margem de lucro em drogaria do que aqueles comumente realizados nos produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia afetar-nos adversamente. Qualquer um dos motivos citados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações e fluxo de caixa, bem como o preço de mercado de nossas ações.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não foi introduzido ou alienado um segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2016 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Concluimos em 1 de outubro de 2015 a aquisição do controle (55% do capital social) da 4Bio S.A. A aquisição do controle da 4Bio marcou a entrada da Raia Drogasil no mercado varejista de Medicamentos de Especiais, o segmento farmacêutico que apresenta maior taxa de crescimento no Brasil e no mundo, e no qual a Raia Drogasil ainda não atuava.

c. eventos ou operações não usuais

Não houveram eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício social encerrado em 31/12/2014 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis das companhias de capital aberto ou em pronunciamentos e interpretações do Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

No exercício social encerrado em 31/12/2015, a Companhia buscando uma melhoria contínua na geração positiva do seu fluxo de caixa. Dentre as várias ações tomadas, destacam-se a manutenção do prazo médio de recebimento com prazos iguais ou até, em determinados casos, inferiores aos praticados pelo mercado, gestão otimizada dos estoques nas lojas por melhoria da qualidade das informações disponíveis e tecnologias desenvolvidas e negociações mais eficientes com seus fornecedores, que inclui o aumento no prazo médio de pagamento. Adicionalmente, verifica-se um aumento gradual das taxas de juros praticadas no mercado (referência ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI), que passou 10,81% ao ano em 2014 e 13,24% ao ano em 2015. Observa-se que os aspectos mencionados acima tinham reflexos na determinação do ajuste a valor presente, o qual é prática contábil da Companhia e vinha sendo calculado e avaliado como não relevante para efeito de registro contábil nas demonstrações financeiras. Entretanto, em virtude dessas graduais mudanças de circunstâncias e, com o intuito de aprimoramento das informações contábeis, a Administração da Companhia decidiu reconhecer os efeitos contábeis produzidos por estas mudanças de circunstâncias a partir do primeiro trimestre de 2015, julgando também apropriado refletir essas mesmas mudanças nas cifras comparativas da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os efeitos patrimoniais nas cifras comparativas, líquidos dos efeitos tributários, são considerados como irrelevantes.

No exercício social encerrado em 31/12/2016, Companhia buscando uma melhoria contínua nos seus controles internos de relatório financeiro. Dentre as ações tomadas, destaca-se a revisão das ferramentas utilizadas na determinação e classificação da riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas para fins de elaboração da demonstração do valor adicionado. Como resultado deste trabalho, identificou-se a necessidade de reclassificar os efeitos decorrentes dos gastos com tarifas pagas às administradoras de cartões e serviços de transportes de valores, os quais são, em essência, formação de riqueza por insumos adquiridos de terceiros, como também reclassificar os montantes de PIS e COFINS creditados nas compras de mercadorias e aqueles recolhidos a título de ICMS retido em regime de substituição tributária que configuram distribuição de riqueza a título de impostos, taxas e contribuições, proporcionados em essência pela Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos registrados com as alterações do exercício de 2015 estão demonstrados abaixo:

Demonstração do Resultado (Valores em milhares de R\$)	2014 Originalmente Apresentado	Reclassificação	2014 (reclassificado)
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.391.569	(40.113)	7.351.456
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(5.281.377)	73.752	(5.207.625)
Resultado Bruto	2.110.192	33.639	2.143.831
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	309.126	33.639	342.765
Resultado Financeiro	(6.902)	(33.639)	(40.541)
Lucro/Prejuízo do Período	221.386	0	221.386

Demonstração do Valor Adicionado	2014 Originalmente Apresentado	Reclassificação	2014 (reclassificado)
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.613.344	(40.113)	7.573.231
Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.307.056)	73.752	(5.233.304)
Custos Prods., Merc.s e Servis Vendidos	(5.014.704)	73.752	(4.940.952)
Valor Adicionado Líquido Produzido	2.123.933	33.639	2.157.572
Receitas Financeiras	18.347	40.113	58.460
Distribuição do Valor Adicionado	2.142.280	73.752	2.216.032
Remuneração de Capitais de Terceiros	394.307	73.752	468.059
Juros	126.968	73.752	200.720

Nota Explicativa - 21. Receitas e despesas financeiras	2014 Originalmente Apresentado	Reclassificação	2014 (reclassificado)
(-) ajuste a valor presente (AVP) - receitas financeiras		40.113	40.113
(-) ajuste a valor presente (AVP) - despesas financeiras		(73.752)	(73.752)
Resultado financeiro	(6.902)	(33.639)	(40.541)

Os efeitos registrados com as alterações do exercício de 2016 estão demonstrados abaixo:

Controladora			
Demonstração do Valor Adicionado	2015 Originalmente Apresentado	Reclassificação	2015 (reclassificado)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(6.269.289)	233.031	(6.036.258)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.881.819)	356.416	(5.525.403)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(382.689)	(123.385)	(506.074)
Valor Adicionado Líquido Produzido	2.622.958	233.031	2.855.989
Distribuição do Valor Adicionado	2.708.972	233.031	2.942.003
Impostos, taxas e contribuições	832.065	356.416	1.188.481
Federais	407.956	(79.162)	328.794
Estaduais	412.163	435.578	847.741
Remuneração de Capitais de Terceiros	581.928	(123.385)	458.543
Juros	273.847	(123.385)	150.462

Consolidado

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Demonstração do Valor Adicionado	2015 Originalmente Apresentado	Reclassificação	2015 (reclassificado)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(6.317.568)	232.716	(6.084.852)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.927.464)	356.416	(5.571.048)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(385.323)	(123.700)	(509.023)
Valor Adicionado Líquido Produzido	2.627.271	232.716	2.859.987
Distribuição do Valor Adicionado	2.716.057	232.716	2.948.773
Impostos, taxas e contribuições	833.163	356.416	1.189.579
Federais	407.977	(79.162)	328.815
Estaduais	413.236	435.578	848.814
Remuneração de Capitais de Terceiros	585.297	(123.700)	461.597
Juros	276.961	(123.700)	153.261

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos três exercícios sociais, os relatórios dos auditores independentes não apontaram ressalvas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Reporting Standards - IFRS).

Na preparação das Demonstrações Financeiras a Administração da Companhia avalia e entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas e julgamentos subjetivos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade e determinação de valores presentes de direitos e obrigações que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. As premissas utilizadas são conservadoras e revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, o histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando quando necessário, referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício, ainda que não se possa ter precisão sobre os valores, porém, acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

As principais políticas críticas que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são:

a. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A Administração avalia continuamente os julgamentos, as estimativas, e as premissas utilizadas nas provisões e entende que são razoáveis e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

- **Provisões para Demandas Judiciais**

As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

A Administração acompanha em uma frequência mensal o progresso das contingências classificadas como sendo de perda provável ou possível, como também os correspondentes valores das estimativas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os questionamentos efetuados pelas autoridades fiscais são inicialmente avaliados pelo departamento jurídico interno e identificado qual será o advogado externo que será responsável em defender / contestar a Companhia. Este profissional externo, tendo como referência informações disponibilizadas pela Administração, elabora a defesa e submete para apreciação dos advogados internos da Companhia inclusive e, quando aplicável, com avaliação da provável saída de caixa. Este conjunto de informações elaborado pelo advogado externo é analisado pelo departamento jurídico internos que valida o processo de defesa assim como a provável saída de caixa.

b. Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

As taxas de juros com as quais a Companhia trabalha para realização do desconto a valor presente levam em consideração uma taxa de juros livre (Certificado de Depósito Interbancário) acrescida das taxas de riscos das contrapartes (clientes e da própria Companhia). Essas taxas de juros compostas estão em constante alteração em decorrência das oscilações das taxas de juros praticadas no mercado, como também as taxas de juros das contrapartes.

Periodicamente a Administração da Companhia, avalia e ajusta a valor presente os saldos dos ativos e passivos decorrentes de operações relevantes, como por exemplo, as contas a receber de clientes, os estoques e contas a pagar de fornecedores.

c. Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Exceto pelo reconhecimento do passivo financeiro decorrente da opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes que estão em poder do acionista fundador da 4Bio Medicamentos S.A., a Companhia não opera com instrumentos complexos.

Diante de contextos macroeconômicos e incertezas futuras (inflação, taxas de juros, volatilidade da ação da Companhia, etc), a Administração da Companhia entende que as políticas contábeis dos Instrumentos Financeiros são críticas para as determinações dos seus valores justos e requerem julgamentos subjetivos e premissas complexas, para a correta contabilização dos valores.

d. Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

O ativo imobilizado e o ativo intangível são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor

10.5 - Políticas contábeis críticas

contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como o ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando for identificado prováveis perdas, os valores são reconhecidos ao resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

A Administração da Companhia avalia anualmente, o ágio sobre a expectativa de rentabilidade futura, alocado as respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios, e com base em estudos de fluxo de caixa descontado, elaborados por especialistas, que foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Com isso a Companhia considera esta política contábil uma estimativa crítica que requer julgamento e acompanhamento periódico.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia e sua controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a assinatura de novos contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) foram de R\$ 38.810 mil em dezembro de 2016, R\$ 31.275 mil em dezembro 2015 para o consolidado e R\$ 25.131 em dezembro de 2014 para a controladora.

Em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

Os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

Valores em milhares de R\$

	Controladora	Consolidado	
	2014	2015	2016
Primeiros 12 meses	230.883	307.046	386.110
Entre 13 e 60 meses	571.451	764.847	972.702
Após 60 meses	173.366	225.582	291.003
	<u>975.700</u>	<u>1.297.475</u>	<u>1.649.815</u>

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iv. contratos de construção não terminada

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

De acordo com as normas contábeis vigentes não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia.

b. natureza e o propósito da operação

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão da rede, reforma e modernização de lojas. Em 2016, foi investido um valor total de R\$ 500.784 mil em ativos imobilizados e intangíveis (2015 - R\$ 391.492 mil, 2014 - R\$ 279.610 mil). Inauguramos o oitavo Centro de Distribuição em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco com 12,1 mil m² que consumiu o investimento de aproximadamente R\$ 15 milhões.

Para 2017, esperamos abrir 200 lojas, além de investimentos em programa de manutenção e reforma de lojas, bem como atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão. Previmos ainda a inauguração de mais um Centro de Distribuição no Nordeste para melhor atender às lojas da região.

	Valores em milhares de R\$		
	Controladora	Consolidado	
Projetos	2014	2015	2016
Abertura de loja	172.349	229.773	316.086
Reforma de lojas	48.649	68.587	76.171
Infraestrutura	58.612	93.132	108.527
Capex Total	279.610	391.492	500.784

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimento nos últimos três anos e não há desinvestimento previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve qualquer aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, além dos já descritos no item acima, que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

- c. novos produtos e serviços, indicando**
- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não possuímos pesquisas em andamento.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Em 2016 iniciamos em 5 lojas na capital do estado de São Paulo a prestação de serviços farmacêuticos de atenção à saúde:

- Verificação da pressão arterial
- Medição a glicemia capilar

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não desenvolvemos novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

A Raia Drogasil S.A. projeta o número total de lojas a serem abertas ao longo do ano calendário. Essa projeção é feita de forma agregada para as marcas Droga Raia, Drogasil e Farmasil.

Importante notar que este número considera as aberturas brutas, não levando em conta eventuais fechamentos de lojas. Portanto, o aumento líquido de lojas pode diferir da soma entre as lojas iniciais e as aberturas brutas no período.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

A projeção compreende e é válida para os anos de 2017, 2018 e 2019.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

As projeções são elaboradas à luz de nossa experiência passada e consideram a nossa expectativa acerca das nossas operações, tendo em vista, especialmente:

- (i) A nossa estratégia de expansão;
- (ii) A nossa capacidade financeira para suportar investimentos;
- (iii) A nossa capacidade de obter pontos comerciais atraentes com expectativas adequadas de retorno;
- (iv) A nossa capacidade de implantar novas lojas, incluindo a nossa estrutura de engenharia e a disponibilidade de funcionários qualificados dentro do nosso plano de carreira para operarem tais lojas;
- (v) Outras possíveis restrições.

Entendemos que temos controle sobre grande parte destas variáveis. Vale ressaltar que as projeções são estimativas, e que não constituem promessa de desempenho, de modo que poderão ser revistas (positiva ou negativamente).

O mercado do Complexo Industrial da Saúde (CIS) no Brasil vem crescendo a taxas bastante expressivas, nos últimos cinco anos. Esse crescimento apresenta dois fundamentos que devem persistir no próximo ciclo: o envelhecimento da população brasileira, que atingirá aproximadamente 30 milhões de pessoas nos próximos 15 anos, e a substituição das doenças infectocontagiosas pelas crônico-degenerativas. Além desses movimentos, a ascensão da classe C na última década ampliou consideravelmente a população efetivamente demandante de bens e serviços de saúde.

Por tais razões, de caráter estrutural, os movimentos cíclicos tendem a ser sobrepujados pela forte tendência de crescimento do consumo de produtos de saúde. Mesmo sob a hipótese de um cenário externo e interno de estagnação, a demanda por produtos de saúde no Brasil tende a continuar crescendo acima da média da economia, impactando positivamente as expectativas sobre os investimentos no setor.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população com mais de 60 anos somou 24,9 milhões de pessoas em 2016, mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas. Espera-se que até 2030 mais 16,6 milhões de pessoas sejam adicionadas ao grupo, um crescimento de 78,1% na população idosa do país.

d. valores dos indicadores que são objeto da projeção

ANO	PROJEÇÃO	REVISÃO	REALIZADO
2014	130 aberturas		131 aberturas
2015	130 aberturas	145 aberturas	156 aberturas
2016	165 aberturas	200 aberturas	212 aberturas
2017	195 aberturas	200 aberturas	150 aberturas (Até Set/17)
2018	240 aberturas		
2019	240 aberturas		

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Reiteramos à projeção para 2017, contemplando a abertura bruta de 200 lojas.

Incluímos às projeções para o exercício de 2018 e 2019, contemplando a abertura bruta de 240 lojas respectivamente.

b. quanto as projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Ano	Projeção	Realizado
2014	130 aberturas	131 aberturas
2015	145 aberturas	156 aberturas
2016	200 aberturas	212 aberturas

Nos últimos três anos estamos superando as aberturas previstas devido ao aumento de contratos assinados nos últimos 12 meses, suportando a aceleração do ritmo de abertura de lojas.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Conseguimos superar à projeção divulgada devido ao aumento de contratos assinados nos últimos 12 meses, suportando a aceleração do ritmo de abertura de lojas e reiteramos a projeção para o ano de 2017, contemplando a abertura bruta de 200.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, regidos pelo disposto na Lei das S.A. e no Estatuto Social da Raia Drogasil S.A.

a. atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio;

Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando inclusive, mas sem limitação, novos investimentos, observado o item “t” abaixo, e/ou financiamentos e/ou desinvestimentos, assim como planos de negócios de longo prazo e suas alterações; b) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como a respeito de qualquer outro ato que tenha sido praticado, ou esteja para ser praticado, pelos Diretores; c) manifestar-se por escrito sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; d) autorizar a aquisição, a alienação, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis da Companhia; e) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral, bem como emitir parecer sobre propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; f) escolher, fiscalizar e destituir os auditores independentes e demais assessores da Companhia; g) aumentar o capital social, sem aprovação em Assembleia Geral, até o limite autorizado no Estatuto Social da Companhia; h) autorizar a Diretoria a representar a Companhia em sociedades coligadas ou controladas; i) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e poderes de representação da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia; j) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração dos administradores, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral; k) escolher o Diretor que acumulará a função de Diretor de Relações com Investidores; l) aprovar o Orçamento Anual; m) convocar Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária; n) autorizar qualquer tipo de garantia, aval ou fiança por parte da Companhia, em favor de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, fianças outorgadas a sociedades coligadas e controladas, bem como a concessão de garantias reais e/ou fidejussórias; o) autorizar a realização de negócio, ou conjunto de negócios interligados, que acarretem obrigações para a Companhia ou que exonerem terceiros de responsabilidades para com ela, bem como que comprometam seu Ativo Permanente em montante igual ou superior a 10% (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido; p) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures, notas promissórias comerciais na forma da legislação em vigor; q) aprovar a compra, a venda, oneração ou arrendamento de ativos permanentes que representem, individual ou conjuntamente, quantia igual ou superior a 1% (um por cento) de seu Patrimônio Líquido; r) aprovar a compra, a venda, a oneração ou o arrendamento de negócios ou de participação societária que representem, individual ou conjuntamente, quantia igual ou superior a 1% (um por cento) de seu Patrimônio Líquido; s) aprovar operações que representem, individual ou conjuntamente, um endividamento total igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia ou determine índice de liquidez corrente inferior a 1 (um); t) aprovar qualquer investimento individual ou conjuntamente igual ou superior a 1% (um por cento) de seu Patrimônio Líquido e qualquer investimento de capital (*capex*) de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma operação ou em uma série delas, por exercício social, valor este a ser atualizado pela variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo) verificada a partir de 10 de novembro de 2011 até a data da aprovação de cada operação em questão; u) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no parágrafo 5º do

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização; v) deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; w) declarar dividendos intermediários; x) outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral e criar comitês de administração do plano; y) definir a lista tríple de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no Capítulo VII do Estatuto Social da Companhia; z) apresentar à Assembleia Geral proposta de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou qualquer outra espécie de reorganização societária, participação em qualquer empreendimento comum, em qualquer associação entre empresas, bem como de transformação em outro tipo societário, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e liquidação da Companhia; aa) deliberar, ad referendum da Assembleia Geral, proposta de participação nos lucros para os administradores da Companhia; bb) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; cc) aprovar qualquer plano de remuneração variável dos administradores, inclusive com ações da Companhia e suas controladas; dd) aprovar a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas; ee) deliberar sobre proposta de grupamento, desdobramento e bonificação de ações a ser submetida à Assembleia Geral; ff) definir e alterar e qualquer das políticas de capitalização, endividamento, risco, distribuição de lucros e investimento da Companhia e de suas controladas; gg) deliberar sobre a determinação do voto a ser proferido pela Companhia, seus representantes e administradores indicados pela Companhia na assembleia geral ou na reunião do Conselho de Administração, conforme o caso, de qualquer controlada com relação a qualquer matéria de competência da assembleia geral e às matérias listadas nos itens g), m), p), r), t), u), v), x), z), dd), ee) e ff) acima; hh) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM. Para os fins acima, “Patrimônio Líquido” significa o patrimônio líquido da Companhia registrado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP ou Formulário de Informações Trimestrais – ITR, o que for mais recente. O Conselho de Administração poderá instituir Comitês, integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros do Conselho de Administração, os Diretores e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia, para assessorá-lo no desempenho de suas atividades. O escopo, composição e funcionamento de cada Comitê serão definidos pelo Conselho de Administração na deliberação que aprovar sua criação.

Compete à Diretoria: a) coordenar e gerir os negócios sociais; b) observar e fazer cumprir o disposto na Lei das S.A., no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia; c) organizar e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

apresentar anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração, a serem acompanhados do parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e do parecer dos auditores independentes; d) abrir, fechar e movimentar contas bancárias; e) propor a aquisição, a alienação, a transferência, a oneração ou o arrendamento de bens imóveis; f) transigir, ceder ou renunciar a direitos que não sejam relativos a bens imóveis da Companhia; g) nomear procuradores em nome da Companhia; h) adquirir, alienar, onerar ou arrendar bens imóveis da Companhia, nos limites do Estatuto Social da Companhia; i) autorizar e realizar operações, celebrar contratos, que obriguem, onerem ou responsabilizem a Companhia nos limites do Estatuto Social da Companhia; j) decidir sobre a abertura, fechamento ou mudança de filiais, depósitos, centros de distribuição, sucursais, escritórios ou representações no país ou exterior em reunião de Diretoria, previamente ouvido o Comitê de Expansão, quando e se instalado; l) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, bem como divergência entre seus membros.

Compete ao Conselho Fiscal da Companhia: (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (e) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Comitês de Apoio à Gestão (órgãos não estatutários):

Compete ao Comitê Estratégico (i) desenvolver e propor ao Conselho de Administração as políticas relativas à estratégia empresarial e ao aprimoramento das operações; e (ii) formular recomendações ao Conselho de Administração e acompanhar a implementação de políticas, estratégias e ações que visem ao incremento da competitividade da Companhia.

Compete ao Comitê de Pessoas (i) alinhar projetos e processos relativos a pessoas e à visão estratégica da organização; (ii) discutir e propor políticas de remuneração e incentivos para empregados e administradores, bem como plano de opção de compra de ações para os administradores; (iii) propor critérios para avaliação de desempenho e competências para empregados e administradores; (iv) formular e acompanhar indicadores de desempenho, produtividade e gestão da organização.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Comitê de Expansão (i) auxiliar o Conselho de Administração no planejamento do crescimento da Companhia; (ii) avaliar e recomendar eventuais fusões e aquisições; (iii) suportar a Administração na análise e na contratação de novos pontos comerciais; (iv) acompanhar e fiscalizar o cumprimento do planejamento aprovado.

Compete ao Comitê de Finanças (i) acompanhar o cumprimento do orçamento e dos resultados; (ii) auxiliar o Conselho de Administração na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos em nossa posição financeira; (iii) examinar, discutir e formular recomendações ao Conselho de Administração quanto à política financeira proposta pela Diretoria; e (iv) propor mecanismos de operacionalizações relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio.

Até o momento, nenhum dos Conselhos e Comitês possui regimento interno próprio.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente e sua última instalação ocorreu na última Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 29 de março de 2017.

O Comitê de Expansão, o Comitê Estratégico, o Comitê de Pessoas e o Comitê de Finanças foram criados em 24 de novembro de 2011, em reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, e começaram a atuar em 01 de abril de 2012, exceto pelo Comitê de Finanças que começou a atuar em 24 de novembro de 2011. À época de sua criação o Comitê de Finanças era denominado Comitê de Auditoria e o Comitê Estratégico era denominado Comitê de Operações, tendo as denominações sido posteriormente alteradas na reunião do Conselho de Administração no dia 9 de agosto de 2012.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado;

Os membros da Diretoria são avaliados com base no alcance de metas operacionais e financeiras, bem como no desempenho individual. Para tanto, os diretores da Companhia são avaliados anualmente pelo Diretor Presidente, com o objetivo de verificar se foram atingidas as metas individuais pré-estabelecidas, todas relativas à performance da respectiva área de atuação do diretor e da Companhia como um todo. O Diretor Presidente, por sua vez, é avaliado anualmente pelo Conselho de Administração, de acordo com o desempenho alcançado pela Companhia, utilizando como base critérios previamente estabelecidos.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês não estão sujeitos a um mecanismo formal de avaliação de desempenho.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais;

Compete ao Diretor-Presidente: a) estabelecer o modelo de gestão da Companhia e fazê-lo cumprir; b) dirigir os negócios da Companhia e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Companhia, de acordo com a orientação traçada pelo Conselho de Administração; c)

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias; d) nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Companhia; e) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; f) representar institucionalmente a Companhia; e g) participar ou designar preposto, como membro efetivo e/ou indicar outros diretores para participarem dos Comitês que vierem a ser instalados na forma do parágrafo único do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; b) divulgar a Companhia e seus títulos mobiliários junto a analistas financeiros e potenciais investidores, no Brasil e no exterior; c) prestar informações ao mercado financeiro, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e d) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM.

Compete ao Diretor Financeiro: a) disponibilizar uma estrutura de capital em linha com a estratégia e com as necessidades da Companhia; b) gerenciar o fluxo de caixa, obter fontes de financiamento e representar a Companhia junto à instituições financeiras; c) zelar pela boa utilização dos recursos financeiros e por um adequado retorno sobre o capital investido; d) assegurar a correta contabilização das transações da Empresa e o cumprimento de suas obrigações fiscais; e) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Compete ao Diretor Comercial, de Vendas e Marketing: a) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de compras e gerenciar o relacionamento com os fornecedores da Companhia; b) acompanhar o desempenho e a rentabilidade por fornecedor e liderar negociações para a maximização do lucro bruto da Companhia e para a viabilização de ações conjuntas de merchandising; c) representar a Companhia perante associações e outros *stakeholders* nos mercados farmacêutico e de higiene e beleza; d) desenvolver, implementar e monitorar estratégias de gestão das vendas, loja a loja, visando maximizar o Lucro Bruto da Companhia; e) gerenciar as iniciativas de marketing e promoção da Companhia; f) definir, implementar e gerenciar as estratégias por categorias de produto; g) definir, implementar e gerenciar as estratégias de relacionamento para os clientes cadastrados no programa de fidelidade da Companhia.

Compete ao Diretor de Logística e Tecnologia da Informação (TI): a) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de gestão da cadeia de suprimentos da Companhia; b) supervisionar as operações logísticas da Companhia, de forma a assegurar o adequado abastecimento de lojas e o uso eficiente do capital de giro da Companhia; c) desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de TI da Companhia, priorizando investimentos e iniciativas para a obtenção de novos diferenciais de negócio, alavancando a segurança, eficiência e produtividade das operações da Companhia; d) desenvolver, implementar e monitorar a estrutura de segurança e prevenção de perdas da Companhia.

Compete ao Diretor de Operações de Varejo: a) desenvolver, implementar e monitorar estratégias que contribuam para a melhoria da operação de loja e para elevar a competitividade da Companhia; b) promover e monitorar o crescimento das vendas e dos resultados, loja a loja; c) liderar,

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

supervisionar e monitorar a operação de loja; d) monitorar o mercado de drogarias nos diferentes estados e regiões; e) supervisionar e contribuir para o desenvolvimento e para a formação de gerentes regionais.

Compete ao Diretor de Recursos Humanos: a) desenvolver as estratégias para atrair, reter e remunerar talentos da Companhia; b) zelar pela preservação e evolução da cultura organizacional da Companhia e gerenciar a comunicação interna da Companhia; c) planejar e assegurar a disponibilização do quadro de funcionários na quantidade e com a qualificação necessária para atender a qualidade da operação da Companhia e permitir seu crescimento; d) gerenciar as despesas de pessoal da Companhia e) administrar e supervisionar os processos e atividades de formação e administração de pessoal; f) assegurar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia.

Compete ao Diretor de Expansão: a) desenvolver políticas e estratégias de expansão nos mercados atuais e novos mercados; b) definir a localização e organizar a estratégia de captação de forma a atingir os objetivos de desenvolvimento e expansão propostos pela Companhia; c) negociar os contratos referentes a novas lojas; d) supervisionar os procedimentos necessários à implementação das novas lojas; e) desenvolver a gestão de manutenção de todos os imóveis em uso no exercício das atividades pela Companhia, incluindo os projetos de construção, atualizações visuais e projetos de arquitetura.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e oito dias corridos de antecedência em segunda convocação, na forma do artigo 124 e parágrafos da Lei das Sociedades Anônimas. Normalmente as convocações ocorrem com 30 dias de antecedência. Normalmente as convocações ocorrem com 30 dias de antecedência.

b. competências

Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; d) reformar o Estatuto Social; e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão, a incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como sobre a incorporação de ações envolvendo a Companhia; f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados da Companhia; h) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; i) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social; j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação; k) deliberar sobre o cancelamento do registro de Companhia aberta perante a CVM; l) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; m) escolher a empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, conforme o previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em tais acordos de acionistas.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Físico: Sede da Companhia localizada na Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3097, Butantã- CEP: 05339-900, São Paulo, SP.

Endereços Eletrônicos: em português: <http://www.rd.com.br>; <http://www.cvm.gov.br>; <http://www.bmfbovespa.com.br>; em inglês: <http://www.rd.com.br/ir>.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

d. identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a lei 6.404/76, não pode ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe ainda que seja vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe dar ciência da natureza e extensão de seu interesse. Os conflitos de interesses são identificados nos termos da lei 6.404/76 e controlados pela Administração da Companhia.

A Companhia adota como procedimento recorrente, o monitoramento de transações ou atividades que possam caracterizar possíveis conflitos de interesses.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f. formalidades necessárias para a aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei nº 6.404/76, o acionista pode ser representado em assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado ou, ainda, por instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados em assembleia geral por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisado nesse caso o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

A Companhia exige o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notariação, consularização e tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior.

Os instrumentos de procuração e de representação deverão ser depositados, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia geral no seguinte endereço: Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, CEP 05339-900, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Caso o acionista não tenha depositado os instrumentos de procuração e de representação no prazo indicado acima, seus representantes ou procuradores poderão participar da assembleia geral, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes.

Por fim, a Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Caso o acionista deseje enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos para os endereços abaixo:

(i) via física original ou digitalização da via original do boletim de voto a distância relativo à assembleia geral em questão devidamente preenchido, rubricado e assinado;

(ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia nos termos do art. 40 da Lei nº 6.404/76, para fins de comprovar sua qualidade de acionista (a Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária); e

(iii) cópia autenticada ou digitalização da via original dos seguintes documentos:

Para pessoas físicas:

- Documento de identidade com foto do acionista

Para pessoas jurídicas:

- Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
- Documento de identidade com foto do representante legal;

Para fundos de investimento:

- Último regulamento consolidado do fundo;
- Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação;
- Documento de identidade com foto do representante legal.

Os boletins e documentos acima devem ser recebidos até 7 dias antes da data da assembleia e aqueles recebidos após esta data serão desconsiderados.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados aos cuidados de Departamento Jurídico, preferencialmente para o endereço eletrônico: juridico.societario@rd.com.br.

Em caso de envio de documentos via correio ou presencialmente, tal documentação deve ser direcionada à Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, CEP 05339-900, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento Jurídico. A Companhia solicita ainda que cópia do boletim de voto a distância seja enviada para juridico.societario@rd.com.br.

A Companhia exige reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notariação e consularização daqueles assinados no exterior, para aceitação do boletim de voto a distância.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em idiomas português, inglês ou espanhol ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido e os procedimentos e prazos para eventual retificação e reenvio, caso necessário.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto à distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i. instruções para que o acionista ou grupo de acionista inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas conforme a regulamentação vigente, em especial, nos prazos lá estabelecidos e juntamente com os documentos nela referidos.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados aos cuidados de seu Departamento Jurídico, preferencialmente para o endereço eletrônico: juridico.societario@rd.com.br. Em caso de envio de documentos via correio ou presencialmente, tal documentação deve ser direcionada à Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 3.097, CEP 05339-900, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento Jurídico. A Companhia solicita o envio de cópia da proposta para juridico.societario@rd.com.br.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns nem páginas na rede mundial de computadores destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

k. outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto a distância

Alternativamente ao envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio:

- (i) de seus respectivos agentes de custódia, no caso de ações que estejam depositadas em depositário central;
- (ii) da instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central; ou
- (iii) do depositário de ADRs, no caso de ADRs.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, iscriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias.

No último exercício foram realizadas 18 reuniões sendo 6 Ordinárias e 12 Extraordinárias. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão no mínimo seis vezes ao ano conforme um calendário fixado na primeira reunião anual. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente ou, na sua ausência, por quaisquer dois membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de carta com aviso de recebimento, fax ou correio eletrônico, devendo constar do aviso de convocação a data, o horário e os assuntos a serem tratados.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Existem tais disposições, na companhia, que são as seguintes e devem ser precedidas de Reuniões Prévias. Na reunião do Conselho de Administração da Companhia que deliberar sobre: (a) a convocação de Assembleia Geral de Acionistas da Companhia para deliberar sobre qualquer matéria, (b) aumento do capital social da Companhia, com ou sem emissão de novas ações; (c) emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis ou não em ações (inclusive de opções de compra de ações); (d) grupamento, desdobramento, bonificação; (e) definição e alteração de qualquer das Políticas de Capitalização, Endividamento, Risco, Distribuição de Lucros e Investimento; (f) aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão; (g) celebração de qualquer negócio com Parte Relacionada; (h) realização de investimentos de capital (capex) de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma operação ou em uma série delas, por exercício social – valor este a ser atualizado pela variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo) verificada a partir da data de assinatura deste Acordo de Acionistas até a data da aprovação da operação em questão (i) compra, venda, oneração ou arrendamento de negócio ou de participação societária que represente, individual ou conjuntamente, quantia igual ou superior a 1% do patrimônio líquido da Companhia; (j) qualquer espécie de reorganização societária; e/ou (k) determinação do voto a ser proferido na assembleia geral ou reunião do conselho de administração de qualquer Controlada com relação a qualquer das matérias listadas nesta Cláusula 5.1, para definir o teor do voto a ser proferido por seus representantes na Assembleia Geral ou na reunião do Conselho de Administração em questão (“Reunião Prévia”). Para os fins desta Cláusula 5.1, “Patrimônio Líquido” significa o patrimônio líquido da Companhia registrado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas anteriormente à data da deliberação do Conselho de Administração em questão via Formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP ou Formulário de Informações Trimestrais – ITR, o que for mais recente. Não obstante o acima disposto, o Patrimônio Líquido da Companhia anteriormente à divulgação das DFP da Companhia referente ao exercício de 2011 equivalerá à soma dos patrimônios líquidos da Companhia e de sua subsidiária integral Raia S.A. (CNPJ/MF nº 60.605.664/0001-06) conforme registrados nos respectivos ITRs referentes ao terceiro trimestre de 2011.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a lei 6.404/76 qualquer membro do conselho de administração da companhia está proibido de votar em qualquer Assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da companhia.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

CAPÍTULO VIII - DO JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 36 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Maria Susana de Souza	24/08/1964	Pertence apenas à Diretoria	29/03/2017	março de 2019	2
399.000.104-34	Psicóloga	19 - Outros Diretores	29/03/2017	Sim	0.00%
		Diretora de Recursos Humanos			
Renato Cepollina Raduan	31/05/1975	Pertence apenas à Diretoria	29/03/2017	março de 2019	3
213.837.378-94	Engenheiro	19 - Outros Diretores	29/03/2017	Sim	0.00%
		Diretor de Expansão e Diretor de Operações de Varejo			
Antonio Carlos Coelho	14/06/1963	Pertence apenas à Diretoria	29/03/2017	março de 2019	2
030.285.708-74	Contador	19 - Outros Diretores	29/03/2017	Sim	0.00%
		Diretor Financeiro			
Marcilio D'Amico Pousada	02/08/1963	Pertence apenas à Diretoria	29/03/2017	março de 2019	3
066.548.318-02	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	29/03/2017	Sim	0.00%
Marcello De Zagottis	01/11/1975	Pertence apenas à Diretoria	29/03/2017	março de 2019	4
270.229.108-20	Administrador	19 - Outros Diretores	29/03/2017	Sim	0.00%
		Diretor Comercial, de Vendas e Marketing			
Fernando Kozel Varela	29/05/1970	Pertence apenas à Diretoria	29/03/2017	março de 2019	4
171.185.568-58	Engenheiro	19 - Outros Diretores	29/03/2017	Sim	0.00%
		Diretor de Operações e Supply Chain			
Antonio Carlos Pipponzi	10/08/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	4
454.326.788-53	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/03/2017	Sim	100.00%
Cristiana Almeida Pipponzi	22/12/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	2
285.220.788-58	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017	Sim	100.00%
Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado	09/09/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	4
154.088.518-69	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Carlos Pires Oliveira Dias 578.464.058-53	24/05/1951 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	20 61.00%
Plínio V. Musetti 954.833.578-68	27/01/1954 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	4 100.00%
José Sampaio Correa Sobrinho 495.082.618-20	10/09/1950 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	20 39.00%
Paulo Sergio Coutinho Galvao Filho 040.443.368-57	17/07/1960 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	20 89.00%
Cristina Ribeiro Sobral Sarian 153.083.548-80	25/11/1971 Administradora	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	2 11.00%
Antonio Carlos de Freitas 190.272.818-15	20/12/1949 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	0 0.00%
Renato Pires Oliveira Dias 269.999.988-17	08/03/1978 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	9 100.00%
Maria Regina Camargo Pires R. Do Valle 269.997.118-95	08/03/1978 Bacharel em Comunicação Social	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 Sim	2 0.00%
Jairo Eduardo Loureiro	31/12/1940	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	18

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
006.161.338-04	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/03/2017	Sim	100.00%
João Martinez Fortes Junior	07/04/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	2
060.190.948-80	Contador	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	29/03/2017	Sim	0.00%
Eugenio De Zagottis	21/11/1970	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/03/2017	março de 2019	4
186.783.418-90	Administrador	38 - Conselheiro(Suplente)/ Dir. Rel. Invest.	29/03/2017	Sim	0.00%
Diretor de Planejamento Corporativo e de Relações com Investidores					
Mário Antonio Luiz Corrêa	29/12/1944	Conselho Fiscal	28/03/2018	Até a AGO de 2019	17
063.857.108-15	Contador e Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/03/2018	Sim	100.00%
Não exerce outros cargos					
Paulo Sérgio Buzaid Tohmé	09/12/1967	Conselho Fiscal	28/03/2018	Até a AGO de 2019	4
143.925.478-84	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/03/2018	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos					
Gilberto Lerio	26/08/1950	Conselho Fiscal	28/03/2018	Até a AGO de 2019	18
269.714.378-53	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/03/2018	Sim	100.00%
Não exerce outros cargos					
Flavio Stamm	05/12/1962	Conselho Fiscal	28/03/2018	Até a AGO de 2019	4
048.241.708-00	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/03/2018	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos					
Fernando Carvalho Braga	05/06/1952	Conselho Fiscal	28/03/2018	Até a AGO de 2019	12
538.987.458-72	Empresário	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/03/2018	Sim	100.00%
Não exerce outros cargos					
Nilda Bernadete Manzatto Bertolino	18/04/1957	Conselho Fiscal	28/03/2018	Até a AGO de 2019	17
939.014.458-20	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/03/2018	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Maria Susana de Souza - 399.000.104-34

Formada em Psicologia Organizacional e pós graduação em Administração e Planejamento de Recursos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco. Coursou o Programa de Desenvolvimento Gerencial no IESE Universidade de Navarra em Barcelona. Trabalhou no Walmart/Bompreço de 1997 à 2010 onde ocupou diferentes posições de liderança em Recursos Humanos e nos últimos anos esteve à frente da Diretora de Desenvolvimento Organizacional e Diversidade. Ingressou no Makro South América, empresa do grupo Holandês SHV, 2010 à 2014, onde liderou as estratégias de Recursos Humanos na região. Na Raia Drogasil desde Abril 2014 ocupa a Vice Presidência de RH

Renato Cepollina Raduan - 213.837.378-94

Formado em engenharia naval pela POLI-USP e MBA em Insead, na França. Atuou entre 2010 e 2013 como Vice-Presidente de Marketing, Gestão de Categorias e Pricing. Em 2009 foi líder da Divisão de Varejo e Bens de Consumo (Diretor/Principal) na Roland Berger Strategy Consultants. Foi líder da Divisão de Consultoria de Gestão para Varejo da América Latina (Gerente Sênior) entre 2005 e 2008. Desde 2013 atua como diretor de Operações de Varejo da Raia Drogasil.

Antonio Carlos Coelho - 030.285.708-74

Graduado em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG) e MBA em Finanças pela Fundação Instituto de Administração (FIA). Fez carreira na Drogasil, agora RaiaDrogasil. De 1996 a 2010 foi Gerente de Controladoria, de 2010 a 2012 foi Diretor Adjunto de Controladoria e de 2012 a 2013 foi Diretor de Finanças e Controladoria. Foi eleito Diretor Financeiro em 30/9/2013, cargo que ocupa atualmente.

Marcilio D'Amico Pousada - 066.548.318-02

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), presidente da Livraria Saraiva de 2005 a 2013, e de 2000 a 2005 foi presidente fundador da OfficeNet no Brasil. Diretor de não-alimentos no Sam's Club, do Grupo Wal-Mart, onde trabalhou de 1994 a 1999. Pousada iniciou sua carreira no Mappin e na C&A. Atualmente é Diretor Presidente da Raia Drogasil desde julho de 2013.

Marcello De Zagottis - 270.229.108-20

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e com MBA com honras pela University of Michigan Business School. Iniciou sua carreira em consultoria de empresas na Accenture e na Arthur D. Little, e trabalhou posteriormente como Gerente de Categoria na Borders Bookstores. Ingressou na Raia S.A em 2001, tendo exercido a função de Gerente de fevereiro de 2001 até abril de 2003 e, retornou em agosto de 2006, como Diretor de Vendas. Em 10/11/2011 foi nomeado Diretor Comercial e de Marketing da Raia Drogasil S.A.

Fernando Kozel Varela - 171.185.568-58

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP) e pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Coursou MBA pela University of Pittsburgh, na Câmara Americana em São Paulo. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen e em 1996 ingressou na Raia S.A como Gerente de Projetos. Em 10/11/2011 foi nomeado Diretor de Logística e Tecnologia da Informação da Raia Drogasil S.A.

Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53

Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP) e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). De 1977 a 2011, trabalhou na Raia S.A. nos seguintes cargos: Diretor Administrativo e Financeiro de 1982 a 1993, Diretor Superintendente de 1994 a 2003 e, e foi Diretor Presidente, de 2003 a 2011. Atualmente, é membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Cristiana Almeida Pipponzi - 285.220.788-58

Formada em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Trabalhou como consultora pela Ernst & Young entre 1997 e 1999. Em 2000, participou da constituição de website de uma empresa de venda de assinaturas de revistas e jornais nacionais e internacionais. Coursou MBA em INSEAD, na França. Em 2005 retornou a Raia como diretora não-estatutária de Marketing, cargo que atuou até 2009. Foi diretora não-estatutária de Comunicações Corporativas de 2009 a 2013. Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração.

Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado - 154.088.518-69

Formada em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo (USP). Em 1991, participou da criação da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias - Abrafarma – entidade que representa em âmbito nacional o segmento varejista farmacêutico, sendo que de 1991 a 1994 foi Vice-Presidente e de 1994 a 1997 Presidente da referida entidade. Ingressou na Raia S.A. em 1982, tendo exercido as funções de Diretora de Recursos Humanos e Diretora Jurídica, cargo em que permaneceu até março de 2003. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Carlos Pires Oliveira Dias - 578.464.058-53

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor da Air Farm LLC, sociedade que exerce as atividades de investimentos e participações; (2) Conselheiro da Alcoa Alumínio S/A, cuja atividade principal é a indústria de mineração e transformação; (3) Diretor da Allpar SE, sociedade holding europeia; (4) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Arrossensal Agropecuária e Industrial S/A, sociedade que atua no ramo de atividades agropecuárias; (5) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Cimentos S/A, companhia de capital aberto atuante na indústria cimenteira; (6) Conselheiro da Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário S/A, companhia de capital aberto que exerce, entre outras atividades, incorporações, construção civil e compra e venda de imóveis; (7) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Construções e Participações S/A, empresa que administra participações em outras sociedades; (8) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Energia S/A, sociedade que exerce pesquisas e estudos relacionados a empreendimentos destinados a produção de energia; (9) Diretor da Camargo Correa Overseas Ltd, cuja atividade principal é realizar investimentos e a administração de bens; (10) Diretor da Camargo Correa Portugal SGPS S/A, sociedade holding; (11) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa S/A, holding operacional do Grupo Camargo Correa; (12) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa Investimentos em Infra-Estrutura S/A, sociedade que exerce, principalmente, as atividades de planejamento e obras de construção civil pesada, atuando, também, como concessionária de serviços públicos; (13) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cavo Serviços e Meio Ambiente S/A, sociedade que presta serviços relacionados ao meio-ambiente; (14) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cavo Serviços e Saneamento S/A, sociedade que presta serviços de engenharia, limpeza e transporte; (15) Vice-Presidente do Conselho de Administração da CNEC Engenharia S/A, empresa que realiza consultoria em engenharia; (16) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Construções e Comércio Camargo Correa S/A, sociedade com atuação na atividade de construção civil pesada; (17) Diretor Presidente da Fazenda Guariroba S/A, sociedade atuante no ramo de atividades agropecuárias; (18) Diretor da Fazenda Morro Vermelho Ltda, sociedade cuja atividades estão relacionadas ao ramo agropecuário; (19) Diretor da Guvia Serviços de Consultoria Ltda, que exerce consultoria econômico-financeira; (20) Diretor da Heliomar S/A, sociedade que realiza a administração de bens próprios; (21) Diretor da International Engineering Holding S.E., empresa que presta o serviço de consultoria em engenharia; (22) Diretor da Loma Negra Companhia Industrial Argentina S/A, empresa atuante no ramo da indústria cimenteira; (23) Diretor da Kandaré Serviços de Consultoria Ltda, cuja atividade principal é a consultoria econômico-financeira; (24) Suplente de Diretor da Participações Morro Vermelho S/A, sociedade holding; (25) Diretor Presidente da Regimar Agropecuária Ltda., empresa que exerce atividades relacionadas ao ramo agropecuário; (26) Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Regimar Comercial S/A, sociedade que exerce a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades; (27) Conselheiro da São Paulo Alpargatas S/A, companhia de capital aberto com atividades na indústria têxtil e de vestuário; (28) Diretor da YRG Investments Ltd, sociedade que realiza investimentos e detém participação em outras sociedades; (29) Vice Presidente do Conselho de Administração da VBC Energia S/A, sociedade de capital aberto com participação em empresas principalmente do setor energético e de saneamento; e (30) Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Plínio V. Musetti - 954.833.578-68

Formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. Participou em 1989 do Programa de Desenvolvimento Gerencial na universidade norte-americana Harvard Business School. É sócio da Pragma Patrimônio, responsável por investimentos em participações. Antes de se tornar sócio da Pragma Patrimônio teve uma sólida carreira em empresas nacionais e multinacionais como Grupo Villares, Elevadores Atlas Schindler, JP Morgan Partners e Satipel Industrial. Atuou em diversos Conselhos de Administração e Conselhos Consultivos de empresas privadas e públicas. Como Diretor Presidente da Elevadores Atlas, conduziu o processo de reestruturação operacional, com a entrada de um investidor de private equity, e a venda desta empresa, assim como participou do processo de integração após a aquisição da Elevadores Atlas. Como sócio do JP Morgan Partners, foi responsável por investimentos de private equity na América Latina e gestão ativa da carteira de empresas em diversos setores. Nos últimos anos, participou do IPO da Satipel e, como CEO desta sociedade, coordenou o processo de fusão com a Duratex S.A. Atualmente, é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

José Sampaio Correa Sobrinho - 495.082.618-20

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor da Fazenda Guariroba S/A, sociedade atuante no ramo agropecuário; (2) Diretor da Regimar Agropecuária Ltda., sociedade cuja atividade principal está relacionada à agropecuária; (3) Diretor da Regimar Comercial S/A, que exerce a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, Empresa participa com mais de 5% do Capital da Drogasil; (4) Diretor da YRG Investments Ltd, sociedade com investimentos e participação em outras sociedades; e (5) é membro suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Paulo Sergio Coutinho Galvao Filho - 040.443.368-57

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Vice-Presidente e Sócio Fundador da GL Holdings S/A, sociedade holding sócia da Klabin Irmãos & Cia., que por sua vez é a controladora da sociedade Klabin S/A; (2) membro efetivo do Conselho de Administração da Klabin S/A; (3) membro do Conselho de Administração da Fundação Bial de São Paulo; e (4) é membro efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A.

Cristina Ribeiro Sobral Sarian - 153.083.548-80

Formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-graduada em Administração de Empresas (Especialização em Finanças) pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), trabalhou como consultora na empresa Accenture, de 1993 a 1996. De 1996 a 1999, exerceu o cargo de Vice Presidente de Análise de Ações, na Bear Stearns. Atuou na Fundação CESP, de 1999 a 2002, como Analista de Investimentos. Ocupou o cargo de consultora na Paulo Renato Souza Consultores, de 2003 a 2006. Posteriormente, associou-se à Quadrante Investimentos, onde atuou em estratégia de investimentos. No período de 2007 a 2010, foi associada da Neo Investimentos, onde exerceu a função de Análise de Ações. Desde 2011, é associada da GL Asset, onde atua na gestão e análise de ações.

Antonio Carlos de Freitas - 190.272.818-15

Formado em Direito pelas Faculdades Anchieta, com pós-graduação em Administração de Varejo pela FIA-USP. Nos últimos cinco anos, atuou como Diretor Comercial na Drogasil S.A., permanecendo no cargo até 10/11/2011, a partir desta data foi nomeado Diretor de Operações e Varejo da Raia Drogasil S.A, cargo em que permaneceu ate janeiro de 2017.

Renato Pires Oliveira Dias - 269.999.988-17

Nos últimos cinco anos atuou como membro do Conselho de Administração e assessor da Diretoria da Raia Drogasil S.A.

Maria Regina Camargo Pires R. Do Valle - 269.997.118-95

Bacharel em Comunicação Social pela Fundação Armando Alvares Penteado. Desde 2003 atua como sócia da Tulipa Comunicação Ltda. É Conseheira da (1) Regimar Comercial S.A., sociedade que participa com mais de 5% do Capital da Raia Drogasil S.A.; (2) ZAPAIR Administração de Aeronaves Ltda.; e (3) Fazenda Guariroba S.A.

Jairo Eduardo Loureiro - 006.161.338-04

Nos últimos cinco anos atuou como: (1) Diretor Presidente da Planibanc Investimentos, Planibanc Participações e Planihold; (2) membro efetivo do Conselho de Administração da Hipermarcas S.A. desde fevereiro de 2008; e (3) é membro independente e efetivo do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A. Os membros independentes são eleitos nos termos exigidos pelo regulamento de listagem do novo mercado da BM&FBovepa, em atendimento ao artigo 141 parágrafo 4º e 5º da lei das S.A., o mesmo deve ter reputação ilibada, não ocupar cargo em sociedade considerada concorrente e não pode representar interesse conflitante com os da Companhia.

João Martinez Fortes Junior - 060.190.948-80

Formado em Ciências Contábeis pela USJT, em 1984, com pós graduação em Gestão Financeira pela FGV, em 2004. Nos últimos cinco anos atuou como Diretor Estatutário da MASTERSAF S.A SOFTWARE DE SOLUÇÃO FISCAL (2002 a 2011), e como acionista da – TAXWEB S.A – COMPLIANCE SERVICES, (2011). Atualmente, é membro independente e suplente do Conselho de Administração da Raia Drogasil S.A. Os membros independentes são eleitos nos termos exigidos pelo regulamento de listagem do novo mercado da BM&FBovepa, em atendimento ao artigo 141 parágrafo 4º e 5º da lei das S.A., o mesmo deve ter reputação ilibada, não ocupar cargo em sociedade considerada concorrente e não pode representar interesse conflitante com os da Companhia.

Eugenio De Zagottis - 186.783.418-90

Diretor de Expansão, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração (Suplente). Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Possui MBA pela University of Michigan Business School. De 1998 a 2000 trabalhou na McKinsey & Company e de 1992 a 1996 trabalhou na Arthur Andersen como consultor. Ingressou na Raia S.A. em 2000, tendo sido responsável pela Diretoria de Projetos Comerciais e posteriormente pela Diretoria Comercial. Também é responsável pelas áreas de Planejamento Corporativo, Relações Institucionais, Marcas Próprias e Vendas Institucionais. Eugênio também é membro do conselho da 4Bio Medicamentos Especiais Ltda., empresa controlada pela Raia Drogasil S.A., e Vice Presidente do Conselho da Abrafarma - Associação Brasileira Redes Farmácias Drogaria.

Mário Antonio Luiz Corrêa - 063.857.108-15

Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Holdings S/A., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (2) Diretor responsável pela área financeira e contábil da GL Agropecuária Ltda., cuja atividade principal é a produção agropecuária em terras próprias ou alheias, e a comercialização dos seus produtos, podendo participar em outras sociedades como quotista ou acionista; (3) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Gepel Rural S/A., cuja atividade principal é a exploração agropecuária e florestal; (4) Diretor responsável pela área financeira e contábil da Tantra Participações Ltda., cuja atividade principal é a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. Empresa detém 10,34% do Capital do emissor; e (5) Ex Membro do Conselho Fiscal de empresas do Grupo Klabin S/A. (Celucat S/A, Papelão Ondulado do Nordeste S/A - PONSA e Bacell S/A); (6) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Paulo Sérgio Buzaid Tohmé - 143.925.478-84

(1) Leão e Tohmé Advogados Associados – sócio 1994/2011; (2) GS3 – Indústria e Comércio Ltda. – sócio 1993/1994; (3) McMann Tate Publicidade Ltda. – advogado 1991/1994; (4) Ferraro e Faccioli Advogados Associados – advogado 1990/1991; (5) Bascan Imobiliária S/A – estagiário e advogado 1989 – 1990; (6) Metal Leve S/A – estagiário 1989; (7) Depto. Desapropriações - Municipalidade de São Paulo – estagiário 1988; (8) Advocacia Próspero Albaneze Neto – estagiário 1986; (9) Membro Suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Gilberto Lerio - 269.714.378-53

Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Membro do Conselho de Administração da Galvão Engenharia S/A, que atua na prestação de serviços de engenharia e construção industrial; (2) Membro do Conselheiro Fiscal. Suplente da Telefônica, empresa que atua no ramo de telecomunicações; (3) Membro do Conselheiro Fiscal da Brascod Comercio Importação e Exportação Ltda; (4) Membro do Conselho de Administração da Protende Sistemas e Métodos de Construções Ltda; (5) Membro do Conselho de Administração da Plastifluor Industria Comercio de Vedações Ltda. (6) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

Flavio Stamm - 048.241.708-00

Formado em Administração de Empresas pela Universidade São Marcos, Nos últimos cinco anos exerce serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária, auditoria e atua em Conselhos Fiscais. É membro suplente do Conselho Fiscal.

Fernando Carvalho Braga - 538.987.458-72

Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de São Paulo – CESP; (2) Membro do Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina; e (3) Sócio Gerente da BNA Consultoria Empresarial Ltda. (4) Membro do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e

Nilda Bernadete Manzatto Bertolino - 939.014.458-20

Nos últimos cinco anos, atuou como: (1) Sócia Gerente da Manzatto & Resca Contabilidade S/C Ltda; e (2) Contadora da Revisora Paulista S/C Ltda. (3) Membro Suplente do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A., Companhia aberta cuja atividade principal é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e afins.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Antonio Carlos de Freitas 190.272.818-15	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 20/12/1949	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 0	0.00%
Antonio Carlos Pipponzi 454.326.788-53	Comitê Financeiro	Presidente do Comitê	Engenheiro 10/08/1952	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 4	100.00%
Presidente do Conselho de Administração, presidente do Comitê Estratégico, presidente do Comitê de Pessoas e presidente do Comitê de Expansão.						
Cristiana Almeida Pipponzi 285.220.788-58	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora de Empresas 22/12/1974	29/03/2019 29/03/2019	Março de 2019 4	100.00%
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê Estratégico.						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian 153.083.548-80	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora 25/11/1971	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 2	100.00%
Membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê Estratégico.						
Jairo Eduardo Loureiro 006.161.338-04	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador 31/12/1940	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 4	100.00%
Membro do Conselho de Administração.						
Renato Pires Oliveira Dias 269.999.988-17	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Comerciário 08/03/1978	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 4	100.00%
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Expansão e do Comitê Estratégico.						
Antonio Carlos de Freitas 190.272.818-15	Outros Comitês Comite de Expansão	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 20/12/1949	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 0	0.00%
Antonio Carlos de Freitas 190.272.818-15	Outros Comitês Comite Estratégico	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 20/12/1949	29/03/2017 29/03/2017	Março de 2019 0	0.00%
Antonio Carlos Pipponzi 454.326.788-53	Outros Comitês Comitê Estratégico	Presidente do Comitê	Engenheiro 10/08/1952	29/03/2017 29/03/2017	março de 2019 4	100.00%

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Presidente do Conselho de Administração, presidente do Comitê de Expansão, presidente do Comitê de Pessoas e presidente do Comitê de Finanças.						
Antonio Carlos Pipponzi	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Engenheiro	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
454.326.788-53	Comitê de Pessoas		10/08/1952	29/03/2017	4	
Presidente do Conselho de Administração, presidente do Comitê Estratégico, presidente do Comitê de Expansão e presidente do Comitê de Finanças.						
Antonio Carlos Pipponzi	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Engenheiro	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
454.326.788-53	Comitê de Expansão		10/08/1952	29/03/2017	4	
Presidente do Conselho de Administração, presidente do Comitê Estratégico, presidente do Comitê de Pessoas e presidente do Comitê de Finanças.						
Carlos Pires Oliveira Dias	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
578.464.058-53	Comitê de Pessoas		24/05/1951	29/03/2017	3	
Membro do Conselho de Administração.						
Cristiana Almeida Pipponzi	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora de Empresas	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
285.220.788-58	Comitê Estratégico		22/12/1974	29/03/2017	4	
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Finanças.						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
153.083.548-80	Comitê Estratégico		25/11/1974	29/03/2017	2	
Membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Finanças.						
Paulo Sergio Coutinho Galvao Filho	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	29/03/2017	Março de	100.00%
040.443.368-57	Comitê de Pessoas		17/07/1960	29/03/2017	4	
Membro do Conselho de Administração.						
Plínio V. Musetti	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
954.833.578-68	Comitê de Pessoas		27/01/1954	29/03/2017	4	
Membro do Conselho de Administração.						
Renato Pires Oliveira Dias	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Comerciário	29/03/2017	Março de 2019	100.00%
269.999.988-17	Comitê de Expansão		08/03/1978	29/03/2017	4	
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê Estratégico e do Comitê de Finanças.						
Renato Pires Oliveira Dias	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Comerciário	09/04/2015	Abril de 2017	100.00%

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
269.999.988-17	Comitê Estratégico		08/03/1978	09/04/2015	3	
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Expansão e do Comitê de Finanças.						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Antonio Carlos de Freitas - 190.272.818-15						
Antonio Carlos de Freitas - 190.272.818-15						
Antonio Carlos de Freitas - 190.272.818-15						
Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53						
Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53						
Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53						
Antonio Carlos Pipponzi - 454.326.788-53						
Cristiana Almeida Pipponzi - 285.220.788-58						
Cristiana Almeida Pipponzi - 285.220.788-58						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian - 153.083.548-80						
Cristina Ribeiro Sobral Sarian - 153.083.548-80						
Jairo Eduardo Loureiro - 006.161.338-04						
Renato Pires Oliveira Dias - 269.999.988-17						
Renato Pires Oliveira Dias - 269.999.988-17						
Renato Pires Oliveira Dias - 269.999.988-17						
Carlos Pires Oliveira Dias - 578.464.058-53						

Paulo Sergio Coutinho Galvao Filho - 040.443.368-57

Plínio V. Musetti - 954.833.578-68

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Eugenio De Zagottis	186.783.418-90	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Expansão, Diretor de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração (Suplente)				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado	154.088.518-69	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
Membro do Conselho de Administração (Suplente)				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Eugenio De Zagottis	186.783.418-90	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Expansão, Diretor de Relações c/Investidores e Membro do Conselho de Administração (Suplente)				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcello De Zagottis	270.229.108-20	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
Diretor Comercial, de Vendas e Marketing				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Antonio Carlos Pipponzi	454.326.788-53	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado	154.088.518-69	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
Membro do Conselho de Administração (Suplente)				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Renato Pires Oliveira Dias	269.999.988-17	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração (Efetivo)				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Regina Camargo Pires R. Do Valle Membro do Conselho de Administração (Suplente)	269.997.118-95	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Pires Oliveira Dias Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	578.464.058-53	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Renato Pires Oliveira Dias Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	269.999.988-17	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado Membro do Conselho de Administração (Suplente)	154.088.518-69	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcello De Zagottis Diretor Comercial, de Vendas e Marketing	270.229.108-20	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Pires Oliveira Dias Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	578.464.058-53	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Regina Camargo Pires R. Do Valle Membro do Conselho de Administração (Suplente)	269.997.118-95	Raia Drogasil S.A.	61.585.865/0001-51	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle com Administradores.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Possuímos uma apólice de seguro D&O, com cobertura de R\$ 60 milhões para perdas e danos decorrentes de reclamação apresentada pela primeira vez, contra os nossos administradores durante o período de vigência da apólice ou durante o período complementar ou suplementar se adquirido, o qual seja resultante da prática de qualquer Ato Danoso pelo Segurado em decorrência de sua condição de nosso Conselheiro, Diretor ou empregado.

Ato Danoso é qualquer ato praticado com abuso de poder, negligência, erro, por meio de declaração falsa ou enganosa, omissão, violação de dever cometida, violação do nosso Estatuto Social, ou outro ato praticado, tentado ou alegadamente praticado pelos nossos Conselheiros, Diretores ou empregados, no exercício das funções inerentes ao seu cargo ou posição na nossa Companhia, bem como qualquer demanda contra essas pessoas feita exclusivamente em razão de sua função.

Tal apólice possui vigência até 09 de janeiro de 2018 e prevê o pagamento e/ou reembolso das quantias, respectivamente, devidas ou pagas por nós a terceiros, a título de reparação de danos causados pelos atos acima descritos.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A Companhia adota também as práticas recomendadas pelo IBGC através do Código de Governança Corporativa do IBGC, conforme aplicável, sempre de acordo com os princípios e valores da Companhia no seu relacionamento com seus acionistas, administradores e mercado, conforme consolidados em seu Código de Ética e Conduta.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa e pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, adotamos, entre outras, as seguintes:

- (i) Capital social da companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- (ii) Além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (b) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal; (c) reforma do Estatuto Social; (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da companhia; (e) atribuição de bonificação em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos em ações; (f) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela companhia; (g) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleição do liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (i) a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (j) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no Estatuto Social; (l) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (m) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (iii) Manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- (iv) Obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (tag along);
- (v) Contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- (vi) Conselho Fiscal instalado, com caráter permanente;

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

- (vii) Clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (viii) Transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- (ix) Livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e
- (x) Resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.
- (xi) Comitês de assessoria ao Conselho de Administração, como o Comitê de Finanças, Estratégico, Pessoas e Expansão.

12.13 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações pertinentes.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A prática de remuneração da Companhia para seus administradores, membros do Conselho de Administração, Diretores estatutários, Diretores não estatutários, Conselho Fiscal e dos membros dos Comitês de Finanças e Estratégico está alinhada às práticas de mercado e sistema de gestão e governança corporativa, com o intuito de atrair e reter bons profissionais que detenham qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades do negócio.

A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e alinhamento estratégico da Companhia.

Os membros da Diretoria Estatutária Conselho Fiscal podem também receber valores referentes a benefícios diretos e indiretos, benefícios de cessação do exercício do cargo, benefício pós-emprego.

b. composição da remuneração

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, com o objetivo de estimular e recompensar pelos resultados da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros com exceção dos honorários do presidente que são diferenciados.

Os membros do Conselho de Administração participantes dos Comitês de Finanças e Estratégico possuem uma remuneração fixa pela sua composição em cada Comitê.

Diretoria Estatutária e não estatutária: Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado, bem como bonificações de acordo com as avaliações dos resultados alcançados. Os membros da diretoria também podem receber remuneração baseada em ações. As gratificações e o plano de ações têm como objetivo estimular a diretoria a se alinhar com os objetivos maiores da Companhia.

A remuneração dos membros da Diretoria também pode contemplar valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida e automóvel), benefícios de cessação do exercício do cargo e benefício pós-emprego (assistência médica e seguro de vida).

Conselho Fiscal: Os membros do Conselho Fiscal recebem somente remuneração fixa equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado pela Lei das S.A. A remuneração não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da remuneração atribuída a um diretor, considerando-se, para o cálculo, a média da remuneração mensal dos diretores.

Comitês de Finanças e Estratégico: Os administradores que participam destes comitês recebem remuneração específica por sua atuação.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

ii. *Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total*

	2014	2015	2016
Diretoria Estatutária			
Honorários Fixos Anual	50%	38%	26%
Benefícios Diretos e Indiretos	2%	2%	1%
Remuneração Variável Anual	44%	30%	26%
Remuneração Baseada em Ações	4%	16%	31%
Conselho de Administração			
Honorários Fixos	100%	100%	100%
Conselho Fiscal			
Honorários Fixos	100%	100%	100%

iii. *Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

Os valores de reajuste da remuneração fixa são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária. Os valores da remuneração variável são determinados em função do orçamento e de sua execução.

A remuneração dos administradores, incluindo membros dos Comitês de Finanças e Estratégico, e membros do Conselho Fiscal é periodicamente comparada com as práticas de mercado (seleção de empresas de grande porte que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuem uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

iv. *Razões que justificam a composição da remuneração*

O maior peso atribuído à remuneração variável justifica-se como forma de associá-la aos objetivos estratégicos da Companhia e motivar a Diretoria a persegui-los no curto e longo prazo.

v. *Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato*

Um membro do Conselho de Administração, por deliberação própria, abdicou de sua remuneração mensal em favor de seu suplente.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado e não utiliza indicadores de desempenho específicos.

A remuneração variável possui como principais indicadores as metas específicas de cada diretoria da Companhia, Vendas e EBITDA.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho
Tanto a remuneração fixa quanto a remuneração variável e a baseada em ações são estruturadas de forma escalonada, para permitir valores progressivos na medida em que os resultados superem as metas estabelecidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo
Tanto a remuneração variável quanto a remuneração baseada em ações têm seus valores atrelados ao atingimento das metas estratégicas e financeiras determinadas para o curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
Não existe remuneração suportada pela nossa controlada.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor
Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	7,08	3,00	19,08
Nº de membros remunerados	9,00	7,08	3,00	19,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.686.031,00	9.148.745,00	359.201,00	12.193.977,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.502.011,00	0,00	1.502.011,00
Participações em comitês	792.051,00	0,00	0,00	792.051,00
Outros	695.616,00	2.049.749,00	71.840,00	2.817.205,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.697.215,00	0,00	9.697.215,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	4.792.504,00	0,00	4.792.504,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)		
Pós-emprego	0,00	158.370,00	0,00	158.370,00
Cessação do cargo	0,00	1.760.555,00	0,00	1.760.555,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	17.439.593,00	0,00	17.439.593,00
Observação				
Total da remuneração	4.173.697,00	46.548.742,00	431.042,00	51.153.481,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.488.741,00	9.482.231,00	326.742,00	12.297.714,00
Benefícios direto e indireto	0,00	462.197,00	0,00	462.197,00
Participações em comitês	628.470,00	0,00	0,00	628.470,00
Outros	622.966,00	1.895.116,00	65.298,00	2.583.380,00

Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.410.557,00	0,00	9.410.557,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.840.076,00	0,00	3.840.076,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	11.012.796,00	0,00	11.012.796,00
Observação				
Total da remuneração	3.740.178,00	36.102.973,00	392.040,00	40.235.191,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.657.776,00	8.642.383,00	300.920,00	10.601.079,00
Benefícios direto e indireto	0,00	426.562,00	0,00	426.562,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	331.555,00	1.728.477,00	60.184,00	2.120.216,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.035.253,00	0,00	8.035.253,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.852.941,00	0,00	1.852.941,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.459.209,00	0,00	3.459.209,00
Observação				
Total da remuneração	1.989.331,00	24.144.825,00	361.104,00	26.495.259,69

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.584.000,00	8.033.194,00	280.800,00	9.897.994,00
Benefícios direto e indireto	0,00	366.329,00	0,00	366.329,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	316.800,00	1.601.157,00	56.160,00	1.974.117,00
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.326.645,00	0,00	6.326.645,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.238.244,00	0,00	1.238.244,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo Previdência Social (INSS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	677.119,00	0,00	677.119,00

Observação				
Total da remuneração	1.900.800,00	18.242.688,00	336.960,00	20.480.448,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2017 - Prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	7,08	3,00	19,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	9.697.215	-	9.697.215
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	6.464.810	-	6.464.810
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	10.141.659	-	10.141.659
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	6.761.106	-	6.761.106
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	9.410.557	-	9.410.557
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	9.941.530	-	9.941.530
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	6.627.686	-	6.627.686
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	8.035.253	-	8.035.253
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de Membros	9,00	8,00	3,00	20,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	13.817.000	-	13.817.000
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	1.565.000	11.480.000	-	13.045.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	6.326.645	-	6.326.645
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, executivos e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto. O Plano de Opção vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2011. O Plano atualmente é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado assessorar-lo na administração do plano. A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento (“Contrato de Opção”). O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Plano aprovado em 23/4/2014

Poderão ser eleitos como Beneficiários de Ações Restritas nos termos do Plano os diretores estatutários e não estatutários e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle. O Plano vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/4/2014. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de Pessoas. Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Ações Restritas, elegendo os Beneficiários em favor dos quais a Companhia alienará as Ações Restritas nos termos do Plano, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá condicionar a outorga de uma parcela de Ações Restritas ao investimento por parte do Beneficiário na aquisição de ações de emissão da Companhia com a utilização de sua remuneração variável, sendo que tais Ações Restritas também deverão estar sujeitas às regras de aquisição de direito estabelecidas. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita a lei e regulamentação em vigor, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada. Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga. Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente as Ações Restritas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

b. principais objetivos do plano

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (direto ou indireto) atrair e manter a ela vinculados os Beneficiários.

Plano aprovado em 23/4/2014

O Plano tem por objetivo outorgar Ações Restritas às pessoas elegíveis como Beneficiários, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) contribuir para o incremento sustentável da lucratividade, da criação de valor e do preço das ações da Companhia no médio e no longo prazo (c) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados aos Beneficiários.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

O Plano confere aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, em condições diferenciadas, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia. O Plano visa também, possibilitar a Companhia contratar e manter executivos de alto nível.

Plano aprovado em 23/4/2014

O Plano prevê a outorga de ações aos Beneficiários para incentivar melhores desempenhos na gestão, no alcance de resultado de longo prazo e no alinhamento de interesses com os acionistas, o que, acreditamos, criará valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

O plano constitui um instrumento incentivador ao bom desempenho profissional e do comprometimento com metas estabelecidas pela Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014

O Plano faz parte da estratégia de alinhamento de interesses e de retenção dos administradores e empregados com o compromisso destes na geração de valor à Companhia e aos acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

O plano alinha os interesses dos Administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo, em função da modulação da outorga em cinco parcelas que exigem períodos de carência ao longo do tempo. Assim, para uma única outorga as opções só podem ser exercidas anualmente ao longo de cinco anos. Este mecanismo estimula os Administradores a se alinhar com os objetivos de valorização das ações, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Plano aprovado em 23/4/2014

Acreditamos que ao tornar nossos Administradores e empregados acionistas da Companhia, alinhamos interesses ao vincular parte do seu patrimônio com a criação sustentável de valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. Além disso, o Plano busca preservar e fortalecer o vínculo dos nossos administradores e empregados no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 3% das ações do capital social total da Companhia durante todo o prazo de vigência do Plano, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014

O número máximo de ações que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não excederá 2% (dois por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia, sendo que tal limite será utilizado em período não inferior a 5 (cinco) anos.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

Vide item “f” acima.

Plano aprovado em 23/4/2014

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

h. condições de aquisição de ações

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as condições e exigências previstas no plano.

Plano aprovado em 23/4/2014

Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Enquanto os direitos das Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item acima, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Plano aprovado em 23/4/2014

O plano prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os participantes eleitos, não havendo, portanto, preço de exercício.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

Plano aprovado em 23/4/2014:

Não aplicável.

k. forma de liquidação

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). Caberá à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

Plano aprovado em 23/4/2014

Não aplicável.

l. restrições à transferência das ações

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014

Enquanto os direitos das Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidos, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Plano aprovado em 23/4/2014

Alteração: Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano.

Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral da Companhia.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo: Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário: (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, serão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, desde que o faça no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos no

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

prazo de 12 meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 12 meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Plano aprovado em 23/4/2014

Em caso de Desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas cujos direitos ainda não tenham sido plenamente adquiridos terão a destinação que for definida pelo Conselho de Administração

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em 10/11/2011, mencionado no item 13.4 acima, foi cancelado em 23 de abril de 2014 e atualmente não há nenhuma obrigação e/ou direito a ele relacionados pendentes de cumprimento ou exercício.

A Companhia possui um Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em 23/4/2014. Abaixo temos as informações pertinentes às outorgas realizadas de 2014 a 2017, efetuadas para membros de sua diretoria estatutária:

	Diretoria Estatutária															
	2014				2015				2016				2017			
	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total	1° Tranche	2° Tranche	3° Tranche	Total
Nº total de membros	8,0				8,0				8,0				7,08			
Nº de membros remunerados	7,0	7,0	7,0	7,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	7,08	7,08	7,08	7,08
Data de outorga	05/03/2014	05/03/2014	05/03/2014		01/03/2015	01/03/2015	01/03/2015		01/03/2016	01/03/2016	01/03/2016		01/03/2017	01/03/2017	01/03/2017	
Quantidade de ações outorgadas	32,165	32,165	32,165	96,495	76,649	76,649	76,649	229,947	71,900	71,900	71,900	215,700	79,948	79,948	79,948	236,844
Data em que se tornarão exercíveis	29/02/2016	28/02/2017	28/02/2018		28/02/2017	28/02/2018	28/02/2019		28/02/2018	28/02/2019	28/02/2020		28/02/2019	29/02/2020	28/02/2021	
Prazo máximo para exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	29/02/2016	28/02/2017	28/02/2018		28/02/2017	28/02/2018	28/02/2019		28/02/2018	28/02/2019	28/02/2020		28/02/2019	29/02/2020	28/02/2021	
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das ações na data de outorga	16,42	16,42	16,42		27,73	27,73	27,73		46,51	46,51	46,51	46,51	58,10	58,10	58,10	
Diluição potencial em caso de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em 10/11/2011, mencionado no item 13.4 acima, foi cancelado em 23 de abril de 2014 e atualmente não há nenhuma obrigação e/ou direito a ele relacionados pendentes de cumprimento ou exercício.

A Companhia possui um Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em 23/4/2014. Até 31 de Dezembro de 2016 ocorreu a entrega de ações para membros de sua diretoria estatutária referente apenas à primeira tranche da outorga de 2014. Abaixo o detalhamento:

Diretoria Estatutária	
	2014
	1ª Tranche
Nº total de membros	8,0
Nº de membros remunerados	7,0
Opções Exercidas	
Nº de Ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A
Ações entregues	
Nº de ações	32.165
Preço médio ponderado de aquisição (1)	18,99
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas (2)	868.825

- (1) Custo unitário das ações em tesouraria
- (2) Diferença entre o custo unitário das ações em tesouraria (R\$ 18,99) menos o valor de mercado das ações da data do vesting (R\$ 46,01, valor da ação em 29/02/2016) vezes o número de ações transferidas aos Administradores (32.165).

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

b. dados e premissas utilizados no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Acionista*	Quantidade de Ações	%
Conselho de Administração	90.744.390	27,47
Diretoria	2.659.013	0,80
Conselho Fiscal	180	0,00

* Posição em 31 de dezembro de 2016.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não possuímos plano de previdência conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	8,00	8,00	8,00	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	8,00	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	10.776.473,00	6.596.833,00	4.835.331,00	965.697,00	542.400,00	518.400,00	130.680,00	120.368,00	112.320,00
Valor da menor remuneração(Reais)	3.250.171,00	2.204.200,00	1.788.151,00	271.499,00	181.200,00	172.800,00	130.680,00	120.368,00	112.320,00
Valor médio da remuneração(Reais)	4.512.871,00	3.018.103,00	2.280.336,00	415.575,00	221.037,00	211.200,00	130.680,00	120.368,00	112.320,00

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração
Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não possuímos mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	% Remuneração - 2014	% Remuneração - 2015	% Remuneração - 2016
Conselho de Administração	73%	73%	70%
Diretoria Estatutária	22%	21%	20%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os membros do Conselho de Administração que compõem os Comitês de Finanças e Estratégico recebem remuneração adicional pela participação.

	2016	2015	2014
Conselho de Administração	R\$ 628.470,00	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal teve a remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas.

13.16 - Outras informações relevantes

Não temos nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrição dos Recursos Humanos

a. número de colaboradores (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de Dezembro de 2016, o nosso quadro era composto por 28.844 colaboradores, distribuídos nas áreas Administrativa, Central de Distribuição e Vendas.

Estado	Grupo	Quantidade
AL	Administrativo	-
AL	Central de Distribuição	-
AL	Vendas	115
BA	Administrativo	2
BA	Central de Distribuição	-
BA	Vendas	650
DF	Administrativo	3
DF	Central de Distribuição	-
DF	Vendas	975
ES	Administrativo	2
ES	Central de Distribuição	-
ES	Vendas	466
GO	Administrativo	8
GO	Central de Distribuição	273
GO	Vendas	1.004
MG	Administrativo	5
MG	Central de Distribuição	161
MG	Vendas	1.659
MS	Administrativo	-
MS	Central de Distribuição	-
MS	Vendas	315
MT	Administrativo	-
MT	Central de Distribuição	-
MT	Vendas	204
NE	Administrativo	-
NE	Central de Distribuição	-
NE	Vendas	1
PB	Administrativo	-
PB	Central de Distribuição	-
PB	Vendas	144
PE	Administrativo	4
PE	Central de Distribuição	156
PE	Vendas	430
PR	Administrativo	8
PR	Central de Distribuição	207
PR	Vendas	1.205
RJ	Administrativo	8
RJ	Central de Distribuição	260
RJ	Vendas	1.874
RN	Administrativo	-
RN	Central de Distribuição	-
RN	Vendas	181

14.1 - Descrição dos recursos humanos

RS	Administrativo	2
RS	Central de Distribuição	-
RS	Vendas	443
SC	Administrativo	2
SC	Central de Distribuição	-
SC	Vendas	519
SE	Administrativo	-
SE	Central de Distribuição	-
SE	Vendas	149
SP	Administrativo	1.010
SP	Central de Distribuição	1.316
SP	Vendas	15.083
Total	Administrativo	1.054
Total	Central de Distribuição	2.373
Total	Vendas	25.417

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Registramos em 31 de dezembro de 2016 um total de 1.046 terceirizados, conforme tabela abaixo:

UF	Limpeza	Segurança	TOTAL
AL	4		
BA	21		
DF	32	4	
ES	14		
GO	39	16	
MG	67	10	
MS	9		
MT	7		
PB	5		
PE	23	25	
PR	42	19	
RJ	54	17	
RN	6		
RS	17		
SC	22		
SE	5		
SP	508	79	
TO	1		
TOTAL	876	170	1.046

c. índice de rotatividade

O índice de rotatividade dos empregados, encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de **35,0%** tendo uma média mensal de rotatividade de **2,9%**.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O expressivo aumento no número de nossos colaboradores deve-se à expansão do número de lojas, bem como da ampliação do número de clientes atendidos em nossas lojas.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Buscamos compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário de nossos Profissionais é calculado com base nas Convenções Coletivas de Trabalho, e/ou através de pesquisas de Mercado e dependendo do cargo, existe o pagamento de Gratificações. Para as pesquisas e referências de mercado, utilizamos consultoria especializada com reconhecida competência técnica e que compara a RD com empresas no mercado que são referência em práticas e políticas organizacionais.

Programa de Participação nos Resultados

Temos ainda o Programa de Participação nos Resultados ("PPR"), firmado junto ao Sinprafarma (Sindicato dos Práticos de Farmácia do Estado de São Paulo), e com Sindicatos das categorias de Práticos e Farmacêuticos das localidades onde possuímos lojas.

Celebramos, ainda, o Programa de Participação nos Resultados ("PPR"), desde 2005 aplicável a todos os Colaboradores da Empresa.

b. política de benefícios

Nossos Colaboradores são elegíveis ao Programa de Benefícios de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas ou por liberalidade da Companhia. Tais benefícios são disponibilizados aos nossos Funcionários a partir do momento de sua admissão, ou de acordo com as regras determinadas para o respectivo Benefício.

Todos os nossos Colaboradores são elegíveis aos seguintes benefícios: assistência médica, seguro de vida, plano odontológico, vale-transporte, auxílio refeição e convênio farmácia (compra de medicamentos com descontos).

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

O nosso programa para Diretores e não administradores (CLT), é o Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de abril de 2014, devidamente registrado na CVM e descrito no item 13.4 deste Formulário.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Não registramos nenhuma ocorrência de greve na Companhia nos últimos anos. Temos um bom relacionamento com nossos Empregados e com os Sindicatos que os representam. As convenções coletivas de trabalho são firmadas com os Sindicatos e renegociadas anualmente. Somos representados pelo Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos em cada Estado e nossos Empregados são representados por 184 Sindicatos.

Os Sindicatos aos quais os Colaboradores da Companhia estão vinculados são:

Nome do Sindicato	Estado
Empregados Comercio de Alagoas (AL)	Alagoas
Farmacêuticos de Alagoas (AL)	Alagoas
Condutores da Bahia (BA)	Bahia
Empregados no Comercio de Feira de Santana (BA)	Bahia
Empregados no Comercio de Ilhéus (BA)	Bahia
Empregados no Comercio de Itabuna (BA)	Bahia
Empregados no Comercio de Jequié (BA)	Bahia
Empregados no Comercio de Juazeiro (BA)	Bahia
Empregados no Comercio de Lauro de Freitas - INATIVO (BA)	Bahia
Empregados no Comercio de Vitoria da Conquista (BA)	Bahia
Farmacêuticos da Bahia (BA)	Bahia
Práticos de Farmácia de Salvador (BA)	Bahia
Empregados no Comercio de Fortaleza (CE)	Ceará
Farmacêuticos do Ceara (CE)	Ceará
Farmacêuticos de Brasília (DF)	Distrito Federal
Práticos de Farmácia do Distrito Federal (DF)	Distrito Federal
Farmacêuticos do Espírito Santo (ES)	Espírito Santo
Práticos de Farmácia do Espírito Santo (ES)	Espírito Santo
Empregados no Comercio de Anápolis (GO)	Goiás
Empregados no Comercio de Itumbiara (GO)	Goiás
Empregados no Comercio de Jatai (GO)	Goiás
Empregados no Comercio de Rio Verde (GO)	Goiás
Farmacêuticos de Anápolis (GO)	Goiás
Farmacêuticos de Goiás (GO)	Goiás
Práticos de Farmácia de Goiás (GO)	Goiás
Transporte Rodoviário de Goiás (GO)	Goiás
Empregados no Comercio de Mato Grosso (MT)	Mato Grosso
Farmacêuticos de Mato Grosso (MT)	Mato Grosso
Farmacêuticos do Mato Grosso do Sul (MS)	Mato Grosso do Sul
Práticos de Farmácia de Mato Grosso do Sul (MS)	Mato Grosso do Sul
Empregados no Comercio de Barbacena (MG)	Minas Gerais
Empregados no Comercio de Cataguases (MG)	Minas Gerais
Empregados no Comercio de Conselheiro Lafaiete (MG)	Minas Gerais
Empregados no Comercio de Governador Valadares (MG)	Minas Gerais
Empregados no Comercio de Ituiutaba e Pontal do Triang Mineiro (MG)	Minas Gerais
Empregados no Comercio de Manhuaçu e Região (MG)	Minas Gerais
Empregados no Comercio de São Joao Del Rei (MG)	Minas Gerais
Farmacêuticos de Minas Gerais (MG)	Minas Gerais
Práticos de Farmac. e dos Empreg. no Com. de Ipatinga (MG)	Minas Gerais
Práticos de Farmácia de Minas Gerais - BH, Contagem e Região (MG)	Minas Gerais
Práticos de Farmácia de Minas Gerais - Cataguazes (MG)	Minas Gerais

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Práticos de Farmácia de Minas Gerais - Interior (MG)	Minas Gerais
Práticos de Farmácia de Minas Gerais - Juiz de Fora (MG)	Minas Gerais
Práticos de Farmácia de Uberlândia (MG)	Minas Gerais
Empregados Com de Campina Grande (PB)	Paraíba
Empregados Comercio de Joao Pessoa (PB)	Paraíba
Farmacêuticos de Campina Grande (PB)	Paraíba
Farmacêuticos de João Pessoa (PB)	Paraíba
Condutores do Paraná (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Apucarana (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Campo Mourão (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Cianorte (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Curitiba (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Guarapuava (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Londrina (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Maringá (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Paranaguá (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Paranavaí (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Pato Branco (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Ponta Grossa (PR)	Paraná
Empregados no Comercio de Umuarama (PR)	Paraná
Farmacêuticos de Cascavel e Região (PR)	Paraná
Farmacêuticos de Curitiba (PR)	Paraná
Farmacêuticos de Londrina e Região (PR)	Paraná
Farmacêuticos de Paranavaí (PR)	Paraná
Práticos de Farmácia Cascavel e Região Oeste (PR)	Paraná
Sind. Farmacêuticos Est. Paraná - Maringá	Paraná
Condutores de Recife e Região Metrop (PE)	Pernambuco
Empregados no Com de Jaboatão dos Guararapes (PE)	Pernambuco
Empregados no Comercio das Cidades do Paulista e Região (PE)	Pernambuco
Empregados no Comércio de Caruaru (PE)	Pernambuco
Empregados no Comercio de Garanhuns (PE)	Pernambuco
Empregados no Comercio de Olinda (PE)	Pernambuco
Empregados no Comercio de Petrolina (PE)	Pernambuco
Empregados no Comercio de Recife (PE)	Pernambuco
Farmacêuticos do Estado de Pernambuco (PE)	Pernambuco
Empregados no Comercio de Barra Mansa (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Cabo Frio (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Campos (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Duque de Caxias (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Macaé (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Niterói (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Nova Friburgo (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Nova Iguaçu e Nilópolis (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Petrópolis (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Resende (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Rio das Ostras (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de São Joao do Meriti (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Teresópolis (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio de Volta Redonda (RJ)	Rio de Janeiro

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Farmacêuticos de Barra Mansa (RJ)	Rio de Janeiro
Farmacêuticos de Cabo Frio (RJ)	Rio de Janeiro
Farmacêuticos de Macaé (RJ)	Rio de Janeiro
Farmacêuticos de Niterói e São Gonçalo (RJ)	Rio de Janeiro
Farmacêuticos de Nova Iguaçu (RJ)	Rio de Janeiro
Farmacêuticos de Petrópolis (RJ)	Rio de Janeiro
Farmacêuticos de Teresópolis (RJ)	Rio de Janeiro
Farmacêuticos de Volta Redonda (RJ)	Rio de Janeiro
Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro (RJ)	Rio de Janeiro
Práticos de Farmácia do Rio de Janeiro (RJ)	Rio de Janeiro
Empregados no Comercio do Rio Grande do Norte (RN)	Rio Grande do Norte
Farmacêuticos do Rio Grande do Norte (RN)	Rio Grande do Norte
Práticos de Farmácia de Rio Grande do Norte (RN)	Rio Grande do Norte
Empregados de Caxias do Sul (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Bento Goncalves (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Canoas (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Caxias do Sul (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Erechim (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Gravataí (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Lajeado (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Novo Hamburgo (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Passo Fundo (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Porto Alegre (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Santa Cruz do Sul (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de São Leopoldo (RS)	Rio Grande do Sul
Farmacêuticos de Passo Fundo (RS)	Rio Grande do Sul
Farmacêuticos do Rio Grande do Sul (RS)	Rio Grande do Sul
Empregados no Comercio de Araranguá (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Balneário Camboriú (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Blumenau (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Brusque (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Chapeco (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Concordia (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Criciúma (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Florianópolis (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Itajaí (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Itapema (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Jaraguá do Sul (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Joaçaba (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Joinville e Região (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Lages (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Palhoça e Região (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Rio do Sul (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Santa Terezinha (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de São Bento do Sul (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de São Jose e Região (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Tubarão (SC)	Santa Catarina
Empregados no Comercio de Videira (SC)	Santa Catarina
Farmacêuticos de Itajaí (SC)	Santa Catarina

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Farmacêuticos de Santa Catarina (SC)	Santa Catarina
Condutores de São Paulo (SP)	São Paulo
Empregados Comercio de Birigui (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Araçatuba (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Araraquara (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Assis (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Barretos (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Catanduva (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Cotia e Região (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Fernandópolis (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Franca (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Garça (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Itapetininga Tatuí e Região (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Ituverava (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Jaboatão (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Jales (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Lins (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Marília (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Matão (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Mogi das Cruzes (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Ourinhos (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Ribeirão Preto (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de São Carlos e Região (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de São João da Boa Vista (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de São José do Rio Preto (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Sorocaba (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Tupã (SP)	São Paulo
Empregados no Comercio de Votuporanga (SP)	São Paulo
Farmacêuticos de São Paulo - ABC (SP)	São Paulo
Farmacêuticos de São Paulo - Farmácia (SP)	São Paulo
Farmacêuticos de São Paulo (SP)	São Paulo
Práticos de Farmácia de Americana (SP)	São Paulo
Práticos de Farmácia de Bauri e Região (SP)	São Paulo
Práticos de Farmácia de Presidente Prudente (SP)	São Paulo
Práticos de Farmácia de Ribeirão Preto (SP)	São Paulo
Práticos de Farmácia de Santos e Região (SP)	São Paulo
Práticos de Farmácia de São José do Rio Preto (SP)	São Paulo
Práticos de Farmácia de São José dos Campos (SP)	São Paulo
Práticos de Farmácia de São Paulo (SP)	São Paulo
Práticos de Farmácia Jau e Região (SP)	São Paulo
Telemarketing de São Paulo e Grande São Paulo (SP)	São Paulo
Empregados Comércio de Aracaju (SE)	Sergipe
Farmacêuticos de Sergipe (SE)	Sergipe
Empregados Comercio Estado do Tocantins (TO)	Tocantins
Farmacêuticos do Estado do Tocantins (TO)	Tocantins

14.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Bruno Wright Pipponzi						
221.182.778-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
673.154	0,203748%	0	0,000000%	673.154	0,203748%	
Cristiana Almeida Pipponzi						
285.220.788-58	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
2.333.442	0,706278%	0	0,000000%	2.333.442	0,706278%	
Antonio Carlos Pipponzi						
454.326.788-53	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
12.190.784	3,689861%	0	0,000000%	12.190.784	3,689861%	
Alexande de Zagottis						
270.158.038-28	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
1.771.170	0,536091%	0	0,000000%	1.771.170	0,536091%	
Andre Almeida Pipponzi						
274.953.688-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
1.954.062	0,591448%	0	0,000000%	1.954.062	0,591448%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Eugenio De Zagottis						
186.783.418-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
2.495.595	0,755357%	0	0,000000%	2.495.595	0,755357%	
Rosalia Pipponzi Raia De Almeida Prado						
154.088.518-69	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
5.931.661	1,795373%	0	0,000000%	5.931.661	1,795373%	
Marcello De Zagottis						
270.229.108-20	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
2.498.665	0,756287%	0	0,000000%	2.498.665	0,756287%	
Rodrigo Wright Pipponzi						
221.378.728-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
669.317	0,202586%	0	0,000000%	669.317	0,202586%	
Franco Pipponzi (espólio)						
023.661.508-49	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
5.366.407	1,624284%	0	0,000000%	5.366.407	1,624284%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Marta Almeida Pipponzi						
225.035.128-79	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
2.268.884	0,686737%	0	0,000000%	2.268.884	0,686737%	
Alberto Wright Pipponzi						
227.271.318-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
669.317	0,202586%	0	0,000000%	669.317	0,202586%	
T. ROWE PRICE ASSOCIATES INC. - Empresa gestora de fundos. Vide item 15.8						
		Não	Não	12/09/2017		
Não						
16.524.395	5,001542%	0	0,000000%	16.524.395	5,001542%	
GL Participações Ltda.						
05.318.060/0001-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
16.629.586	5,033381%	0	0,000000%	16.629.586	5,033381%	
Orbix Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento						
09.327.501/0001-51	BRASILEIRA-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
7.811.977	2,364500%	0	0,000000%	7.811.977	2,364500%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
REGIMAR COMERCIAL S/A						
48.752.729/0001-40	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
17.708.880	5,360058%	0	0,000000%	17.708.880	5,360058%	
Paulo Sergio Coutinho Galvao Filho						
040.443.368-57	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
1.534.372	0,464418%	0	0,000000%	1.534.372	0,464418%	
Atena Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento						
09.327.472/0001-28	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
1.880.655	0,569230%	0	0,000000%	1.880.655	0,569230%	
Carlos Pires Oliveira Dias						
578.464.058-53	Brasileira-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Sim	José Sampaio Correa Sobrinho		Fisica	495.082.618-20		
26.652.310	8,067022%	0	0,000000%	26.652.310	8,067022%	
Sirius Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento						
09.327.512/0001-31	BRASILEIRA-SP	Sim	Sim	12/09/2017		
Não						
4.773.982	1,444971%	0	0,000000%	4.773.982	1,444971%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TRANSTRAND SA						
05.514.550/0001-42	Brasileira-SP	Não	Não	12/09/2017		
Sim	Paulo Sérgio Buzaid Tohmé		Física	143.925.478-84		
2.003.400	0,606382%	0	0,000000%	2.003.400	0,606382%	
BlackRock, Inc. - Empresa gestora de fundos. Vide item 15.8						
		Não	Não	12/09/2017		
Não						
16.796.510	5,083904%	0	0,000000%	16.796.510	5,083904%	
OUTROS						
178.573.321	54,049906%	0	0,000000%	178.573.321	54,049906%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 12/09/2017						
674.154	0,204050%	0	0,000000%	674.154	0,204050%	
TOTAL						
330.386.000	100,000000%	0	0,000000%	330.386.000	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Atena Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento				09.327.472/0001-28	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Pedro Luiz Barreiros Passos					
672.924.618-91	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
GL Participações Ltda.			05.318.060/0001-70		
GRAZIELA LAFER GALVÃO					
012.072.688-28	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
39.225.632	99,999998	0	0,000000	39.225.632	99,999998
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARIA EUGÊNIA LAFER GALVÃO					
076.308.458-12	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
15	0,000001	0	0,000000	15	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Sergio Coutinho Galvao Filho					
040.443.368-57	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
15	0,000001	0	0,000000	15	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
GL Participações Ltda.				05.318.060/0001-70	
TOTAL					

39.225.662	100,000000	0	0,000000	39.225.662	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Orbix Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento				09.327.501/0001-51	
Antonio Luiz da Cunha Seabra					
332.927.288-00	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
REGIMAR COMERCIAL S/A				48.752.729/0001-40	
ANDRE PIRES OLIVEIRA DIAS					
219.411.268-55	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Carlos Pires Oliveira Dias					
578.464.058-53	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
5	0,000008	0	0,000000	5	0,000008
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARCELO PIRES OLIVEIRA DIAS					
258.510.388-96	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
REGIMAR COMERCIAL S/A			48.752.729/0001-40		
Maria Regina Camargo Pires R. Do Valle					
269.997.118-95	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MARIA T. PIRES OLIVEIRA DIAS GRAZIANO					
269.997.268-17	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
REGINA DE CAMARGO PIRES OLIVEIRA DIAS					
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
5	0,000008	0	0,000000	5	0,000008
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
REGIMAR COMERCIAL S/A			48.752.729/0001-40		
Renato Pires Oliveira Dias					
269.999.988-17	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2008	
Não					
1	0,000002	0	0,000000	1	0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
STICHING ADM. SANTA LUZIA					
09.343.084/0001-30	Holandesa	Não	Sim	31/12/2008	
Não					
62.204.710	99,999974	0	0,000000	62.204.710	99,999974
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
62.204.725	100,000000	0	0,000000	62.204.725	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sirius Multimercado Crédito Privado - Fundo de Investimento				09.327.512/0001-31	
Guilherme Peirao Leal					
383.599.108-63	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
STICHING ADM. SANTA LUZIA			09.343.084/0001-30		
OUTROS					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000
TOTAL					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	12/09/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	8.996
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	117
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1.223

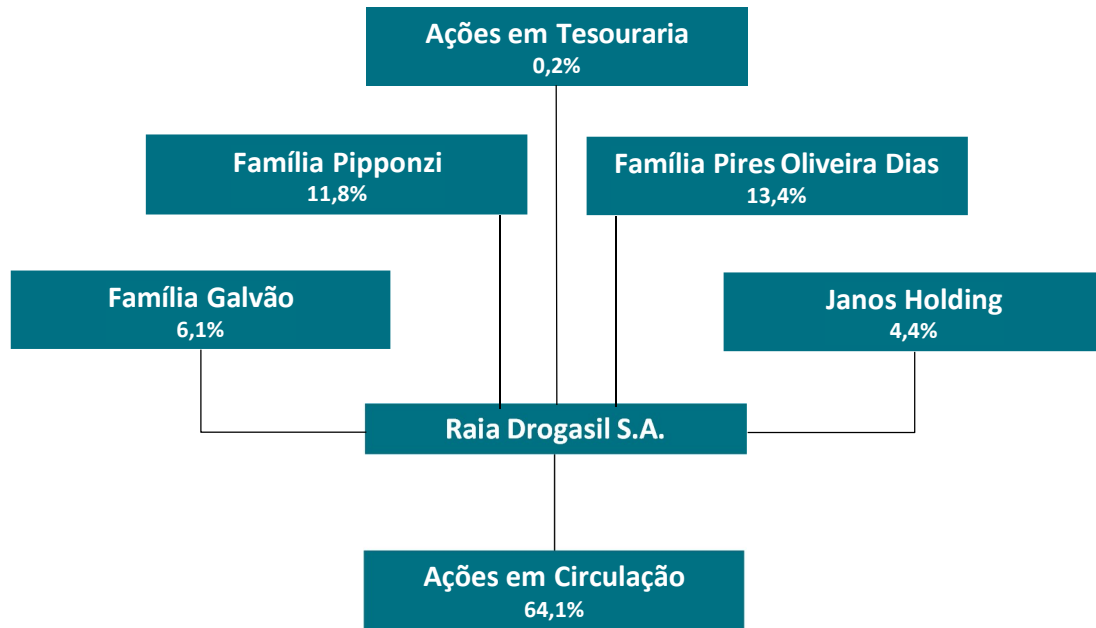
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	211.894.226	64,135353%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	211.894.226	64,135353%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma do grupo em 12 de setembro de 2017:



Família Pires	44.361.190	13,4%
CARLOS PIRES OLIVEIRA DIAS	26.652.310	8,1%
REGIMAR COMERCIAL S.A.	17.708.880	5,4%
Família Pipponzi	38.822.458	11,8%
ALBERTO WRIGHT PIPPONZI	669.317	0,2%
ALEXANDRE DE ZAGOTTIS	1.771.170	0,5%
ANDRE ALMEIDA PIPPONZI	1.954.062	0,6%
ANTONIO CARLOS PIPPONZI	12.190.784	3,7%
BRUNO WRIGTH PIPPONZI	673.154	0,2%
CRISTIANA ALMEIDA PIPPONZI	2.333.442	0,7%
EUGENIO DE ZAGOTTIS	2.495.595	0,8%
FRANCO MARIA D PIETRO PIPPONZI	5.366.407	1,6%
MARCELLO DE ZAGOTTIS	2.498.665	0,8%
MARTA ALMEIDA PIPPONZI	2.268.884	0,7%
RODRIGO WRIGHT PIPPONZI	669.317	0,2%
ROSALIA PIPPONZI RAIA DE ALMEIDA PRADO	5.931.661	1,8%
Janos Holding	14.466.614	4,4%
ATENA MULTIMERCADO	1.880.655	0,6%
KAIROS MULTIMERCADO	7.811.977	2,4%
SIRIUS MULTIMERCADO	4.773.982	1,4%
Família Galvão	20.167.358	6,1%
PAULO SERGIO COUTINHO GALVAO FILHO	1.534.372	0,5%
TRANSTRAND SA	2.003.400	0,6%
GL INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	16.629.586	5,0%
AÇÕES EM TESOURARIA	674.154	0,2%
FREE FLOAT	211.894.226	64,1%
NÚMERO DE AÇÕES	330.386.000	100,0%

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Existe um acordo de acionistas arquivados em nossa sede:

a. partes:

ANTONIO CARLOS PIPPONZI; RODRIGO WRIGHT PIPPONZI; BRUNO WRIGHT PIPPONZI; ALBERTO WRIGHT PIPPONZI; ESPÓLIO DE FRANCO PIPPONZI; ANDRE ALMEIDA PIPPONZI; CRISTIANA ALMEIDA PIPPONZI; MARTA ALMEIDA PIPPONZI; ROSALIA PIPPONZI RAIA DE ALMEIDA PRADO; EUGÊNIO DE ZAGOTTIS; ALEXANDRE DE ZAGOTTIS; MARCELLO DE ZAGOTTIS; GIF II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES; ORBIX MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO - FUNDO DE INVESTIMENTO; SIRIUS MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO - FUNDO DE INVESTIMENTO; ATENAS FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO; CARLOS PIRES OLIVEIRA DIAS; REGIMAR COMERCIAL S.A.; PAULO SERGIO COUTINHO GALVÃO FILHO E GL PARTICIPAÇÕES LTDA., ANTERIORMENTE DENOMINADA TANTRA PARTICIPAÇÕES LTDA.

b. data de celebração:

10 de novembro de 2011 e primeiro aditivo celebrado em 27 de julho de 2012.

c. prazo de vigência

O Acordo entrou em vigor em 10 de novembro de 2011, e permanecerá válido e eficaz até o que ocorrer entre as seguintes opções: (i) data do 10º (décimo) aniversário da Data de Assinatura; ou (ii) data em que Acionistas representando 90% (noventa por cento) das Ações Vinculadas (em manifestação individual, ou seja, desconsiderados os Grupos de Acionistas ou blocos aos quais os Acionistas pertençam), decidirem rescindir este Acordo, por qualquer razão; ou (iii) data em que os Acionistas deixarem de deter ações de emissão da Companhia por qualquer razão que não aquelas descritas na Cláusula III do Acordo Acionistas, ressalvado, em qualquer caso, o disposto na Cláusula 7.1, 7.1.1 e X o Acordo.

Não obstante o disposto acima, o Acordo será extinto exclusivamente com relação ao Gávea na data em que este deixar de deter Ações Vinculadas, ressalvado o disposto nas Cláusulas 7.1, 7.1.1 e X do Acordo. A partir da referida data, todas as referências a “Fundos” no Acordo passarão a se referir unicamente aos Fundos Pragma.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas signatários do Acordo de Acionistas obrigam-se a sempre exercer o direito de voto relativo à totalidade das Ações Vinculadas e das Ações Livres de que sejam ou venham a ser titulares (i) em consonância com os termos do Acordo; e (ii) necessariamente em bloco e em conformidade com as deliberações tomadas em Reunião Prévia; e (iii) de modo a assegurar que somente sejam submetidas a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia as matérias cuja competência lhe seja expressamente atribuída por lei ou pelo estatuto social da Companhia. Os Acionistas comprometem-se, por si e seus

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

herdeiros e sucessores, a qualquer título, a exercer o direito de voto atribuído às Ações de que são titulares de modo a fazer com que as obrigações assumidas neste Acordo sejam integralmente cumpridas.

O Direito de voto das Ações Vinculadas e das Ações Livres (no caso destas últimas, apenas enquanto forem de titularidade dos Acionistas) não poderá ser de qualquer forma Transferido, direta ou indiretamente, a qualquer terceiro.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Os Acionistas signatários do Acordo de Acionistas comprometem-se a exercer seu direito de voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia, seja para aprovar a eleição de uma chapa ou para alocar os seus votos na hipótese de eleição por voto múltiplo, de forma a eleger o maior número possível de Conselheiros e com o objetivo de assegurar que: (i) Acionistas Fundadores Raia tenham direito de indicar, em conjunto, 2 (dois) membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo que um deles ocupará o cargo de Presidente do Conselho de Administração durante os 5 (cinco) primeiros anos contados da Data de Assinatura; (ii) Fundos Pragma tenham o direito de indicar, em conjunto, 1 (um) membro efetivo e seu suplente; (iii) Carlos e Regimar tenham direito de indicar, em conjunto, 2 (dois) membros efetivos e seus suplentes; e (iv) Tantra tenha direito de indicar 1 (um) membro efetivo e seu suplente. (v) Na hipótese de serem eleitos mais de 09 (nove) Conselheiros, os Acionistas Fundadores Raia tenham direito de indicar, em conjunto, mais 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, além daqueles mencionados no item “i” acima, e Carlos e Regimar tenham direito de indicar, em conjunto, mais 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, além daqueles mencionados no item “iii” acima. Os Acionistas indicarão por consenso os Conselheiros Independentes que lhes couber indicar. Caso os Acionistas não cheguem a um consenso com relação aos Conselheiros Independentes a serem indicados por eles dentro de 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da Reunião Prévia em que tenha surgido o Impasse, os Acionistas deverão exercer o seu direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia para assegurar que sejam eleitos: (i) 1 (um) Conselheiro Independente indicado pelos Acionistas Raia, em conjunto; (ii) 1 (um) Conselheiro Independente indicado pelos Acionistas Drogasil, em conjunto; e (iii) 1 (um) Conselheiro Independente indicado por consenso entre os Acionistas. Persistindo o Impasse com relação à indicação do Conselheiro Independente referido no item (iii) acima, este será indicado pelos demais acionistas da Companhia que não os Acionistas, em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim. Caso os acionistas minoritários da Companhia elejam (a) 1 (um) Conselheiro Independente, os Acionistas Raia, de um lado, e os Acionistas Drogasil, de outro, manterão o direito de indicar, cada grupo, 1 (um) Conselheiro Independente, conforme os itens (i) e (ii) da Cláusula 6.1.3; (b) 2 (dois) Conselheiros Independentes, o terceiro Conselheiro Independente será indicado por consenso entre os Acionistas; ou (c) 3 (três) Conselheiros Independentes, os Acionistas não serão obrigados a indicar nenhum Conselheiro Independente. Os Acionistas terão direito de indicar membros para o conselho de administração de cada uma das Controladas, se houver, observada a proporção prevista nesta Cláusula 6.1.1 do Acordo com relação ao número total de conselheiros que couber à Companhia indicar.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Nos termos da Cláusula 2.1 do Acordo de Acionistas da Raia Drogasil, os Acionistas Raia Drogasil não poderão alienar: (i) de 10 de novembro de 2011 até a data do 1º (primeiro) aniversário da Data de Assinatura (inclusive), a quantidade de Ações de titularidade de cada um dos Acionistas identificada no

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Anexo 2.1(i) do Acordo de Acionistas; (ii) entre a data do 1º (primeiro) aniversário da Data de Assinatura e a data do 3º (terceiro) aniversário da Data de Assinatura (inclusive), a quantidade de Ações de titularidade de cada um dos Acionistas identificada no Anexo 2.1(ii); (iii) entre a data do 3º (terceiro) aniversário da Data de Assinatura e a data do 5º (quinto) aniversário da Data de Assinatura (inclusive), a quantidade de Ações de titularidade de cada um dos Acionistas identificada no Anexo 2.1(iii); e (iv) entre a data do 5º (quinto) aniversário da Data de Assinatura e a data do 10º (décimo) aniversário da Data de Assinatura (inclusive), a quantidade de Ações de titularidade de cada um dos Acionistas identificada no Anexo 2.1(iv) (sendo as Ações vinculadas a este Acordo conforme o cronograma acima, em cada um dos referidos períodos, “Ações Vinculadas”). O número de Ações Vinculadas em cada um dos períodos referidos na Cláusula 2.1 do Acordo será ajustado conforme bonificações, desdobramentos e grupamentos eventualmente sofridos pelas Ações.

Para os fins do Acordo, o termo “Ações Vinculadas” inclui também todos os direitos inerentes às Ações Vinculadas, as ações, bônus de subscrição e quaisquer outros direitos e valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia que venham a serem distribuídos aos Acionistas em decorrência das Ações Vinculadas no período em questão, incluindo aqueles decorrentes de operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, reorganização societária, bonificação, grupamento, desdobramento, distribuição de dividendos e lucros como integralização em capital e capitalização de lucros ou outras reservas.

De modo a assegurar aos Acionistas a formação de um bloco substancial de acionistas para exercer o direito de voto pelo prazo deste Acordo, os Acionistas se comprometem, em caráter irrevogável e irretratável, a não Transferir, direta ou indiretamente, qualquer número de Ações Vinculadas, tal como definidas em 2.1 do Acordo, a qualquer terceiro (“Lock Up”), ressalvado o disposto na Cláusula 3.2 de referido Acordo.

Qualquer transferência de Ações Vinculadas, direta ou indireta, efetuada em desacordo com as disposições ao Acordo será nula e ineficaz em relação à Companhia, aos demais Acionistas e a terceiros e não será registrada nos livros da Companhia. O Acionista que efetuar qualquer Transferência de Ações Vinculadas em desacordo com os termos e condições do Acordo (“Acionista em Violação”) será ainda responsável por indenizar aos demais Acionistas por todo e qualquer eventual prejuízo, custo ou despesa resultante da pretendida Transferência.

Não obstante o disposto acima, cada um dos Acionistas poderá Transferir Ações Vinculadas de sua titularidade: (i) a outro Acionista integrante do mesmo Grupo de Acionistas ao qual pertença o Acionista cedente; (ii) a um descendente, ascendente ou cônjuge do Acionista cedente; ou (iii) a uma Afiliada do Acionista cedente (sendo as Pessoas referidas nos itens (ii) e (iii) da Cláusula 3.2 do Acordo, em conjunto, “Cessionários Permitidos Especiais”).

Sucessão de Acionistas. Em caso de falecimento, divórcio, separação judicial ou extrajudicial, rompimento de união estável, declaração de insolvência, ausência ou incapacidade declarada judicialmente, ou qualquer outra situação (“Evento”) envolvendo qualquer Acionista que seja pessoa física (“Acionista em Situação Especial”), em qualquer hipótese, pretexto ou circunstância, que proporcione, implique ou possa resultar na Transferência da propriedade ou do direito de voto de qualquer parcela de suas Ações Vinculadas (“Ações Vinculadas Especiais”) para terceiro que não seja um Acionista (“Terceiro Sucessor”), as Ações Vinculadas Especiais permanecerão vinculadas a este Acordo conforme o cronograma aplicável ao seu titular original estabelecido na Cláusula 2.1. do Acordo, e o Terceiro Sucessor será considerado um Acionista e integrante do Grupo de Acionistas ao qual pertence (ou pertencia) o Acionista em Situação Especial em questão.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**g. restrição ou vinculação do direito de voto de membros do Conselho de Administração**

Reunião do Conselho de Administração e Voto dos Conselheiros. As Reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos votos dos conselheiros presentes à Reunião, exceto com relação às matérias especificadas na Cláusula 5.1(a) a (k) do Acordo, os Conselheiros terão ampla liberdade para definição do teor do respectivo voto a ser proferido nas reuniões do Conselho de Administração, devendo exercer tal faculdade de acordo com seu melhor julgamento e no melhor interesse da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houveram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e dos administradores nos últimos três exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

a. Evento

Em 30 de julho de 2015, por meio de contrato de compra e venda e de subscrição de participação societária e outras avenças, adquirimos 55% das ações de emissão da 4-Bio Medicamentos S.A., que atua no comércio varejista de medicamentos de especialidades no Brasil.

b. Principais condições do negócio

O negócio envolveu o valor total de R\$ 24 milhões, sendo: (i) uma parcela primária, no valor de R\$ 13 milhões, mediante aumento de capital e a emissão de novas ações pela 4-Bio, subscritas e integralizadas pela Raia Drogasil, e (ii) uma parcela secundária, no valor de R\$ 11 milhões, mediante a aquisição de ações da 4-Bio detidas pelo seu acionista fundador, com pagamento 50% em moeda corrente nacional e 50% mediante a entrega de ações de emissão da Raia Drogasil então mantidas em tesouraria. O valor total de aquisição ficou ainda sujeito a um ajuste em decorrência de eventuais variações no EBITDA de 2015 da 4-Bio.

A Companhia recebeu uma opção de compra e André uma opção de venda das ações remanescentes da 4-Bio, exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021, segundo uma metodologia pré-estabelecida de avaliação.

c. Sociedades envolvidas

RAIA DROGASIL S.A., companhia aberta inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.585.865/0001-51, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Corifeu de Azevedo Marques, nº 3097.

4-BIO MEDICAMENTOS S.A. (a sociedade foi transformada em sociedade por ações entre a assinatura e o fechamento da operação), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.015.691/0001-46, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, 58, conjuntos 1, 2, 21, 22 e 42, CEP 04531-000, Chácara Itaim.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

Como resultado da operação e do pagamento de parte do preço de aquisição em ações de emissão da Companhia, o acionista fundador da 4-Bio (direta ou indiretamente) passará a deter 185.446 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações da Companhia. Entretanto, não haverá diluição dos acionistas da Companhia uma vez que tal pagamento será realizado com ações em tesouraria, conforme autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários em 15 de janeiro de 2016.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Não houve impacto societário material no quadro societário com a operação, exceto pela alteração prevista no item “d” acima.

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável, a operação foi realizada entre partes independentes e seguiu as aprovações necessárias conforme estatuto social da Companhia.

15.8 - Outras informações relevantes

INFORMAÇÕES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DO ITEM 15.1/15.2

A participação indicada no item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência corresponde ao percentual consolidado das carteiras administradas e/ou fundos de investimento sob gestão/administração de cada um dos gestores/administradores indicados no item 15.1/15.2 e, conforme correspondências encaminhadas à Companhia, tais carteiras administradas e/ou fundos de investimento sob gestão/administração de cada um dos gestores/administradores possuem, em conjunto, mais de 5% (cinco por cento) do capital do social da Companhia.

Tendo em vista que os acionistas mencionados na tabela do item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência são administradores de fundos não residentes no país, tais acionistas não possuem inscrição no CNPJ/MF.

Em 21 de março de 2017, a empresa T. Rowe Price Associates, Inc., em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, informou que possuía em 16 de março de 2017 um montante de 16.524.395 ações, equivalentes a aproximadamente 5,00% do total das ações.

Em 23 de maio de 2017, a empresa BlackRock, Inc., em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, informou que possuía em 22 de maio de 2017 um montante de 16.530.617 ações, equivalentes a aproximadamente 5,00% do total das ações e 3.900 instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações ordinárias com liquidação financeira, representando aproximadamente 0,001% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Em 10 de julho de 2017, a empresa BlackRock, Inc., em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, informou que possuía em 07 de julho de 2017 um montante de 16.350.924 ações, equivalentes a aproximadamente 4,94% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Em 13 de setembro de 2017, a empresa BlackRock, Inc., em atendimento a Instrução CVM nº 358/2002 alterada pela Instrução CVM nº 449/07, informou que possuía em 12 de setembro de 2017 um montante de 16.796.510 ações, equivalentes a aproximadamente 5,08% do total das ações ordinárias emitidas pela Companhia.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

O Estatuto Social da Companhia determina que “a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas” seja aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, por no mínimo a maioria dos membros presentes à reunião regularmente convocada para deliberar sobre o assunto.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natura Cosméticos SA	14/05/2015	215.776,19	Saldo de 21.870,89 em 31/12/2016	Não aplicável.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Alguns integrantes do bloco de controle da Natura Cosmético S.A. detêm, indiretamente, participação acionária da Raia Drogasil S.A.						
Objeto contrato	Contrato de compra e venda e outra avenças para permitir a comercialização de produtos da linha "SOU para todo o território nacional a partir de 01/07/2016. A Raia Drogasil receberá 5% sobre os produtos vendidos, considerando o valor indicado na nota de venda da Natura S.A. à Raia Drogasil, não sendo possível definir um valor para o contrato.						
Garantia e seguros	Nao aplicavel						
Rescisão ou extinção	É facultado a qualquer das partes resilir o presente instrumento, unilateralmente, sem justa causa, mediante notificação escrita encaminhada à outra com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que sejam devidos quaisquer ônus e/ou multas.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Editora Mol Ltda.	14/02/2008	7.877.743,00	Saldo de R\$ 790,0 Mil em 31/12/2016.	Não aplicável.	Prazo indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Rodrigo Pipponzi, sócio da Editora Mol, é acionista e filho do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Antonio Carlos Pipponzi.						
Objeto contrato	Compra e venda da revista beneficente Sorria. Compramos a revista da Editora Mol e revendemos em nossas lojas pelo mesmo valor. Descontados os impostos incidentes na operação, o produto da venda da revista Sorria é doado integralmente pela Editora Mol ao Grupo de Apoio ao Adolescente e Criança com Câncer (GRAACC) e ao Instituto Ayrton Senna (IAS). E contrato de prestação de serviço de concepção de materiais para veículos de comunicação interna (Revista Bula).						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser extinto por requerimento de uma das partes, com 30 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Antonio Carlos Pipponzi	31/08/2015	84.266,84	Saldo de R\$ 6.958,74 em 31/12/2016.	Não aplicável.	Até 1 de junho de 2022.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	O Sr. Antonio Carlos Pipponzi é acionista e Presidente do Conselho de Administração.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na cidade de São Carlos e Santo Andre, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Franco Pipponzi (espólio)	31/08/2015	84.226,84	Saldo de R\$ 6.958,74 em 31/12/2016.	Não aplicável.	Até 1 de junho de 2022.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Franco Pipponzi era acionista.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na cidade de São Carlos e Santo Andre , SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Rosalia Pipponzi Raia de Almeida Prado	31/08/2015	84.226,84	Saldo de R\$ 6.958,74 em 31/12/2016.	Não aplicável.	Até 1 de junho de 2022.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Rosalia Pipponzi é membro suplente do Conselho de Administração e acionista.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na cidade de São Carlos e Santo Andre, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Em caso de desapropriação ou descumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Editora Mol Ltda	14/02/2008	5.167,61	Saldo de R\$ 749,63 em 31/12/2016	Nao Aplicavel.	Prazo Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Rodrigo Pipponzi, sócio da Editora Mol, é acionista e filho do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Antonio Carlos Pipponzi.						
Objeto contrato	Vendas realizadas por convênio para o fornecimento pela Companhia à Editora Mol de produtos comercializados por nossas lojas, internet e delivery.						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	A qualquer momento, por quaisquer das partes, sem a aplicação de qualquer penalidade, mediante aviso prévio por escrito, acompanhado do respectivo comprovante de recebimento, apresentado com antecedência mínima de 60 dias da data de rescisão.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Natura Cosmético S.A.	01/09/2015	8.585.084,50	Saldo de R\$ 1.432.879,34 em 31/12/2016	Não Aplicavel.	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Alguns integrantes do bloco de controle da Natura Cosmético S.A. detêm, indiretamente, participação acionária da Raia Drogasil S.A.						
Objeto contrato	Contrato de compra e venda e outra avenças para permitir a comercialização de produtos da linha "SOU para todo o território nacional a partir de 01/07/2016. A Raia Drogasil receberá 5% sobre os produtos vendidos, considerando o valor indicado na nota de venda da Natura S.A. à Raia Drogasil, não sendo possível definir um valor para o contrato.						
Garantia e seguros	Não Existe.						
Rescisão ou extinção	É facultado a qualquer das partes resilir o presente instrumento, unilateralmente, sem justa causa, mediante notificação escrita encaminhada à outra com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que sejam devidos quaisquer ônus e/ou multas.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
4Bio Medicamentos SA	23/02/2016	14.000.000,00	Saldo de R\$ 15.625.375,80 em 31/12/2016	Não Aplicavel.	Ate 30/04/2017	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Varejista de medicamentos especiais, controlada pela Raia Drogasil S.A.						
Objeto contrato	Concessão de empréstimo pela Companhia à sua controlada 4Bio Medicamentos, sociedade cuja Companhia detém 55% das cotas e obteve o controle de outubro de 2015.						
Garantia e seguros	Não Existe						
Rescisão ou extinção	Não Aplicavel.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Mutuo com taxas de juros indezados ao CDI (101,5%)						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Regimar Comercial S.A. e Regimar Agropecuária Ltda.	22/04/2003	104.926,39	Saldo de R\$ 14,7 mil em 31/12/2016.	Não aplicável.	Prazo indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedades detidas pelos filhos do Sr. Carlos Pires Oliveira Dias, membro do Conselho de Administração e acionista, sendo este usufrutuário das respectivas ações.						
Objeto contrato	Contrato de convênio para o fornecimento por nossa Companhia à Regimar S.A. através de produtos comercializados por nós através de nossas lojas, internet e delivery.						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	A qualquer momento, por quaisquer das partes, sem a aplicação de qualquer penalidade, mediante aviso prévio por escrito, acompanhado do respectivo comprovante de recebimento, apresentado com antecedência mínima de 60 dias da data de rescisão.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Heliomar S.A.	23/12/2003	208.925,01	Saldo de R\$ 19,4 mil em 31/12/2016.	Não aplicável.	Expira em 1 de fevereiro de 2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelo Sr. Carlos Pires Oliveira Dias, membro do Conselho de Administração e acionista e por seu irmão, Sr. José Pires Oliveira Dias Neto.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel para abertura de loja localizada na Avenida Robert Kennedy, 3.377, lotes 9, 9ª e 10B, quadra 4, na cidade de São Paulo, SP.						
Garantia e seguros	Seguro contra risco de incêndio, pelo valor real da construção do imóvel.						
Rescisão ou extinção	Por desapropriação ou descumprimento contratual. Após 24 meses de vigência o contrato poderá ser rescindido pela Companhia sem quaisquer ônus ou penalidades, desde que com aviso prévio de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Escritório Zürcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire Advogados	22/12/1994	6.102.672,54	Saldo de 0,0 Mil em 31/12/2016.	Não aplicável.	Prazo indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Cláudio Pires Oliveira Dias Didier Fecarrotta, sócio do escritório em questão, é sobrinho do Sr. Carlos Pires Oliveira Dias, membro do Conselho de Administração e acionista.						
Objeto contrato	Contrato para prestação de serviços advocatícios.						
Garantia e seguros	Não existe.						
Rescisão ou extinção	A qualquer momento a prestação de serviços poderá ser interrompida, mediante aviso prévio dado com antecedência de 30 dias, independentemente de qualquer penalidade ou indenização.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Heliomar S.A.	16/05/2003	16.436,07	Saldo de R\$ 1,4 mil em 31/12/2016.	Não aplicável.	Prazo indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelo Sr. Carlos Pires Oliveira Dias, membro do Conselho de Administração e acionista, e pelo seu irmão, o Sr. José Pires Oliveira Dias Neto.						
Objeto contrato	Contrato de convênio para o fornecimento por nossa Companhia à Heliomar S.A. de produtos comercializados por nós através de nossas lojas, internet e delivery.						
Garantia e seguros	Não existe.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A qualquer momento, por qualquer das partes, sem a aplicação de qualquer penalidade, mediante aviso prévio por escrito, acompanhado do respectivo comprovante de recebimento, apresentado com antecedência mínima de 30 dias da data de rescisão.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia adota práticas de governança estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A., além de outras práticas recomendadas e/ou exigidas pela legislação aplicável, com o intuito de assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer parte relacionada sejam realizadas em termos e condições usuais de mercado, e sempre respeitando os interesses da Companhia. Caso seja identificada, pelos administradores da Companhia, qualquer matéria que possa dar ensejo a qualquer conflito de interesse entre a Companhia e qualquer parte relacionada, estes devem manifestar as razões de tal conflito de interesses, ausentando-se das discussões sobre o tema e abstendo-se de votar. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração deverá aprovar, pelo voto afirmativo de no mínimo a maioria de seus membros presentes a uma reunião regularmente convocada, “a realização de qualquer negócio entre, de um lado, os acionistas ou diretores da Companhia ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia ou suas controladas”.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, observa as condições gerais praticadas pelo mercado à época da celebração do respectivo contrato, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros. As transações com partes relacionadas devem ser formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. Quando, em razão da especificidade do objeto do contrato, não é possível a demonstração do caráter comutativo das condições pactuadas, o pagamento compensatório leva em consideração, em alguns casos, o caráter personalíssimo da obrigação e o valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, e, em outros, a comparação, quando aplicável, com operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

16.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações pertinentes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
26/11/2015	1.808.639.254,57		330.386.000	0	330.386.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
26/11/2015	1.808.639.254,57		330.386.000	0	330.386.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
26/11/2015	1.808.639.254,57		330.386.000	0	330.386.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/11/2015	AGE	26/11/2015	900.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

.....

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramento, grupamento ou bonificação nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social.

17.5 - Outras informações relevantes

Não temos nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado da Companhia, em conformidade com o artigo 202 da Lei das S.As.</p> <p>Assegurado esse percentual mínimo, a assembleia geral pode deliberar a distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros pré-existentes. Ainda, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá, também, pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, ad referendum da assembleia geral ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	O valor do reembolso em caso de dissidência de deliberações da Assembleia Geral nos casos previstos na Lei das S.A. será determinado com base no valor patrimonial constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observado o disposto no artigo 45, da referida lei.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há condição específica imposta pelo Estatuto Social para alterar os direitos assegurados às ações da Companhia, prevalecendo o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado.
Outras características relevantes	Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia obriga o adquirente de controle da Companhia, seja por meio de uma única operação, seja por meio de operações sucessivas, à realização de oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia na hipótese de alienação do controle acionário da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, no Regulamento do Novo Mercado, e no art. 28 do Estatuto Social, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores alienantes

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2016										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.548.420.539	52,90	35,16	R\$ por Unidade	43,95
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.561.703.907	63,14	50,01	R\$ por Unidade	56,79
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.191.125.689	69,20	58,59	R\$ por Unidade	63,37
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.354.040.237	70,68	58,04	R\$ por Unidade	64,59
Exercício social 31/12/2015										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.457.398.094	28,64	24,72	R\$ por Unidade	26,59
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.783.515.629	40,08	28,59	R\$ por Unidade	35,27
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.815.686.549	44,20	37,09	R\$ por Unidade	40,74
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.472.475.598	43,50	35,00	R\$ por Unidade	40,31
Exercício social 31/12/2014										
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.516.167.601	19,63	13,71	R\$ por Unidade	15,52
30/06/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.120.665.820	19,90	18,07	R\$ por Unidade	18,88
30/09/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.176.559.474	23,05	18,08	R\$ por Unidade	20,42
31/12/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.550.321.974	25,35	20,60	R\$ por Unidade	23,27

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debentures 1ª Emissão (Série Única)
Data de emissão	19/04/2017
Data de vencimento	19/04/2022
Quantidade (Unidades)	30.000
Valor nominal global (Reais)	300.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM 476, as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na referida instrução e, por esta razão, somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição. Até a subscrição e integralização das Debêntures o Investidor Profissional assinará declaração atestando, entre outros, estar ciente de que: (i) a oferta não foi registrada na CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas neste Material de Divulgação, na Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável. Adicionalmente, conforme disposto no artigo 3º da referida instrução, a Oferta Restrita somente será apresentada a, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, podendo ser subscrita por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais. As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de sua subscrição pelo Investidor Profissional. A distribuição deste Material de Divulgação é realizada de forma numerada e controlada pelo Coordenador Líder.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir de 19 de abril de 2019 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). A Emissora deverá comunicar os Debenturistas por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 da Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento. Tal comunicado aos Debenturistas deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").
Características dos valores mobiliários de dívida	

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Vide item 18.12
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Emissão (1ª Série)
Data de emissão	02/04/2018
Data de vencimento	02/04/2019
Quantidade (Unidades)	4.444
Valor nominal global (Reais)	44.440.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Vide item 18.12

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Emissão (2ªSerie)
Data de emissão	02/04/2018
Data de vencimento	02/10/2019
Quantidade (Unidades)	4.444
Valor nominal global (Reais)	44.440.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Vide item 18.12

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Emissão (3ªSerie)
Data de emissão	02/04/2018
Data de vencimento	02/04/2020
Quantidade (Unidades)	4.444
Valor nominal global (Reais)	44.440.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

Outras características relevantes

Vide item 18.12

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Emissão (4ª Série)
Data de emissão	02/04/2018
Data de vencimento	02/10/2020
Quantidade (Unidades)	4.444
Valor nominal global (Reais)	44.440.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, apenas para 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e 9ª Série, conforme o caso, a qualquer tempo a partir de 2 de abril de 2020 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das referidas Séries), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). A Emissora deverá comunicar os Debenturistas da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série, conforme o caso, por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 da Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada um dos Debenturistas das respectivas Séries, com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento. Tal comunicado aos respectivos Debenturistas deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").

Características dos valores mobiliários de dívida

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

Outras características relevantes

Vide item 18.12

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Emissão (5ª Série)
Data de emissão	02/04/2018
Data de vencimento	02/04/2021
Quantidade (Unidades)	4.444
Valor nominal global (Reais)	44.440.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, apenas para 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e 9ª Série, conforme o caso, a qualquer tempo a partir de 2 de abril de 2020 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das referidas Séries), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). A Emissora deverá comunicar os Debenturistas da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série, conforme o caso, por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 da Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada um dos Debenturistas das respectivas Séries, com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento. Tal comunicado aos respectivos Debenturistas deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").

Características dos valores mobiliários de dívida

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Vide item 18.12
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Emissão (6ª Série)
Data de emissão	02/04/2018
Data de vencimento	02/10/2021
Quantidade (Unidades)	4.444
Valor nominal global (Reais)	44.440.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, apenas para 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e 9ª Série, conforme o caso, a qualquer tempo a partir de 2 de abril de 2020 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das referidas Séries), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). A Emissora deverá comunicar os Debenturistas da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série, conforme o caso, por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 da Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada um dos Debenturistas das respectivas Séries, com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento. Tal comunicado aos respectivos Debenturistas deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").
Características dos valores mobiliários de dívida	

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

Outras características relevantes

Vide item 18.12

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Emissão (7ª Série)
Data de emissão	02/04/2018
Data de vencimento	02/04/2022
Quantidade (Unidades)	4.444
Valor nominal global (Reais)	44.440.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, apenas para 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e 9ª Série, conforme o caso, a qualquer tempo a partir de 2 de abril de 2020 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das referidas Séries), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). A Emissora deverá comunicar os Debenturistas da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série, conforme o caso, por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 da Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada um dos Debenturistas das respectivas Séries, com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento. Tal comunicado aos respectivos Debenturistas deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").

Características dos valores mobiliários de dívida

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

Outras características relevantes

Vide item 18.12

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Emissão (8ª Série)
Data de emissão	02/04/2018
Data de vencimento	02/10/2022
Quantidade (Unidades)	4.444
Valor nominal global (Reais)	44.440.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, apenas para 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e 9ª Série, conforme o caso, a qualquer tempo a partir de 2 de abril de 2020 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das referidas Séries), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). A Emissora deverá comunicar os Debenturistas da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série, conforme o caso, por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 da Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada um dos Debenturistas das respectivas Séries, com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento. Tal comunicado aos respectivos Debenturistas deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").

Características dos valores mobiliários de dívida

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

Outras características relevantes

Vide item 18.12

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures 2ª Emissão (9ª Série)
Data de emissão	02/04/2018
Data de vencimento	02/04/2023
Quantidade (Unidades)	4.448
Valor nominal global (Reais)	44.480.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, apenas para 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e 9ª Série, conforme o caso, a qualquer tempo a partir de 2 de abril de 2020 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das referidas Séries), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). A Emissora deverá comunicar os Debenturistas da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série, conforme o caso, por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 da Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada um dos Debenturistas das respectivas Séries, com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento. Tal comunicado aos respectivos Debenturistas deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").

Características dos valores mobiliários de dívida

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 2/3 (dois terços) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação. As hipóteses de alteração (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iii) da Data de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) de cláusulas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado; (vi) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; e/ou (vii) dos Eventos de Inadimplemento, inclusive, no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, ou 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures dos presentes, em segunda convocação, desde que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

Outras características relevantes

Vide item 18.12

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, em São Paulo, sob o código RADL3.

(a) Debêntures 1ª emissão Série Única.

As Debêntures foram registradas para: (i) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP, e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento pela Companhia de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

(b) Debêntures 2ª emissão em nove series.

As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3, e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 e as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento pela Companhia de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 – Negociação em Mercados Estrangeiros

Em 1º de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de *American Depositary Receipts* – Nível 1, sem aumento de seu capital social. Cada *American Depositary Receipt* emitido a partir de 21 de março de 2016, representa 1 ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do contrato de depósito celebrado entre a Companhia e The Bank of New York Mellon, sendo registradas perante a *Securities and Exchange Commission* americana (SEC) e negociadas no mercado de balcão, sob o código “RADLY”.

A Companhia apresenta abaixo, os seguintes dados com relação ao seu programa de *American Depositary Receipts*:

(a) País:

Estados Unidos

(b) Mercado:

Mercado de Balcão (OTC)

(c) Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à:

SEC (Securities and Exchange Commission)

(d) Data de admissão à negociação:

21 de março de 2016.

(e) Se houver, indicar o segmento de negociação:

ADR nível 1

(f) Data de início de listagem no segmento de negociação:

21 de março de 2016.

(g) Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício:

O percentual do volume de negociações dos *American Depositary Receipts* em relação ao volume total de ações ordinárias é inferior a 1,0%

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve título emitido no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos três últimos exercícios sociais não houve oferta pública de ações da Companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Nos três últimos exercícios sociais não houve oferta pública de ações da Companhia.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da 1ª Emissão de debêntures em 19 de abril de 2017 serão utilizados para reforço de capital de giro.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da 2ª Emissão de debêntures em 02 de abril de 2018 serão utilizados para reforço de capital de giro.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não foram realizadas ofertas públicas de aquisição pela Companhia

18.12 - Outras informações relevantes

1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS

Autorização: A presente Escritura de Emissão é firmada com base na autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de março de 2017 (“RCA Emissora”), na qual (i) foram aprovados os termos e condições da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Emissora (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente) e da Oferta (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); e (ii) a diretoria da Companhia foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, abrangendo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta (conforme abaixo definido), inclusive o aditamento à Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo).

Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

Conversibilidade:

As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária

Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto nesta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 19 de abril de 2022 (“Data de Vencimento”).

Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“Valor Total da Emissão”).

Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, e, em qualquer caso, limitado a 107,50% (cento e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”) (“Remuneração”). A taxa percentual que remunerará as Debêntures, definida nos termos acima descritos, será ratificada por meio de aditamento a esta Escritura, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas.

Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou resgate antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 19 de outubro de 2017, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 19 dos meses de abril e outubro de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

Resgate Antecipado Facultativo Total: Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir de 19 de abril de 2019 (inclusive), o resgate

18.12 - Outras informações relevantes

antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme tabela a seguir ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"), fixado conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio} = p * \text{dup}/\text{dut} * \text{saldo do Valor Nominal Unitário}$$

onde:

p: 0,60% (sessenta centésimos por cento);

dup: Número de Dias Úteis contados da data do Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento; e

dut: Número de Dias Úteis contados a partir de 19 de abril de 2019 até a Data de Vencimento.

Oferta de Resgate Antecipado: A qualquer momento a partir da Data de Emissão a Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas, sem distinção, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos da presente Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações ("Oferta de Resgate Antecipado").

Em caso de Oferta de Resgate Antecipado parcial em que haja adesão de Debenturistas titulares de quantidade de Debêntures superior àquela objeto da Oferta de Resgate Antecipado, o Agente Fiduciário deverá, fora do âmbito da CETIP, organizar sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, cujo resultado deverá ser comunicado pela Emissora aos Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado com ao menos 3 (três) dias úteis de antecedência contado da efetiva realização do resgate antecipado das Debêntures pelos mesmos meios dispostos na Cláusula 5.2.3 abaixo.

O valor a ser pago aos Debenturistas que aderirem a Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração devida na data de resgate e ainda não paga até a data do resgate, calculada pro rata temporis, e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis, e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo ("Preço de Oferta de Resgate").

O pagamento do Preço de Oferta de Resgate será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) mediante procedimentos adotados pelo Banco Liquidante e Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

Amortização Extraordinária Facultativa: Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, a partir de 19 de abril de 2019 (inclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.18 acima, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, amortizações extraordinárias ("Amortização Extraordinária Facultativa") sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures ser amortizada, fixado conforme a fórmula abaixo:

18.12 - Outras informações relevantes

$\text{Prêmio} = p * \text{dup}/\text{dut} * \text{parcela do Valor Nominal Unitário que será amortizada extraordinariamente}$

onde:

p: 0,60% (sessenta centésimos por cento);

dup: Número de Dias Úteis contados da data da Amortização Extraordinária Facultativa até a Data de Vencimento; e

dut: Número de Dias Úteis contados a partir de 19 de abril de 2019 até a Data de Vencimento.

Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

Vencimento Antecipado: Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência das hipóteses mencionadas na Escritura de Emissão.

18.12 - Outras informações relevantes

2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM NOVE SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS

Autorização: A presente Escritura de Emissão é firmada com base na autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 23 de março de 2018 ("RCA Emissora"), na qual (i) foram aprovados os termos e condições da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em nove séries, da 2ª (segunda) emissão da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente) e da Oferta (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (ii) a diretoria da Companhia foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, abrangendo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta (conforme abaixo definido).

Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

Número de Séries: A Emissão será realizada em nove séries ("1ª Série", "2ª Série", "3ª Série", "4ª Série", "5ª Série", "6ª Série", "7ª Série", "8ª Série" e "9ª Série", e quando referidas em conjunto, "Séries").

Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária

Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada resultante de um Evento de Inadimplemento, de Resgate Antecipado Facultativo ou de Oferta de Resgate Antecipado total (conforme definido abaixo), as Debêntures de cada uma das Séries terão o prazo e data de vencimento conforme abaixo:

- (i) as Debêntures da 1ª Série terão o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de abril de 2019 ("Data de Vencimento da 1ª Série");
- (ii) as Debêntures da 2ª Série terão o prazo de vigência de 18 (dezoito) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de outubro de 2019 ("Data de Vencimento da 2ª Série");
- (iii) as Debêntures da 3ª Série terão o prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de abril de 2020 ("Data de Vencimento da 3ª Série");
- (iv) as Debêntures da 4ª Série terão o prazo de vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de outubro de 2020 ("Data de Vencimento da 4ª Série");
- (v) as Debêntures da 5ª Série terão o prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de abril de 2021 ("Data de Vencimento da 5ª Série");
- (vi) as Debêntures da 6ª Série terão o prazo de vigência de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de outubro de 2021 ("Data de Vencimento da 6ª Série");
- (vii) as Debêntures da 7ª Série terão o prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de abril de 2022 ("Data de Vencimento da 7ª Série");
- (viii) as Debêntures da 8ª Série terão o prazo de vigência de 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de outubro de 2022 ("Data de Vencimento da 8ª Série"); e
- (ix) as Debêntures da 9ª Série terão o prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 2 de abril de 2023 ("Data de Vencimento da 9ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série, Data de Vencimento da 2ª Série, Data de Vencimento da 3ª Série, Data de Vencimento da 4ª Série, Data de Vencimento da 5ª Série, Data de Vencimento da 6ª Série, Data de Vencimento da 7ª Série e Data de Vencimento da 8ª Série, "Datas de Vencimento").

Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

18.12 - Outras informações relevantes

Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures, sendo certo que deverão ser alocadas (i) 4.444 (quatro mil quatrocentas e quarenta e quatro) Debêntures na 1ª Série; (ii) 4.444 (quatro mil quatrocentas e quarenta e quatro) Debêntures na 2ª Série; (iii) 4.444 (quatro mil quatrocentas e quarenta e quatro) Debêntures na 3ª Série; (iv) 4.444 (quatro mil quatrocentas e quarenta e quatro) Debêntures na 4ª Série; (v) 4.444 (quatro mil quatrocentas e quarenta e quatro) Debêntures na 5ª Série; (vi) 4.444 (quatro mil quatrocentas e quarenta e quatro) Debêntures na 6ª Série; (vii) 4.444 (quatro mil quatrocentas e quarenta e quatro) Debêntures na 7ª Série; (viii) 4.444 (quatro mil quatrocentas e quarenta e quatro) Debêntures na 8ª Série; (ix) 4.448 (quatro mil quatrocentas e quarenta e oito) Debêntures na 9ª Série.

Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

Valor Total da Emissão:

O valor total da Emissão será de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

Remuneração:

Remuneração das Debêntures da 1ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 102,25% (cento e dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração da 1ª Série").

Remuneração das Debêntures da 2ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 2ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 102,25% (cento e dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração da 2ª Série").

Remuneração das Debêntures da 3ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 3ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 102,75% (cento e dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração da 3ª Série").

Remuneração das Debêntures da 4ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 4ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103,00% (cento e três por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração da 4ª Série").

Remuneração das Debêntures da 5ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 5ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103,75% (cento e três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração da 5ª Série").

Remuneração das Debêntures da 6ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 6ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,00% (cento e quatro por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração da 6ª Série").

Remuneração das Debêntures da 7ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 7ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,25% (cento e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração da 7ª Série").

Remuneração das Debêntures da 8ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 8ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 106,00% (cento e seis por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração da 8ª Série").

Remuneração das Debêntures da 9ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 9ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 106,25% (cento e seis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração da 9ª Série" e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, Remuneração da 2ª Série,

18.12 - Outras informações relevantes

Remuneração da 3ª Série, Remuneração da 4ª Série, Remuneração da 5ª Série, Remuneração da 6ª Série, Remuneração da 7ª Série e Remuneração da 8ª Série, “Remuneração”).

Pagamento da Remuneração:

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou resgate antecipado, conforme aplicável, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a respectiva Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 2 de outubro de 2018, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 2 dos meses de abril e outubro de cada ano, até a respectiva Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), conforme Anexo I à presente Escritura de Emissão.

Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração prevista nesta Escritura.

Resgate Antecipado Facultativo Total:

Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, apenas para 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e 9ª Série, conforme o caso, a qualquer tempo a partir de 2 de abril de 2020 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das referidas Séries), com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”).

A Emissora deverá comunicar os Debenturistas da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série, conforme o caso, por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.18 acima, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada um dos Debenturistas das respectivas Séries, com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento. Tal comunicado aos respectivos Debenturistas deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo”).

O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e/ou 9ª Série, conforme o caso, objeto do Resgate Antecipado Facultativo será o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Integralização ou a respectiva Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo”), fixado conforme a fórmula abaixo:

$\text{Prêmio} = p * \text{dup}/\text{dut} * \text{saldo do Valor Nominal Unitário}$

onde:

p: 0,60% (sessenta centésimos por cento);

dup: Número de Dias Úteis contados da data do respectivo Resgate Antecipado Facultativo até a respectiva Data de Vencimento; e

dut: Número de Dias Úteis contados a partir de 2 de abril de 2020 até a respectiva Data de Vencimento.

O pagamento do Resgate Antecipado não poderá ocorrer em data que coincida com qualquer data de pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da 4ª Série, 5ª Série, 6ª Série, 7ª Série, 8ª Série e 9ª Série, conforme o caso, e/ou da respectiva Remuneração.

A Emissora deverá com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do Resgate Antecipado Facultativo, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3 a respectiva data do Resgate Antecipado Facultativo.

18.12 - Outras informações relevantes

Oferta de Resgate Antecipado:

A qualquer momento a partir da Data de Emissão a Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas, sem distinção, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos da presente Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações ("Oferta de Resgate Antecipado").

Em caso de Oferta de Resgate Antecipado parcial em que haja adesão de Debenturistas titulares de quantidade de Debêntures superior àquela objeto da Oferta de Resgate Antecipado, o Agente Fiduciário deverá, coordenar o sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, cujo resultado deverá ser comunicado pela Emissora aos Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado com ao menos 3 (três) Dias Úteis de antecedência contado da efetiva realização do resgate antecipado das Debêntures pelos mesmos meios dispostos na Cláusula 5.2.3 abaixo, sendo que todas as etapas de validação, apuração, rateio e habilitação serão realizadas fora do âmbito da B3.

O valor a ser pago aos Debenturistas que aderirem a Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da respectiva Remuneração devida na data de resgate e ainda não paga até a data do resgate, calculada pro rata temporis, e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis, e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo ("Preço de Oferta de Resgate").

Amortização Extraordinária Facultativa: Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, a partir de 2 de abril de 2020 (inclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.18 acima, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, amortizações extraordinárias das Debêntures de todas as Séries, em conjunto ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures de cada Série, mediante o pagamento de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures de cada Série a serem amortizadas, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Integralização ou a respectiva data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre a parcela do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ser amortizada, fixado conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio} = p * \text{dup/dut} * \text{parcela do Valor Nominal Unitário que será amortizada extraordinariamente}$$

onde:

p: 0,60% (sessenta centésimos por cento);

dup: Número de Dias Úteis contados da data da Amortização Extraordinária Facultativa até a respectiva Data de Vencimento; e

dut: Número de Dias Úteis contados a partir de 2 de abril de 2020 até a respectiva Data de Vencimento.

O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa não poderá ocorrer em data que coincida com qualquer data de pagamento da Remuneração de cada uma das Séries.

A Emissora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do evento, comunicar ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3 a data da Amortização Extraordinária Facultativa.

Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos

18.12 - Outras informações relevantes

desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures da respectiva Série.

Vencimento Antecipado:

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Integralização ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um “Evento de Inadimplemento”):

(i) (a) liquidação, dissolução, extinção e/ou qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) cujo patrimônio líquido seja equivalente a no mínimo 20% do patrimônio líquido da Emissora ("Controlada Relevante"), exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso “vi” abaixo; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (d) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

(ii) falta de pagamento, pela Emissora, de amortização do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração, nas respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado das respectivas datas de vencimento;

(iii) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações assumidas pela Emissora no mercado financeiro ou de capitais local ou internacional, em valor individual ou global superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, valor este a ser corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão;

(v) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada Relevante (ainda que na condição de garantidora), (a) de qualquer dívida ou obrigação assumida no mercado financeiro ou de capitais, em valor, individual ou agregado, igual ou superior à R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou (b) das demais obrigações e dívidas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior à R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), valores estes a serem corrigidos anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, em qualquer hipótese, conforme aplicável, desde que não sanado (x) no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento com relação à dívida ou obrigação assumida no mercado financeiro ou de capitais; (y) no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do respectivo inadimplemento com relação às demais dívidas e obrigações ou (z) no prazo de cura estabelecido em cada um dos referidos contratos, caso os mesmos prazos sejam diversos daqueles descritos nos itens (x) e (y) acima;

(vi) se os acionistas controladores da Emissora, signatários do “Acordo de Acionistas da Raia Drogasil S.A.” celebrado em 10 de novembro de 2011, conforme aditado (“Acordo de Acionistas”), alienarem ações de emissão da Emissora de maneira a reduzir sua participação conjunta a menos de 20% (vinte por cento) das ações representativas do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

(vii) se ocorrer qualquer operação ou conjunto de operações de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou outra forma de reorganização societária, com ou sem a troca de controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), envolvendo a Emissora ou qualquer Controlada Relevante, exceto: (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Emissora, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem,

18.12 - Outras informações relevantes

durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou respectivo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a respectiva Data de Integralização ou da respectiva Data de Pagamento da Remuneração, imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento; (c) pela incorporação, pela Emissora, de qualquer Controlada Relevante ou de ações de emissão de qualquer Controlada Relevante da Emissora; ou (d) se realizada exclusivamente entre controladas da Emissora;

(viii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral condenatória definitiva, em qualquer hipótese, de natureza pecuniária, contra a Emissora e/ou qualquer Controlada Relevante, cujo valor individual ou global seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, valor este a ser corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão;

(ix) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto na Cláusula 3.1 acima, que altere substancialmente a atividade principal desenvolvida pela Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

(x) questionamento judicial, pela Emissora por qualquer Controladora, e/ou por qualquer Controlada Relevante, e/ou por qualquer coligada da Emissora, desta Escritura de Emissão;

(xi) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão;

(xii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

(xiii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou global seja superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, valor este a ser corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão, desde que não devidamente sustado ou cancelado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, pela Emissora (mediante sua intimação na forma legal), da ocorrência do protesto;

(xiv) cancelamento voluntário do registro de companhia aberta da Emissora perante a CVM sem a observância da regulamentação aplicável ou cancelamento de ofício do registro de companhia aberta da Emissora pela CVM, ressalvada, no primeiro caso, a aprovação prévia pela totalidade das Debêntures em Circulação;

(xv) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária acessória relativa à Emissão e não referida no item "ii" acima ou não pecuniária previstas nesta Escritura de Emissão, em qualquer dos casos, desde que não sanado dentro de um prazo de 30 (trinta) dias contado da comunicação do referido descumprimento: (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico o qual deverá ser observado para caracterização ou não da ocorrência da hipótese aqui prevista;

(xvi) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(xvii) comprovação da inveracidade de quaisquer declarações feitas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como provarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, na data em que foram prestadas;

(xviii) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no §3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se realizada no contexto das operações descritas no item (vi) acima e/ou para absorção de prejuízos acumulados;

(xix) cancelamento definitivo do registro das Debêntures pela B3; e

18.12 - Outras informações relevantes

(xx) não observância pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos, do seguinte índice financeiro (“Índice Financeiro”), a ser acompanhado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, a ser calculado pela Emissora, e revisado trimestralmente pelos auditores contratados pela Emissora, com base nas informações trimestrais consolidadas (“ITR”) ou demonstrações financeiras consolidadas (“DF”), conforme o caso, da Emissora, relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, sendo a primeira apuração a partir do segundo trimestre de 2018:

O Índice Financeiro obtido da divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não poderá ser superior a 3,0 (três inteiros) vezes.

Onde:

“Dívida Líquida Financeira” significa a Dívida da Emissora e das suas subsidiárias em base consolidada de acordo com o resultado trimestral contábil mais recente menos o caixa e aplicações financeiras, apurada com base na linha “Empréstimos e Financiamentos” e “Debêntures”, conforme aplicável, da DF/ITR.

“Dívida” significa a dívida financeira total da Emissora.

“EBITDA Ajustado” significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (b) do imposto de renda e da contribuição social, (c) das despesas de depreciação e amortização, (d) do custo de qualquer plano de remuneração baseada em ações, dentre os quais plano de opção de compra de ações ou de ações restritas, (e) das despesas não recorrentes e (f) do impairment, conforme registrado na DF/ITR nas linhas aplicáveis

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
24/04/2014	24/04/2014 à 24/04/2015	1.029.417.865,00	Ordinária		1.100.000	0,575727	1.100.000	18,99	R\$ por Unidade	100,000000
<p>O objetivo da Companhia na operação é de adquirir ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação com vistas a atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de abril de 2014.</p> <p>Os recursos disponíveis serão oriundos da conta Reserva de Capital – Ágio na Emissão de Ações.</p> <p>A decisão de cancelamento ou alienação das ações mantidas em tesouraria será tomada oportunamente e comunicada ao mercado.</p> <p>As operações de aquisição foram realizadas em bolsa, a preços de mercado, com a intermediação de Itau Corretora de Valores S/A, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400 – 10º andar – Itaim Bibi – SP – CEP 04538-132, CNPJ: 61.194.353/0001-64 e de Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600 – 6º andar – Itaim Bibi – SP – CEP 04538-132, CNPJ: 04.323.351/0001-94.</p>										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2016****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	1.100.000	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	242.616	18,99
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	857.384	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2015**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	1.100.000	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.100.000	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2014**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	1.100.000	18,99
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	1.100.000
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Abaixo demonstramos as movimentações no exercício de 2017 relativo a entrega de ações:

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	857.384	
Quantidade adquirida	0	
Quantidade alienada	183.230	18,99
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	674.154	
Relação valores mobiliários em circulação	0,204050%	

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	09/05/2012
Cargo e/ou função	Diretores Membros do Conselho de Administração Membros do Conselho Fiscal Membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária

Principais características e locais de consulta

O objetivo da presente Política de Negociação é esclarecer as regras que deverão ser observadas pelos Diretores, Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, caso seja instaurado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependente incluído na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, nos termos do art. 11 da Instrução CVM nº 358/02 ("Pessoas Vinculadas"), e pela Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia ("Informações Privilegiadas") em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários") e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

As regras desta Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de Informações Relevantes não divulgadas ao público.

Além das Pessoas Vinculadas, as normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem de forma indireta para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. Entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação. A política de divulgação está localizada no endereço da Companhia na internet, www.raiadrogasil.com.br e arquivada na CVM, zelando pela disseminação ampla, imediata e simultânea.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>A Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar seus Valores Mobiliários de emissão da Companhia em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o período de bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários.</p> <p>As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN), cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.</p> <p>O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela aplicação dos termos desta Política de Negociação; quaisquer dúvidas acerca de suas disposições deverão ser esclarecidas juntamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.</p> <p>A política de divulgação está localizada no endereço da Companhia na internet, www.raiadrogasil.com.br e arquivada na CVM, zelando pela disseminação ampla, imediata e simultânea.</p>
--	---

20.2 - Outras informações relevantes

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DA RAIA DROGASIL S.A.

1 Objetivos e Abrangência

- 1.1 O objetivo da presente Política de Negociação é esclarecer as regras que deverão ser observadas pelos Diretores, Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, caso seja instaurado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependente incluído na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, nos termos do art. 11 da Instrução CVM nº 358/02 ("Pessoas Vinculadas"), e pela Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia ("Informações Privilegiadas") em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários") e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.
- 1.2 Tais regras também procuram coibir a prática de *insider trading* (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e *tipping* (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.
- 1.3 As regras desta Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de Informações Relevantes não divulgadas ao público.
- 1.4 Além das Pessoas Vinculadas, as normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem de forma indireta para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. Entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação.

2 Adesão a Política de Negociação

- 2.1 É obrigatória a adesão à presente Política de Negociação, mediante assinatura do Termo de Adesão (nos termos do Anexo I), por todas as Pessoas Vinculadas.
- 2.2 Será mantida na Companhia e à disposição da CVM, a relação das pessoas que aderiram à presente Política de Negociação.

3 Vedação à Negociação

- 3.1 Nos termos da Instrução CVM nº 358/02, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, pela própria Companhia ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, desde a data em que tomem conhecimento de ato ou fato

20.2 - Outras informações relevantes

relevante relativo à Companhia, conforme definido na Instrução CVM nº 358/02 (“Ato ou Fato Relevante”) até a sua divulgação ao mercado. É vedada a negociação com Valores Mobiliários de emissão da Companhia pelas Pessoas Vinculadas nas datas em que a Companhia negociar com ações de sua emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A Companhia deverá informar previamente as Pessoas Vinculadas acerca de tais datas.

- 3.2 A Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar seus Valores Mobiliários de emissão da Companhia em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o período de bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários.
- 3.3 As Pessoas Vinculadas deverão assegurar que seus contatos comerciais e aqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança não negociem Valores Mobiliários da Companhia quando tiverem acesso a Informações Privilegiadas. Para tanto, as Pessoas Vinculadas envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem Informações Privilegiadas firmem o competente Termo de Adesão à Política de Negociação.
- 3.4 No contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, Valores Mobiliários de emissão da Companhia.
- 3.5 As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN), cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.
- 3.6 Os administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos estatutários com funções técnicas ou consultivas da Companhia, bem como de suas controladas e coligadas, poderão adquirir as ações de emissão da Companhia, em conformidade com plano de investimento aprovado pela Companhia no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM desde que:
 - (I) A Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP; e
 - (II) O plano de investimento estabeleça: (a) o compromisso irrevogável e irretratável de seus participantes de investir valores previamente estabelecidos, nas datas nele previstas; (b) a impossibilidade de adesão ao plano na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; (c) a obrigação de prorrogação do compromisso de compra, mesmo após o encerramento do período originalmente previsto de vinculação do participante ao plano, na

20.2 - Outras informações relevantes

pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; e (d) obrigação de seus participantes reverterem à Companhia quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de emissão da Companhia, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados por meio de critérios razoáveis definidos no próprio plano.

- 3.7 As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre (i) a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia e (ii) 6 (seis) meses após o seu afastamento.
- 3.8 Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.
- 3.9 As vedações a negociação de Valores Mobiliários da Companhia deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue o Ato ou Fato Relevante aplicável ao mercado. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, com o ato ou fato associado ao Ato ou Fato Relevante.
- 3.10 Mesmo após sua divulgação ao mercado, o Ato ou Fato Relevante deve continuar a ser tratado como não tendo sido divulgado até que tenha decorrido período de tempo mínimo para que os participantes do mercado tenham recebido e processado o Ato ou Fato Relevante, bem como se a negociação possa, a juízo da Companhia, interferir nas condições dos negócios com ações da Companhia, de maneira a resultar prejuízo à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pela Diretoria de Relações com Investidores.

4 Autorização para Negociação de Valores Mobiliários

- 4.1 Nos termos da Instrução CVM nº 358/02, as Pessoas Vinculadas poderão negociar Valores Mobiliários de emissão da Companhia, respeitado o disposto no item 3 acima, desde que tais negociações atendam pelo menos a uma dessas características: (i) aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pelos acionistas da Companhia e às eventuais recompras pela Companhia, também por meio de negociações privadas; ou (ii) aplicação de remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de Valores Mobiliários.
- 4.2 As Pessoas Vinculadas poderão apresentar à Companhia programas individuais de investimento que deverão seguir as regras previstas nesta Política. Os programas individuais de investimento terão duração mínima de 6 (seis) meses e deverão ser arquivados junto à Diretoria de Relações com Investidores. O programa individual de investimento não poderá ser arquivado nem modificado na pendência de Ato ou Fato Relevante de que tenha conhecimento o interessado.
- 4.3 Os programas individuais acima mencionados somente serão aprovados pela Companhia se o seu teor impedir a utilização de Informação Privilegiada em benefício, direta ou indiretamente,

20.2 - Outras informações relevantes

devendo, portanto, ser elaborados de tal forma que a decisão de compra ou venda não possa ser tomada após o conhecimento da informação, abstendo-se a pessoa titular dos programas individuais de investimento de exercer influência acerca da operação na pendência de Fato Relevante não divulgado.

- 4.4 Os programas individuais de investimento deverão contemplar a natureza das operações programadas, tanto de compra como de venda, assim como as datas, as quantidades e os preços ou um critério pré-determinado para a definição desses elementos, os quais devem ser compatíveis com o disposto nesta Política de Negociação.
- 4.5 As Pessoas Vinculadas devem comunicar às Bolsas de Valores os seus programas individuais de investimento, caso os possuam, assim como as subseqüentes alterações ou inobservância de tais planos.
- 4.6 As vedações mencionadas nesta Política de Negociação não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento dos quais as Pessoas Vinculadas sejam quotistas, desde que não sejam fundos de investimento exclusivos ou fundos de investimento cujas decisões de negociação do administrador ou gestor da carteira sejam determinadas ou influenciadas pelas Pessoas Vinculadas.

5 Obrigação de Indenizar

- 5.1 As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição desta Política de Negociação obrigam-se a ressarcir a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento, independentemente e sem prejuízo das sanções aplicáveis pela CVM.

6 Responsabilidades de Terceiros

- 6.1 As disposições desta Política de Negociação não elidem a responsabilidade de terceiros não diretamente ligados à Companhia que tenham acesso a Ato ou Fato Relevante.

7 Obrigações de Sigilo

- 7.1 Cumpre às Pessoas Vinculadas e aos empregados da Companhia guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

8 Disposições Finais

- 8.1 A presente Política de Negociação vigorará por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário. As eventuais alterações da Política de Negociação deverão ser enviadas à CVM e à Bolsa de Valores.
- 8.2 A Política de Negociação não poderá ser alterada na pendência de divulgação de Ato ou Fato Relevante.

20.2 - Outras informações relevantes

- 8.3 Qualquer violação ao disposto nesta Política de Negociação estará sujeita aos procedimentos e penalidades previstos em lei, além da responsabilização por perdas e danos causados à Companhia e/ou terceiros.
- 8.4 A divulgação não autorizada de Informação Privilegiada e não divulgada publicamente sobre a Companhia é danosa à Companhia, sendo estritamente proibida.
- 8.5 A Companhia poderá estabelecer períodos de vedação à negociação com Valores Mobiliários da Companhia adicionais aos previstos na Política de Negociação, devendo notificar imediatamente as Pessoas Vinculadas.
- 8.6 A negociação com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas durante os períodos de restrição à negociação conforme previstos na Política de Negociação poderá ser excepcionalmente autorizada pela Diretoria da Companhia, mediante solicitação apresentada por escrito contendo a justificativa da necessidade da negociação.
- 8.7 Quaisquer violações desta Política de Negociação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.
- 8.8 O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela aplicação dos termos desta Política de Negociação; quaisquer dúvidas acerca de suas disposições deverão ser esclarecidas juntamente ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes**8.9 ANEXO I****MODELO DE TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES****MOBILIÁRIOS**

Eu, [nome], [qualificação]. [função ou cargo], declaro que tomei conhecimento da integralidade dos termos e condições da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Raia Drogasil S.A., elaborada de acordo com a Instrução CVM nº 358/2002 , comprometendo-me a cumprir todos seus termos e condições.

Para clareza, firmo o presente.

[Local e Data]

[Nome]

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante da Raia Drogasil S.A. tem por objetivo garantir a equidade e transparência da informação.

Os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria), os Acionistas Controladores, os Conselheiros Fiscais (se aplicável) e os demais integrantes de outros órgãos com funções técnicas e consultivas existentes, além dos funcionários com acesso à informação relevante devem pautar a sua conduta em conformidade com os valores da boa-fé, lealdade e veracidade. Além disso, devem ter a consciência de que a informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do investidor, assegurando o tratamento equitativo. Portanto, as pessoas vinculadas deverão guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada aos investidores, às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou da posição que ocupam, até a sua divulgação ao mercado. As informações divulgadas acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia devem ser corretas, completas e contínuas.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores divulgar nos meios de comunicação estabelecidos pelo Conselho de Administração (jornais utilizados habitualmente para publicações societárias e no endereço da Companhia na internet, www.rd.com.br), à CVM e às entidades de mercado nas quais os ativos sejam admitidos à negociação qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios, zelando pela disseminação ampla, imediata e simultânea.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerente à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Para atender esta instrução, a empresa possui uma Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante que tem por objetivo o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados pelos administradores (conselheiros de administração e diretores), pelos acionistas controladores, pelos conselheiros fiscais e os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivas existentes, pelos funcionários com acesso à informação relevante ou que venham a ser criados pelo Estatuto Social da Raia Drogasil S.A., a fim de adequar a política interna aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e negociação de valores mobiliários da Companhia, assim como assegurar que as demonstrações e os relatórios financeiros representem, de maneira adequada, completa e precisa, a situação financeira da Raia Drogasil S.A. e os resultados de suas operações e/ou outros dados financeiros, de modo que as exigências das normas vigentes sejam observadas.

A política de divulgação está localizada no endereço da Companhia na internet, www.rd.com.br e arquivada na CVM, zelando pela disseminação ampla, imediata e simultânea.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar nos jornais utilizados habitualmente pela Raia Drogasil S.A. para publicações societárias e comunicar à CVM e se for o caso, à Bolsa de Valores e entidade de mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Raia Drogasil S.A. sejam admitidos à negociação, ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

Todas as informações sobre o ato ou fato relevante serão centralizadas na Diretoria de Relações com Investidores, devendo os Acionistas Controladores, Diretores, Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração, funcionários com acesso à informação e membros dos demais órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas comunicar por escrito ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

Os procedimentos para divulgação de informação sobre negociações de administradores e pessoas ligadas deverão ser realizados pelos diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, por escrito, e este comunicará à CVM, e à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações de suas posições.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.